

# Índice

## Capítulo I – Introdução

1. Introdução	7
2. Questão de Investigação e Hipóteses	11
3. Metodologia	12
3.1. Diferentes Métodos de Medição de Voto Estratégico	12
3.2. Método Adoptado Para Este Estudo	17
4. Estrutura da Tese	19

## Capítulo II – Teoria do Voto Estratégico

1. Introdução	21
2. O Conceito de Voto Estratégico	21
3. As Outras Causas do Comportamento Eleitoral Estratégico	28
4. A Relação Entre Comportamento Eleitoral Estratégico e os Sistemas Eleitorais	33
5. Voto Estratégico em Sistemas Maioritários	41
6. Voto Estratégico em Sistemas Mistos	44
7. Voto Estratégico em Sistemas de Representação Proporcional	48
8. Notas Finais	53

## Capítulo III – Comportamento Eleitoral – O Potencial de Voto Estratégico em Portugal

1. Introdução	55
2. O Sistema Eleitoral Português	56
3. Os Incentivos ao Voto Estratégico Provenientes do Sistema Eleitoral Português	57
4. Voto Estratégico Expectável no Sistema Partidário Português	62
5. Influência do Comportamento Estratégico na Abstenção Eleitoral	66
6. Notas Finais	72

## **Capítulo IV – Voto Estratégico em Portugal, Eleições Legislativas de 2005**

1. Introdução	74
2. Metodologia a Utilizar	74
3. Análise dos Resultados	76
3.1. Análise Descritiva do Voto e Abstenção Estratégica de 2005	76
3.2. Análise de Factores Explicativos do Voto Estratégico e Abstenção Estratégica em 2005	86
3.3. Outras Variáveis Relevantes na Análise do Voto Estratégico e da Abstenção Estratégica	94
4. Notas Finais	98

## **Capítulo V – Conclusão**

1. Introdução	103
2. Conclusões	103

<b>Bibliografia</b>	107
---------------------	-----

<b>Anexos</b>	115
---------------	-----

## Índice de Tabelas

### Capítulo II

Tabela 1 – Exemplos de Estudos Empíricos sobre Voto Estratégico em Sistemas Maioritários	43
Tabela 2 – Exemplos de Estudos Empíricos sobre Voto Estratégico em Sistemas RP	53

## Índice de Quadros

### Capítulo III

Quadro 1 – Número de Mandatos por Círculo Eleitoral e Respectiva Dimensão dos Círculos	57
Quadro 2 – Limiar de Representação por Círculo Eleitoral	58
Quadro 3 – Limiar Superior, Inferior e Efectivo por Agrupamento de Círculos Eleitorais (1975-2005)	59
Quadro 4 – Limiar de Representação por Dimensão de Círculo	59
Quadro 5 – Média do NEPE por Agrupamento de Círculos Eleitorais	65
Quadro 6 – Evolução da Abstenção Eleitoral	69

### Capítulo IV

Quadro 7 – Percentagem de Inquiridos que se Identificam com um Partido em 2005	76
Quadro 8 – Tipo de Eleitor	77
Quadro 9 – Percentagem de Voto Estratégico e Abstenção Estratégica por Círculo	78
Quadro 10 – Percentagem de Voto Estratégico e Abstenção Estratégica por Dimensão de Círculo	80
Quadro 11 – Voto Estratégico e Identificação Partidária	81
Quadro 12 – Voto Expresso nas Eleições Legislativas de 2005	82

Quadro 13 – Voto Estratégico dos Apoiantes dos Partidos por Dimensão do Círculo	84
Quadro 14 – Abstenção Estratégica e Identificação Partidária	85
Quadro 15 – Abstenção Estratégica dos Apoiantes dos Partidos por Dimensão do Círculo	86
Quadro 16 – Avaliação do Líder do Partido Preferido	87
Quadro 17 – Avaliação do Partido Preferido	87
Quadro 18 – Hipótese de Eleger Deputado do Partido da Preferência	88
Quadro 19 – Identificação Partidária, Voto Estratégico e Abstenção Estratégica em 2002	89
Quadro 20 – Eleitores Estratégicos de 2005 que Votaram Estrategicamente em 2002	89
Quadro 21 – Abstencionistas Estratégicos de 2005 que se Abstiveram Estrategicamente em 2002	89
Quadro 22 – Modelo Explicativo de Voto Estratégico	91
Quadro 23 – Modelo Explicativo de Abstenção Estratégica	92
Quadro 24 – Modelo Explicativo de Comportamento Estratégico	93
Quadro 25 – Posicionamento do Eleitor Estratégico e Abstencionista Estratégico na Escala esquerda-direita	94

## Índice de Gráficos

### Capítulo III

Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Abstenção nos Círculos Grandes	70
Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Abstenção nos Círculos Médios	70
Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Abstenção nos Círculos Pequenos	71

### Capítulo IV

Gráfico 4 – Voto Estratégico e Abstenção Estratégica por Círculo Eleitoral	79
Gráfico 5 – Voto Estratégico e Abstenção Estratégica por Dimensão de Círculo Eleitoral	81
Gráfico 6 – Voto Estratégico e Familiaridade com Política	96
Gráfico 7 – Voto Estratégico e Grau de Acompanhamento da Campanha nos <i>Media</i>	97
Gráfico 8 – Abstenção Estratégica e Grau de Acompanhamento da Campanha nos <i>Media</i>	97

# **Capítulo I**

## **Introdução**

### **1. Introdução**

As eleições são um elemento central no processo democrático e na escolha que os cidadãos têm em termos de governação. Democracia é governo do, pelo e para o povo. As eleições assumem uma importância significativa no processo de formação da democracia e nas consequências políticas que daí advêm.

Segundo Powell (2000), as eleições dão ao povo a oportunidade de influenciar as políticas públicas, e são elas os instrumentos que permitem aos cidadãos forçar ou encorajar os governantes a prestarem-lhes atenção. As eleições são utilizadas pelos cidadãos para, por um lado, escolher entre potenciais equipas de governantes e, por outro lado, para premiar ou punir os governos incumbentes. Nas democracias modernas, parte-se do princípio que os governantes executam as políticas que os cidadãos querem e que esta responsabilidade seja levada em conta por parte de quem governa. Assim sendo, o pressuposto na análise democrática é que os cidadãos votam de acordo com as suas preferências em termos de políticas públicas. Contudo, o que os estudos do voto estratégico têm salientado é que tal pode não acontecer. Em específico, os incentivos presentes no sistema político – em especial a natureza do sistema eleitoral, podem levar os eleitores a não votarem nos partidos que sentem que melhor os representam, privilegiando avaliações estratégicas em detrimento de considerações sinceras.

O objectivo deste trabalho de investigação é aprofundar este aspecto no contexto português, examinando para tal o grau, incidência e natureza do voto estratégico nas eleições legislativas de 2005. Nesse sentido, os objectivos desta investigação são fundamentalmente dois. O primeiro é o de verificar se, nas eleições legislativas de 2005, existiu voto estratégico em Portugal, segundo a sua definição mais actual, ou seja, determinar até que ponto é que os eleitores votaram em partidos que não o preferido com o objectivo de assim aumentar a probabilidade do seu voto ter impacto no resultado eleitoral global e/ou de forma a penalizar o partido preferido ou do governo incumbente.

Em segundo lugar, serão examinadas outras dimensões de comportamento eleitoral estratégico, e até que ponto é que estas são evidentes nas legislativas de 2005. Neste âmbito, consideramos a abstenção estratégica, dado que é uma possibilidade apontada por alguns autores mas ainda não investigada. Analisaremos também alguns factores que podem explicar o voto estratégico, a abstenção estratégica e estes dois tipos de comportamento em conjunto, nomeadamente variáveis de natureza sócio-demográfica, atitudinal e considerações estratégicas sobre o contexto da campanha.

Como será visto adiante, a literatura sobre o comportamento e o sistema eleitoral português aponta para a possível existência de níveis bastante acentuados de voto estratégico – uma percepção que parece ser partilhada pelos partidos, e que se reflecte nos recorrentes apelos ao voto útil. Contudo, o grau e natureza do voto estratégico em Portugal tem sido pouco estudado – aliás, como acontece na generalidade dos países com sistemas eleitorais de representação proporcional. No caso português, o principal estudo empírico existente é o de Gschwend (2007), que avaliou o voto estratégico nas eleições entre 1975 e 2002, utilizando para tal o método agregado. Como iremos demonstrar mais adiante, o recurso a dados agregados poderá não ser o mais indicado para medir o voto estratégico. Nesse sentido, este trabalho de investigação irá avaliar o voto estratégico em Portugal utilizando dados individuais.

Para além do voto estratégico tradicional, trabalhos recentes apontam para a possibilidade de existirem outras formas de comportamento estratégico que vão para além do voto por um partido que não o preferido. Nesse sentido, é possível identificar:

- Abstenção Estratégica – possibilidade dos eleitores optarem por se abster em vez de votar estrategicamente noutro partido que não o seu preferido (Monroe e Rose, 2002; Perea, 2003; Kang, 2004);
- O voto tático inverso (Tsebelis, 1986), que consiste em voto estratégico dos eleitores dos partidos grandes nos partidos médios e pequenos, com o objectivo de prejudicar o maior adversário do seu partido preferido;

- O voto estratégico de protesto (Franklin et al, 1994), que consiste sobretudo no voto estratégico dos eleitores descontentes dos partidos grandes nos partidos pequenos.

Apesar de estes comportamentos irem um pouco além do conceito clássico de voto estratégico – votar noutro partido que não o preferido com o objectivo de não desperdiçar o seu voto num partido que não tem possibilidade de eleição – as situações acima descritas revelam, também elas, comportamento estratégico, no sentido de punir o seu partido preferido por descontentamento, de não desperdiçar o voto nem beneficiar um partido que não é o preferido, ou de votar noutro partido que não o seu preferido (tendo em conta que o seu partido preferido já tem assegurada a eleição de um ou mais mandatos e à partida não necessita de mais votos) para punir o maior adversário do partido preferido, o que revela uma grande sofisticação face às regras do sistema eleitoral. É devido ao facto de existirem múltiplos factores que podem motivar um eleitor a votar estrategicamente que a definição de voto estratégico aqui adoptada é, como veremos em seguida, bastante abrangente.

A ideia subjacente ao conceito de voto estratégico prende-se com a decisão por parte do eleitor de não votar *sinceramente* (ou seja, no partido que é o seu preferido). Assim, adoptamos uma concepção mais lata do que é o voto estratégico, no sentido de incluir comportamentos estratégicos que vão para além daquilo que é preconizado por Blais et al (2001) e Fisher (2004). Neste sentido, o objecto desta tese é não apenas o voto estratégico “tradicional”, mas outras instâncias de comportamento eleitoral estratégico, com especial relevo para a abstenção táctica.

O fenómeno do voto estratégico tem sido tradicionalmente (e também maioritariamente) estudado nos sistemas maioritários dos países Anglo-Americanos. Este enfoque sobre os sistemas maioritários explica-se pelos (aparentemente) maiores incentivos que estes geram para o voto estratégico. Um dos principais incentivos prende-se com a tendência para uma maior proporção de votos desperdiçados (votos válidos que, em última análise, não contam para a eleição de qualquer mandato) nos sistemas maioritários. Isto porque neste tipo de sistemas apenas vence o candidato mais votado, e todos os votos

nos outros candidatos são desperdiçados, facto que origina uma maior propensão para votar estrategicamente num dos candidatos mais bem posicionados para ganhar. Este tipo de sistemas, onde só um candidato ganha, gera um maior grau de desproporcionalidade, isto é, uma maior distorção na conversão de votos em mandatos.

Nos anos mais recentes, tem-se assistido a um maior interesse no estudo de sistemas mistos<sup>1</sup> e de sistemas de representação proporcional (RP)<sup>2</sup>. Contudo existem ainda relativamente poucos casos estudados de voto estratégico em sistemas RP. Como salienta Cox (1997) “... *praticamente não existem estudos sobre voto estratégico noutros países, apenas alguns estudos sobre Canadá e Nova Zelândia mas nenhum sobre a Índia, Trinidad e Tobago ou outros países*” (p. 85).

Neste contexto, o caso português é potencialmente interessante. Isto porque Portugal é, de entre os sistemas de RP, dos países que apresenta um maior grau de desproporcionalidade, não muito longe de alguns sistemas maioritários, sobretudo ao nível dos círculos de pequena dimensão.

A questão do voto estratégico está ainda longe de ser exaustivamente aprofundada no caso português. Alguns autores, como Gschwend (2007), Lopes e Freire (2002), Jalali (2003 e no prelo), Freire e Magalhães (2002), têm, apesar das limitações devidas à falta de dados individuais disponíveis, apontado para a possível existência de voto estratégico em Portugal e, nalguns casos, fornecido algum suporte empírico a esta hipótese (Gschwend, 2007; Jalali, no prelo). O primeiro estudo empírico aprofundado do caso português é o de Gschwend (2007), que estudou todo o período de eleições legislativas ocorrido em Portugal (1975 a 2002), usando dados agregados para estimar o voto estratégico. Contudo, o recurso a dados agregados não está isento de problemas – conforme referem Alvarez e Nagler (2000). Nesse sentido, este trabalho de investigação avalia o voto estratégico em Portugal utilizando dados individuais. Para esta investigação, usou-se um modelo de medição indirecta de voto estratégico, baseado em Blais et al (2005), pois este é o melhor método de medição tendo em conta os dados de que dispomos, como demonstrar-se-á nas páginas seguintes.

---

<sup>1</sup> A título de exemplo: estudos sobre Alemanha (Gschwend, 2003) e Itália (Ferrara, 2004).

<sup>2</sup> A título de exemplo: estudos sobre Espanha (Poiré, 2000) e Finlândia (Gschwend, 2004).

## 2. Questão de Investigação e Hipóteses

A questão fulcral da nossa investigação é relativa à existência de voto estratégico nas eleições legislativas de 2005 segundo a sua definição mais moderna e abrangente – comportamento eleitoral estratégico, incluindo a abstenção estratégica. A nossa hipótese é de que existiu voto estratégico neste acto legislativo, quer ao nível nacional, quer ao nível dos círculos eleitorais (Johnston et al, 1991; Gaines, 1999). Com efeito, existem razões que apontam nesse sentido. Conforme demonstraremos no capítulo 3, Portugal apresenta, sobretudo nos círculos pequenos e médios, um grau de desproporcionalidade que o coloca ao nível de países com sistemas maioritários, pelo que é expectável encontrar voto estratégico clássico, dos apoiantes dos partidos de menor dimensão para os partidos de maior dimensão (Cox e Shugart, 1997; Sartori, 1968; Jackman, 1987; Miller, 1995; Franklin et al, 1994). No entanto, é expectável encontrar também voto dos eleitores dos grandes para os pequenos partidos, por razões táticas (Tsebelis, 1986) e/ou de descontentamento (Niemi e Whitten, 1994). Esperamos ainda encontrar voto estratégico ao nível nacional, pois estas eleições ocorreram num clima de contestação do governo incumbente, facto que pode originar voto estratégico a este nível (Fisher, 2001). Para além disso, existe o facto de ter-se verificado uma menor abstenção nas eleições de 2005 face às de 2002, invertendo assim a tendência da subida da abstenção que tem-se verificado em Portugal – o que poderá ter levado a uma mobilização do eleitorado e uma maior afluência às urnas no sentido de votar estrategicamente (Katz, 1997). Existiu ainda um forte apelo à maioria absoluta por parte do PS, facto que pode ter incentivado também um voto estratégico quer nacional, quer local (Blais e Massicotte, 1999; Blais et al, 2001).

A outra dimensão que iremos investigar dentro do comportamento estratégico, e que nos parece igualmente importante, é a abstenção estratégica. Este conceito já foi referenciado por alguns autores (Monroe e Rose, 2002; Perea, 2003 e Kang, 2004), apesar de não ter sido ainda estudado. É expectável encontrar uma parte significativa de eleitores portugueses que preferiram abster-se em vez de votar estrategicamente, para não beneficiar um partido que não o seu preferido, bem como por razões de

descontentamento – comportamento esse perfeitamente racional (Downs, 1957; citado em Lopes e Freire, 2002).

Os resultados deste estudo apontam para um nível elevado de comportamento eleitoral estratégico. Os níveis de voto estratégico aproximam Portugal – pelo menos nesta eleição específica – às proporções de voto estratégico encontradas em eleições de países com sistemas maioritários. A abstenção estratégica é outro padrão bastante saliente nestas eleições legislativas, sendo aliás mais intenso que o voto estratégico *tout court*. Quer num caso quer noutro, há uma tendência para que o comportamento estratégico tenha uma continuidade em relação a 2002.

### **3. Metodologia**

Antes mesmo de passarmos a uma apresentação sucinta da metodologia a seguir, importa conhecer os diferentes tipos de medição utilizados para medir o voto estratégico, os quais se resumem em três principais: o método agregado, o método de medição directa e o método de medição indirecta.

De entre as diferentes tipologias de medição de voto estratégico, optámos por apresentar as de Alvarez e Nagler (2000) e de Blais et al (2005), pelo facto dos seus modelos captarem melhor as variações metodológicas no cálculo do voto estratégico, ao contrário dos modelos propostos por outros autores (Heath et al, 1993; Bowler e Lanoue, 1992; Fieldhouse et al, 1996; Ferrara, 2004; Gschwend, 2006; Duch e Palmer, 2002).

#### **3.1. Diferentes Métodos de Medição de Voto Estratégico**

Alvarez e Nagler (2000) identificam três tipos de métodos de medição de voto estratégico. O primeiro é o *método agregado por dedução*. Neste caso, os investigadores utilizam dados eleitorais agregados (das várias eleições) e comparam

círculo a círculo para estimar o voto estratégico; outros olham para as mudanças de voto entre pares de eleições nos diferentes tipos de círculos; outros simplesmente verificam o apoio de partidos minoritários nos diferentes sistemas políticos (maioritários *versus* representação proporcional).

O segundo é o *método do questionário de intenções*. Os investigadores baseiam-se nos resultados de inquéritos pós-eleitorais sobre o comportamento de voto dos eleitores, em que se utilizam questões abertas, fechadas e combinações entre ambas, com perguntas directamente relacionadas com o voto estratégico. Com estas questões, aquilo que é medido não é propriamente o voto estratégico pois muitos destes questionários individuais reproduzem um relato errado e tendencioso do voto direccionado ao vencedor da eleição, que do ponto de vista da observação é equivalente a voto estratégico. Existe uma propensão para que os eleitores que respondem aos questionários mais tardiamente tenham votado mais estrategicamente. Os autores dão, como exemplo, as eleições britânicas de 1987, em que os eleitores que foram inquiridos seis meses após a eleição e que afirmaram ter votado estrategicamente eram o dobro daqueles que foram inquiridos um mês após o acto eleitoral.

A terceira abordagem para medir voto estratégico é aquela que os autores designam por *metodologia de medição directa*, a qual consiste em medir voto estratégico através das diferenças objectivas entre votos alcançados e os posicionamentos das preferências dos indivíduos, obtendo medidas das quotas de votação esperadas de cada partido ou candidato e o verdadeiro posicionamento de cada um na preferência dos eleitores.

Alvarez e Nagler (2000) identificam limitações em todos estes métodos. Colocam em causa todos os modelos conhecidos de medição de voto estratégico, sobretudo aqueles que se baseiam em dados eleitorais agregados para efectuar estimativas ao nível do comportamento individual do eleitor, o que não é correcto. Dão como exemplo as legislativas britânicas de 1987, em que diferentes estudos sobre a proporção de votação estratégica vão desde um mínimo de 6,3% até um máximo de 17%. Estas diferenças derivam precisamente do uso das três diferentes metodologias utilizadas para estimar a extensão do voto estratégico.

Ainda segundo os autores, o método agregado por dedução e o método do questionário de intenções não são os mais correctos para medir voto estratégico, na medida em que o primeiro utiliza dados agregados para medir comportamento individual e o segundo baseia-se em dados enviesados pelo facto de alguns inquiridos referirem tendenciosamente terem votado no partido/candidato que venceu as eleições. Assim, Alvarez e Nagler (2000) propõem um novo modelo de abordagem baseado no modelo de medição directa, mas com duas inovações importantes. Uma é a utilização de polinómio (*multinomial probit*) que permite examinar todas as escolhas disponíveis para os eleitores e que lhes permite ver alguns partidos como substitutos próximos de outros; a outra é utilizar um modelo aleatório que inclui medidas do contexto estratégico. Este modelo retrospectivo de voto foi aplicado às eleições legislativas britânicas de 1987, tendo sido utilizados diversos dados existentes de questionários pós eleitorais e dados de sondagens de opinião (desempenho do governo, desemprego, situação económica, inflação, criminalidade, programas sociais, redistribuição de impostos e nacionalização da indústria).

Os autores referem a sua convicção de que a combinação de uma medida objectiva de probabilidade de voto estratégico e o seu modelo de polinómio relativo à escolha do eleitor é a melhor abordagem para um modelo de voto estratégico em democracias multipartidárias (baseado no modelo de medição directa). Os seus resultados indicaram que uma pequena parte do eleitorado (7,2%) votou de forma estratégica nestas eleições específicas. No entanto, para determinar se este comportamento estratégico é um fenómeno generalizado, reconhecem que terão de ser examinadas outras eleições britânicas e eleições em outros países democráticos multipartidários.

Na nossa opinião, o modelo que Alvarez e Nagler (2000) denominam de modelo de medição directa, é na verdade um modelo de medição indirecta, uma vez que não utiliza variáveis que operacionalizem directamente o voto estratégico, ou seja, que resultem de uma questão directa ao inquirido acerca dos motivos que o levaram a votar em determinado partido. Como veremos em seguida, Blais et al (2005) sustentam igualmente esta opinião.

Para Blais et al (2005) existem apenas duas formas de medir voto estratégico: a Directa e a Indirecta. O método directo consiste em averiguar quantos votantes votaram num outro partido (ou candidato) em vez de votar no seu partido (ou candidato) preferido e ao mesmo tempo tiveram a percepção de qual dos dois partidos teria mais hipóteses de ganhar. A melhor forma de fazê-lo é através de um questionário pós-eleitoral, onde se pergunta ao eleitor qual a principal razão porque votou no partido que escolheu. Desta forma, pede-se ao inquirido que explique a sua decisão de voto com base nas seguintes opções: 1- Sempre votei naquele partido, 2- Pensei que era o melhor partido, 3- Eu preferia outro mas ele não tinha qualquer hipótese de ganhar neste estado, 4- Outra razão (diga qual). Pergunta-se ainda se o partido onde votou foi a sua primeira escolha e se votou no partido que mais gosta.

Relativamente à forma indirecta, que também foi igualmente testada, consiste em construir um modelo de escolha de voto onde se mede a preferência de voto do eleitor, por um lado, e se medem as considerações estratégicas sobre a possibilidade de qual dos partidos irá ganhar a eleição, por outro. Ou seja, o objectivo é analisar as percepções de quem pode ganhar as eleições, verificar se afectam a escolha no voto e deduzir, na base daquele modelo, quantos eleitores votaram de forma diferente e se a sua escolha não foi influenciada por considerações estratégicas, nomeadamente sobre as possibilidades de quais partidos irão ganhar as eleições. O modelo de medição indirecta de Blais et al (2005), que iremos utilizar na nossa investigação, é semelhante ao modelo que Alvarez e Nagler (2000) utilizam, mas que denominam por método de medição directa.

Blais et al (2005) testaram este modelo numas eleições provinciais (apenas relativamente aos três maiores partidos) do Estado do Ontário (Canadá), em 1999, num sistema maioritário *first past the post*. No método de medição directa, efectuaram uma alteração à pergunta 3 do questionário referido anteriormente (que mede efectivamente voto estratégico), pois consideraram que é mais prudente utilizar separadamente as duas condições que medem voto estratégico: votar num partido que não o seu preferido e perceber que um partido tem maior possibilidade de vitória do que outro. No entanto, o autor e seus colegas referem que existem outras razões potenciais para se votar estrategicamente, como sejam: votar noutra partido em função da preferência pelo seu

líder, votar noutro partido porque este tem o melhor candidato local, votar a favor ou contra o partido que está no poder por questões ligadas à economia ou outras. No modelo de medição indirecta foram utilizadas as variáveis: avaliação dos partidos, avaliação dos líderes, avaliação dos candidatos locais, identificação partidária, escolha de voto nas eleições provinciais anteriores, percepção dos partidos poderem ter hipóteses de ganhar no círculo eleitoral e características sócio-demográficas (educação e religião).

Nas eleições referidas, o método directo apurou um total de 5,3% de voto estratégico enquanto o método indirecto apurou apenas 3,6%. Neste estudo, os investigadores compararam os dois métodos utilizados e concluíram que o método directo é mais fiável, e a sua principal vantagem é o facto de se basear no voto real, uma vez que o inquirido responde à questão de forma directa e após o acto eleitoral. Os autores chamam ainda a atenção para o facto de que as duas abordagens não identificam os mesmos indivíduos como sendo estratégicos, sendo que a maioria daqueles que são definidos como sendo estratégicos por um dos métodos são considerados sinceros pelo outro. Apesar de os autores considerarem que a abordagem directa tem mais vantagens, aconselham os investigadores a terem algum cuidado na sua utilização pois, neste estudo, nem todos os entrevistados que disseram não ter votado na sua primeira escolha podem ser considerados votantes estratégicos. Algumas pessoas podem tê-lo feito por razões diversas que não motivos estratégicos, nomeadamente descontentamento em relação à prestação do partido e/ou do líder.

No que concerne às vantagens e desvantagens dos métodos de medição de voto estratégico, existem autores que são muito críticos dos modelos de medição a partir de dados agregados visto que estes apenas medem transferências de votos cujas explicações são múltiplas e diferenciadas; defendendo que apenas é possível medir voto estratégico ao nível dos estudos sobre o comportamento individual dos eleitores (Tsebelis, 1986; Cox, 1997). Fisher (2004) critica igualmente o método agregado, visto que não existem informações sobre a preferência partidária e as motivações para a escolha de voto. É igualmente crítico do modelo de medição indirecta de voto estratégico por este ser baseado nas teorias de incentivos estratégicos, que se

fundamentam em meras suposições acerca da informação e das crenças dos eleitores. Além disso, a definição e medição do voto estratégico devem ser neutras, para que o teste de diferentes teorias de incentivos estratégicos não seja enviesado. Ainda segundo Fisher (2004), os conceitos formais que estão por detrás da definição de voto estratégico sugerem que as medidas que usam informação sobre as motivações e o voto real num partido que não é o preferido são preferíveis àquelas que se baseiam nas características do círculo. Assim, o voto estratégico deve ser idealmente medido directamente. O autor conclui que, devido a este critério, a medição de voto estratégico de Heath et al (1991)<sup>3</sup> é *a priori* a mais viável.

### **3.2. Método Adoptado Para Este Estudo**

Optámos pelo método de medição indirecta definido por Blais e colegas (o qual é semelhante ao modelo que Alvarez e Nagler denominam por método de medição directa), para a nossa investigação de apuramento do voto estratégico nas eleições legislativas de 2005. Esta escolha prende-se sobretudo com o facto de as variáveis utilizadas por Blais e colegas no seu modelo estarem mais próximas das disponíveis no inquérito pós-eleitoral de 2005, do que as variáveis de Alvarez e Nagler. Acresce que o método indirecto mede melhor o comportamento estratégico em geral, enquanto o método directo mede apenas voto estratégico clássico. Outras vantagens do método indirecto são o facto de que evita respostas racionalizadas dos eleitores inquiridos, bem como mede voto estratégico de uma forma empiricamente mais «conservadora» ou redutora, pelo que não existe o risco de sobrestimar o voto estratégico que viermos a apurar. Os modelos de medição de Alvarez e Nagler (2000) e de Blais et al (2005) são muito semelhantes, como já referimos, tendo sido utilizados por diversos autores, nomeadamente por Blais e Nadeau (1996), Bowler e Lanoue em 1998 e Blais et al (2001). Idealmente, complementaríamos a nossa análise por medição indirecta com a medição directa (defendida por Alvarez e Nagler e também por Heath e colegas, referenciado por Fisher, 2004), mas tal não é possível pelo facto de não existir no

---

<sup>3</sup> Heath et al utilizam um questionário pós-eleitoral dos Estudos Eleitorais Britânicos, em concreto o ponto 3 de um questionário que mede os eleitores estratégicos: “*Eu realmente preferia outro partido mas ele não tinha qualquer hipótese de vencer neste círculo*”.

inquérito pós-eleitoral uma pergunta especificamente destinada à medição de voto estratégico. Importa ainda referir que optámos por não utilizar o método agregado, na medida em que consideramos, tal como outros investigadores, que aquilo que este nos indica é que poderá existir algum voto estratégico, mas não quantifica de forma mais exacta esse voto. Outro motivo pelo qual não optámos por este método é o facto de que alguns autores consideram que este apenas mede volatilidade eleitoral.

Neste modelo, a nossa variável dependente consiste na identificação partidária de cada eleitor e, com base nesta premissa, onde votou esse eleitor (se no seu partido preferido ou noutra) ou se absteve-se. As variáveis independentes principais consistem nas considerações que os eleitores tomaram para votar estrategicamente, isto é, as mesmas variáveis utilizadas por Blais et al no seu modelo (avaliação do líder, avaliação do partido e hipótese de eleição), às quais acrescentámos as seguintes variáveis: avaliação do governo (avaliação do governo de Santana Lopes, em função da forte contestação verificada em 2005), voto estratégico 2002 (com o objectivo de verificar se existe uma propensão para eleitores que votaram estrategicamente em 2002 o tenham feito também em 2005), dimensão do círculo (como forma de testar o efeito desta dimensão contextual no comportamento estratégico) e importância de formação de governo com maioria absoluta (a fim de verificar se o voto estratégico é nacional, tendo na sua raiz a preocupação com a formação de uma maioria). Estes autores utilizaram ainda a variável Avaliação do Candidato Local (pois trata-se de um sistema com círculos uninominais) e as variáveis sócio-demográficas de Educação e Religião. Não iremos utilizar a variável Avaliação do Candidato Local pelo facto desses dados não estarem disponíveis, mas acrescentaremos as variáveis sócio-demográficas idade e sexo. Iremos ainda explorar algumas variáveis que medem o interesse dos portugueses no acompanhamento da campanha eleitoral e familiaridade com assuntos sobre política. Os dados disponíveis permitem analisar o voto estratégico em 17 dos 18 círculos eleitorais de Portugal continental, excluindo o círculo de Portalegre por falta de dados, conforme explicaremos de forma mais detalhada no capítulo 4.

#### 4. Estrutura da Tese

Neste capítulo, começámos por indicar os objectivos a que nos propomos com esta investigação, apresentando as principais questões e hipóteses, bem como as três diferentes tipologias de medição de voto estratégico, com especial ênfase naquela que seleccionámos para o nosso estudo.

No capítulo 2, apresentamos o conceito de voto estratégico, bem como outros padrões do comportamento estratégico em geral, com destaque para a abstenção estratégica, relacionando estes comportamentos eleitorais com os diferentes tipos de sistemas eleitorais (maioritários, mistos e de representação proporcional), através da apresentação de alguns estudos empíricos sobre esta temática.

No capítulo 3, discutimos o sistema eleitoral português e os incentivos que este pode gerar em termos de comportamento estratégico, através da análise de estudos empíricos, e efectuamos uma análise longitudinal da abstenção eleitoral em Portugal no período de 1975 a 2005, através da comparação entre eleições legislativas (de primeira ordem) e autárquicas (de segunda ordem), onde verificamos uma inversão da regra da importância das eleições, sobretudo nos círculos pequenos, e consideramos que este fenómeno poderá estar relacionado com o comportamento estratégico.

O capítulo 4 é dedicado à aplicação do nosso modelo de análise do comportamento estratégico (voto estratégico no seu conceito amplo e abstenção estratégica), onde apresentamos de forma pormenorizada a metodologia usada e procedemos à análise dos principais resultados a que chegámos através de análise bivariada e multivariada.

No quinto e último capítulo, fazemos a comparação com o estudo existente sobre voto estratégico em Portugal, realizado por Gschwend (2007). No entanto, essa comparação só será possível ao nível do *locus* do voto estratégico (círculos eleitorais ou nacional), visto que o autor estudou todo o período legislativo até 2002 e nós só iremos estudar umas eleições específicas – as de 2005. Iremos ainda efectuar uma comparação entre os

nossos resultados e os resultados de modelos idênticos aplicados noutros países, para podermos verificar se são próximos ou divergentes.

## **CAPÍTULO II**

### **Teoria do Voto Estratégico**

#### **1. Introdução**

Este capítulo é dedicado à descrição do estado da arte relativamente à teoria do voto estratégico (nomeadamente os estudos existentes sobre sistemas maioritários, mistos e de representação proporcional). Abordaremos primeiro as perspectivas teóricas do voto estratégico, e de seguida será desenvolvida a relação entre voto estratégico e sistemas eleitorais, dado que este fenómeno tem sido tradicionalmente relacionado com a natureza do sistema eleitoral. Nesse sentido apresentaremos brevemente os principais tipos de sistemas eleitorais e a sua potencial influência no comportamento estratégico dos eleitores. Como se irá ver, a natureza do sistema eleitoral pode ter um impacto substancial sobre os incentivos para voto estratégico. Esses incentivos têm sido sobretudo associados aos sistemas maioritários (principalmente sistemas de maioria relativa). Contudo, os sistemas de representação proporcional também podem gerar incentivos ao voto estratégico, sobretudo quando apresentam níveis relativamente elevados de desproporcionalidade, como acontece em vários círculos eleitorais em Portugal. Nesse sentido, a fórmula eleitoral e a dimensão dos círculos eleitorais parecem ser variáveis potencialmente relevantes para a existência e grau de voto estratégico. Por fim, serão apresentados alguns estudos empíricos do voto estratégico em diferentes contextos.

#### **2. O Conceito de Voto Estratégico**

Existe consenso na literatura sobre o facto que o voto estratégico implica a opção, por parte de um eleitor, de não votar no seu partido (ou candidato) preferido. Como tal, o voto estratégico distingue-se do chamado voto sincero, em que o eleitor vota no partido do qual se sente mais próximo. Contudo, a causa e extensão deste comportamento eleitoral estratégico estão longe de ser consensuais na literatura existente.

Em relação à sua causa, o voto estratégico tem sido tradicionalmente explicado como um fenómeno que ocorre devido à intenção do eleitor em dificultar a eleição de um partido de que gosta menos. Como tal, num cenário em que três partidos estão a concorrer para a eleição de um mandato, o voto estratégico implica que o eleitor que tem preferência pelo partido A acaba por votar no partido B, de modo a tentar impedir a eleição do partido C. Tal acontece porque, em primeiro lugar, o eleitor percebe o “seu” partido A como tendo pouca probabilidade de eleger um mandato; e segundo, não deseja a eleição do partido C. Como tal, opta pelo “mal menor” (ou pelo “bem menor”), votando no partido B, do qual se sente menos próximo que do A mas mais próximo do que de C, porque este tem uma maior probabilidade que o A de eleger um mandato.

É neste contexto que podem ser lidas as definições de Evans e Heath (1994) ou de Fisher (2004). Para os primeiros, o voto estratégico acontece em *“qualquer caso em que um eleitor vota num partido que não o seu preferido de modo a reduzir as hipóteses de eleição de um partido que gosta menos, num determinado círculo eleitoral”* (Evans e Heath, 1994, p. 558). Para Fisher (2004, p. 157), *“um votante estratégico é alguém que vota por um partido que ele prevê ser mais provável que ganhe do que o seu partido preferido, para melhor influenciar quem ganha no círculo eleitoral”*. Assim, como salienta Fisher (2004), esta definição de voto estratégico implica a conjugação de três factores. Primeiro, o eleitor que vota estrategicamente pretende influenciar quem ganha no seu círculo eleitoral numa determinada eleição. Segundo, o voto estratégico é um voto num partido que não o preferido (ou seja, por um partido que não representa a primeira preferência do eleitor). Terceiro, a decisão de votar estrategicamente deve ser consistente com as expectativas dos resultados no círculo, na utilidade dos partidos e no princípio da maximização da utilidade do voto.

A relação entre utilidade esperada e decisão de voto estratégico surge também no modelo económico do voto de Downs (1957; citado em Lopes e Freire, 2002). Este prevê que, em sistemas multipartidários, um eleitor pode não votar no seu partido preferido (isto é, naquele partido que considera que lhe traria mais benefícios), se considerar que o seu partido preferido tem poucas hipóteses de vencer. Esta probabilidade de não votar no seu partido preferido será tanto mais elevada quanto

maior for a importância que o eleitor atribui em afastar da governação o partido menos preferido. Como tal, a decisão de votar estrategicamente resulta dos cálculos de utilidade (esperada) por parte do eleitor.

Este tipo de definição de voto estratégico tem implícito como causa do fenómeno o sistema eleitoral, na medida em que este influencia quem ganha num determinado círculo eleitoral – e como tal, a utilidade esperada pelo eleitor. Neste contexto, vale a pena salientar o trabalho pioneiro de Henry Droop em 1869 – (inventor da Quota Droop, um dos métodos de cálculo para transformar votos em mandatos nos sistemas RP). Droop previu assim a existência de voto estratégico em sistemas maioritários de maioria relativa em círculos uninominais porque *“Como o sucesso depende do facto de se obter a maioria dos votos agregados por parte dos eleitores, normalmente uma eleição reduz-se à disputa entre os dois candidatos mais populares... mesmo que outros candidatos vão a votos, normalmente os eleitores descobrem que os seus votos são desperdiçados, a menos que os dêem em favor de um ou de outro dos partidos entre os quais a eleição realmente recai.”* (citado em Cox, 1997, p. 13).

Droop associou assim o voto estratégico à desproporcionalidade eleitoral e ao desperdício de votos que esta implica. A desproporcionalidade é a distorção na conversão de votos em mandatos. O conceito de voto estratégico significa votar noutro partido que não o preferido com o objectivo de influenciar o resultado da eleição. Nesse sentido, a perspectiva de Droop encaixa na definição de Fisher, na medida em que o risco de ver o voto desperdiçado vai afectar a utilidade esperada do eleitor aquando do voto, e vai depender das expectativas em relação aos resultados. Vários autores citados em Lopes e Freire (2002) consideram que um menor grau de desproporcionalidade tende a favorecer a participação eleitoral, pois aumenta a probabilidade de que os votos nos partidos mais pequenos se convertam de facto em mandatos, aumentando assim o valor do voto para os seus apoiantes.

O mesmo pode-se dizer da análise de Duverger (1954) em relação ao voto estratégico e aos efeitos mecânicos (tradução entre votos e lugares) e psicológicos (resultantes da compreensão dos efeitos mecânicos) dos sistemas eleitorais, que implicitamente estão

ligados a este tipo de comportamento eleitoral. Isto é, segundo Blais e Carty (1991), enquanto os factores psicológicos afectam a forma como as pessoas votam, os factores mecânicos afectam os lugares em que os votos são traduzidos. Foi igualmente Duverger o primeiro a tentar estabelecer as relações entre sistemas eleitorais e sistemas partidários e a sua implicação no que respeita ao tipo de sistema de partidos (número de partidos) gerado. Assim, na perspectiva de Duverger (1954) existem três preposições básicas nas relações entre sistemas eleitorais e sistemas partidários:

1. A representação proporcional conduz a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes.
2. O escrutínio maioritário a duas voltas leva a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes.
3. O escrutínio maioritário a uma só volta leva ao dualismo de partidos.

Na perspectiva de Duverger (1954), esta diferença na natureza dos sistemas partidários derivaria em larga medida dos incentivos que os diferentes sistemas eleitorais geram para os eleitores. Em sistemas maioritários a uma só volta, os eleitores, apercebendo-se que a maior parte dos seus votos em partidos mais pequenos («terceiros partidos») é sistematicamente desperdiçada, tendem a transferir esses votos para o menos mau dos dois principais partidos, evitando assim desperdiçar votos e apoiando nas urnas os candidatos mais fortes. Tal levaria assim, na perspectiva de Duverger (1954), a sistemas bipartidários nacionais.

Duverger (1954) afirma ainda que existe voto estratégico num sistema multipartidário (ou seja, num sistema onde existe três ou mais partidos), mas apenas na competição entre os dois maiores partidos, quer em sistemas RP, quer em sistemas maioritários a duas voltas. Ou seja, apesar de existirem mais partidos representados, o autor refere que o voto estratégico se concentra nos dois maiores partidos.

A perspectiva de Duverger não está isenta de críticas, sobretudo no que diz respeito à relação causal entre sistemas eleitorais e sistemas partidários. Nesse sentido Katz (1997) sugere que a escolha do sistema eleitoral deve depender da natureza das clivagens de um determinado país. Para Katz, os sistemas RP serão os mais apropriados em

contextos mais heterogéneos, com um maior número de clivagens, enquanto que os sistemas maioritários adequam-se a sociedades mais homogéneas (com um menor número de clivagens). Na medida em que os partidos de um determinado país reflectem as clivagens existentes numa sociedade – uma interpretação suficientemente aceitável se tivermos em conta os papéis tradicionalmente atribuídos aos partidos enquanto ponte entre os interesses de segmentos da sociedade e o Estado – esta perspectiva de Katz põe em causa a direcção da causalidade “duvergeriana” entre sistemas eleitorais e sistemas partidários. A análise de Katz (1997) levanta também indirectamente questões relacionadas com o voto estratégico, que é o aspecto que nos interessa aqui, tal como tivemos oportunidade de abordar acima. Efectivamente, o teste empírico do voto estratégico permite também em parte avaliar as perspectivas de Katz e Duverger, com o modelo de Duverger a prever implicitamente um maior grau de voto estratégico (em sistemas eleitorais maioritários) que Katz.

Como referido acima, a definição tradicional de voto estratégico associa-o explicitamente ao desejo de dificultar a eleição de um partido não desejado, e implicitamente ao sistema eleitoral. Contudo, como Evans e Heath (1994) salientam, esta perspectiva poderá ser excessivamente redutora, na medida em que considera apenas uma motivação estratégica para este comportamento – prejudicar um partido de que não se gosta. Nesse sentido, têm surgido algumas definições que alargam o campo de possibilidades causais para o voto estratégico. Assim, para Galbraith e Rae (1989), o voto estratégico consiste em “*votar noutra partido/candidato que não o preferido de forma a aumentar a probabilidade de um resultado global final satisfatório*” (p. 126). E segundo Blais et al (2001): “*um voto estratégico é um voto por um partido (candidato) que não é o candidato preferido, motivado pela intenção de afectar o resultado da eleição*” (p. 344). Este tipo de definição continua a associar o comportamento eleitoral estratégico à utilidade que os eleitores esperam derivar da sua escolha eleitoral, mas não a liga directa e exclusivamente ao desejo de impedir a eleição de um partido menos preferido. Como tal, permite abarcar várias das perspectivas mais recentes que têm surgido em relação ao voto estratégico na literatura, que pretendemos abordar empiricamente neste trabalho. Assim, optámos por este segundo tipo de definição,

embora – como será explicitado seguidamente – com adaptações para captar comportamentos eleitorais estratégicos que estudos recentes têm salientado.

Miller e Niemi (2002) acrescentam que a questão da heterogeneidade é transversal a todo o tipo de sistemas e fazem referência a países como a Espanha (RP), Grã-Bretanha (maioritário) e Canadá (maioritário ao nível nacional, mas com sistema de RP nalguns círculos), em que os eleitores de diferentes etnias preferem, de uma forma consistente e consciente, diferentes partidos ao nível regional e ao nível nacional. Os autores dão como exemplo algumas regiões espanholas, onde o voto nos partidos regionais chega a ser quase o dobro da votação do partido ao nível nacional; e este fenómeno é ainda mais visível nas eleições canadianas entre 1974 e 1983. Perante esta constatação, Miller e Niemi (2002) levantam uma hipótese inovadora, a qual relacionam à teoria do voto estratégico, que é a possibilidade dos eleitores terem desenvolvido uma dupla identificação partidária. Os autores acrescentam que quanto mais votos um sistema eleitoral permitir, e em particular quanto mais voto simultâneo, maiores serão os incentivos para abandonar uma identificação partidária única e desenvolver uma identificação partidária dupla.

O segundo aspecto que está longe de ser consensual em relação a este fenómeno tem a haver com a sua extensão. Como foi visto acima, o conceito de voto estratégico tem sido tradicionalmente definido enquanto voto num partido que não o preferido. Contudo, autores como Monroe e Rose (2002), Perea (2003) ou Kang (2004) têm salientado a possibilidade de outras formas de comportamento estratégico em eleições, em específico a possibilidade do eleitor abster-se estrategicamente. Assim, o eleitor pode não votar no seu partido preferido, optando antes por abster-se em vez de votar no seu partido preferido. Para Perea (2003) e Kang (2004), os eleitores cuja primeira preferência é um pequeno partido, confrontados perante a possibilidade deste não eleger mandatos, podem não apenas votar num partido maior, mas também absterem-se. Nesse sentido, o conceito de voto estratégico começa a ser reconfigurado no sentido de abarcar comportamento eleitoral estratégico, adicionando à possibilidade de voto estratégico a modalidade de não-voto.

Esta possibilidade enquadra-se em modelos explicativos da abstenção, sobretudo a relação entre competitividade de eleições e participação eleitoral. Segundo Freire e Magalhães (2002), o sentido esperado é o de que uma maior competitividade eleitoral (menor distância entre os dois maiores partidos ou coligações, em termos de percentagem de votos) deverá corresponder a uma maior participação eleitoral. Também Katz (1997) refere o facto das pessoas votarem de forma a influenciar o resultado da eleição e que este potencial de sentimento de eficácia deverá estar positivamente relacionado com a afluência às urnas. Freire e Magalhães (2002) testaram o efeito do nível de competitividade eleitoral (medida através da distância nas percentagens de votos entre os dois maiores competidores) sobre as variações da abstenção eleitoral em Portugal. Os resultados revelaram que quanto mais decisivo é o voto dos portugueses (eleições mais competitivas), mais os portugueses participam. E o contrário também. *“Este padrão revela pois que, em matéria de abstencionismo eleitoral, o comportamento eleitoral dos portugueses é pautado por considerações estratégicas sobre o contexto político. Ou seja, estes dados corroboram o chamado modelo do eleitor racional”* (p. 155).

O fenómeno da abstenção estratégica será também abordado na nossa investigação, na medida em que representa uma dimensão potencialmente relevante de comportamento estratégico por parte dos eleitores, e é passível de ser explorada na metodologia que aqui iremos utilizar. Como salienta Perea (2003) e Kang (2004), esta constitui uma dimensão ainda pouco explorada empiricamente, embora a probabilidade da sua ocorrência seja elevada. Assim, de modo a abarcar também esta dimensão do comportamento estratégico, este estudo adapta a definição de Galbraith e Rae (1989, p. 126) – interessa-nos investigar o comportamento eleitoral estratégico, que pode ser definido como não votar no partido preferido *“de forma a aumentar a probabilidade de um resultado global final satisfatório”*. O comportamento de não votar no partido preferido pode passar por votar num outro partido, ou de simplesmente não votar.

Finalmente, vale a pena salientar que o comportamento eleitoral estratégico não se limita aos eleitores. Como referem Monroe e Rose (2002), os partidos podem reagir estrategicamente à baixa probabilidade de eleição num círculo eleitoral, seja através da

estratégia da não entrada (um partido que prevê não ter possibilidade de eleição num dado círculo não concorre) ou a estratégia da distribuição de recursos (um partido que prevê que não tem possibilidade de eleição num dado círculo, concorre com candidatos mais fracos e investe um menor esforço na campanha). Esta dimensão estratégica é distinta daquela que nos interessa nesta tese, que se prende com o comportamento estratégico por parte dos eleitores. Contudo, poderá indirectamente influenciar a escolha dos eleitores, na medida em que implica alterações do lado da oferta partidária que têm implicações nas decisões ao nível da procura por parte dos eleitores. A análise deste aspecto está fora do âmbito desta tese, mas poderá constituir uma arena para investigação futura.

Como foi explicitado acima, consideramos aqui a possibilidade de causas para comportamento eleitoral estratégico que vão para além do objectivo de tentar impedir a eleição de um partido de que o eleitor goste menos. A próxima secção aborda algumas outras potenciais causas de voto estratégico que a literatura tem salientado, para depois abordar mais aprofundadamente a relação entre voto estratégico e sistemas eleitorais. Embora os estudos recentes tenham referido a possibilidade de outras causas, os incentivos gerados pelos sistemas eleitorais continuam no cerne do estudo do voto estratégico, e nesse sentido merecem ser abordados separadamente – como referem Bowler e Lanoue (1992), a maior parte dos estudos do voto estratégico prendem-se com esta dimensão.

### **3. As Outras Causas do Comportamento Eleitoral Estratégico**

Segundo Bowler e Lanoue (1992), a literatura do voto estratégico concentra-se em duas áreas de interesse: a primeira diz respeito aos factores que incentivam o voto estratégico ao nível do círculo eleitoral, e que se prendem sobretudo com aspectos relacionados com o sistema eleitoral; a segunda é o impacto das atitudes individuais dos eleitores e das suas características demográficas sobre as probabilidades de votarem estrategicamente. Em termos destas outras causas do voto estratégico, podemos identificar cinco tipos gerais: considerações estratégicas a nível da formação do governo

nacional; comportamento eleitoral estratégico a favor de pequenos partidos; voto estratégico de protesto; o efeito das sondagens pré-eleitorais sobre o voto estratégico; e a aprendizagem do funcionamento do sistema eleitoral.

Em termos da primeira destas outras causas, Leys (1959) considera que os eleitores concentram-se nos resultados eleitorais a nível nacional, procurando votar de maneira a afectar qual o partido que ganha a maioria dos lugares, mais do que se preocuparem com quem ganha o mandato no círculo eleitoral. Blais et al (2001) também são da mesma opinião, pois colocam a hipótese dos eleitores poderem estar mais preocupados com o partido que vai ganhar as eleições e formar governo, vendo assim o voto estratégico como um todo nacional, mais do que com os resultados no círculo eleitoral. As análises de Johnston et al (1980) ou Gaines (1999) enquadram-se também nesta perspectiva, embora para estes autores os eleitores tomem em conta as considerações estratégicas quer ao nível nacional, quer ao nível do círculo eleitoral. Esta análise vai, em nosso entender, ao encontro do que é expectável encontrar no caso português. No entanto, desta matéria trataremos no capítulo seguinte.

O segundo aspecto é o conceito de voto tático inverso (*inverse tactical voting*), introduzido por Tsebelis (1986). Este consiste nos eleitores que normalmente votam nos dois maiores partidos votarem estrategicamente num partido mais pequeno. Segundo o autor, esta situação verifica-se sobretudo nos sistemas RP que possuem círculos plurinominais onde são eleitos três ou mais mandatos, em que um eleitor, ao verificar que o partido onde habitualmente vota já tem assegurada a eleição de um representante e não consegue eleger mais nenhum, vota estrategicamente num partido mais pequeno, de forma a retirar a possibilidade de eleição de um ou mais representantes do partido que considera ser o seu maior adversário. É que, ao nível de um círculo eleitoral num sistema RP (ao contrário de um sistema maioritário), o importante para o eleitor não é a força do partido, mas os votos que “sobram” depois de uma primeira atribuição de lugares. O autor reforça ainda a ideia de que o voto estratégico também pode ser observado nos sistemas RP e não apenas nos sistemas maioritários.

Este conceito é reflectido também na análise de Fisher (2004). Para este autor, existe a probabilidade de os eleitores tentarem maximizar a utilidade do seu voto, influenciando a competição pelo último lugar a ser eleito nas listas plurinominais ao nível dos círculos nos sistemas RP. Esta possibilidade requer que os eleitores tenham bastantes conhecimentos acerca deste aspecto da eleição. Na maioria dos casos, isto pode não acontecer; mas poderão existir situações em que o número de lugares obtido por cada partido num círculo seja razoavelmente estável ao longo do tempo, e em que as características da competição eleitoral pelo último lugar sejam bem conhecidas. Este tipo de comportamento será especialmente provável quando existe um partido pequeno em disputa pelo último lugar.<sup>4</sup>

Uma terceira explicação adicional para o voto estratégico é apresentada por Franklin et al (1994) e Kang (2004). Estes autores defendem que uma parte dos eleitores que votam estrategicamente fazem-no em pequenos partidos que não têm qualquer possibilidade de ganhar, por motivos que se prendem com o facto de não estarem muito preocupados com o candidato que ganha, mas sim em tomar posição de protesto e nalguns casos em enviar recados ao seu partido preferido. Franklin et al (1994), designam esta situação por eleitores táticos por outras razões (*other reason tactical voters*). Os autores afirmam que o voto estratégico tem duas faces: voto instrumental e voto expressivo. O voto instrumental é o voto estratégico tradicional, ou seja, o eleitor, ao aperceber-se que o voto no seu partido preferido será desperdiçado, vota num dos dois partidos (ou candidatos) que mais possibilidade tem de ganhar a eleição de forma a afectar o seu resultado. O voto expressivo é o voto estratégico em que o eleitor é relativamente indiferente ao partido (ou candidato) que possa vencer e opta por um voto de protesto, e/ou em que os resultados esperados da eleição não sugerem grandes dúvidas relativamente ao vencedor. Segundo os autores, estes dois tipos de voto estratégico são, em muitas formas, uma imagem ao espelho um do outro e, quando se verificam em simultâneo, têm tendência para se anularem um ao outro. Defendem ainda que os investigadores não têm incluído nas suas pesquisas o tipo de questões que poderiam

---

<sup>4</sup> Este voto estratégico inverso deriva de considerações por parte do eleitor relacionadas com o funcionamento do sistema eleitoral no seu círculo eleitoral, e nesse sentido poderia ser enquadrado na primeira área de interesse definida por Bowler e Lanoue (1992). Contudo, ao prever o voto em partidos pequenos em detrimento dos grandes por razões estratégicas, foge às concepções tradicionais do voto estratégico, daí ser abordado como uma «outra causa».

identificar melhor estes eleitores de voto estratégico expressivo e que este é um tópico que não deverá ser negligenciado em investigações futuras. No nosso estudo, não iremos abordar esta questão, pelo facto de não possuímos dados para o efeito.

Cox (1997) também acrescentou algo à teoria do voto estratégico ao alertar para a possibilidade de um efeito das sondagens sobre o comportamento estratégico dos eleitores. Nas suas considerações sobre esta possibilidade, o autor refere que, no caso daqueles eleitores que procuram informação, pode existir um empate (fornecido pelas sondagens) entre os principais partidos/candidatos, o que exerce pressão para se votar estrategicamente. Se os dados das sondagens revelarem um empate entre os dois primeiros candidatos, as pessoas podem optar por votar no candidato posicionado no terceiro lugar e não arriscar votar em nenhum dos outros; se a sondagem der vitória clara ao candidato que estiver classificado em primeiro lugar, as pessoas tenderão a votar ideologicamente nos outros, nomeadamente por uma questão de marcar posição para eleições futuras, posição essa que também pode ser tomada mesmo sem que se preveja que o candidato que estiver em primeiro ganhe. Contudo, como Cox também salienta, o efeito agregado das sondagens pode ser nulo, na medida em que uns eleitores poderão votar estrategicamente num candidato e outros noutro, anulando-se assim uns aos outros.

Por fim, Annus e Tavits (2006) identificam a possibilidade do voto estratégico estar relacionado com a experiência eleitoral do eleitorado e com a estabilidade do sistema partidário. Acrescentam na sua investigação algo mais à teoria e estudo do voto estratégico – uma comparação entre velhas e novas democracias. Os autores testaram a hipótese de que o voto estratégico aumenta nas novas democracias à medida que os eleitores ficam mais experientes com o funcionamento da democracia, analisando 54 actos eleitorais em 15 países da Europa de Leste e da ex-União Soviética com sistemas de RP e mistos. Neste estudo, verificaram que os votos desperdiçados diminuem com o tempo, controlando o efeito das variáveis número de listas (partidos e/ou coligações de partidos) que concorrem aos actos eleitorais, sistema eleitoral, limiar de representação legal e quantidade de votos no partido vencedor. Concluem assim que, com o tempo e “experiência democrática”, os eleitores nas democracias recentes aprendem a não

desperdiçar votos em candidatos que não são viáveis. Comparativamente a países com democracias mais antigas, o voto estratégico é bem menor nas novas democracias.

Os autores referem ainda que o voto estratégico tem implicações importantes para a estabilização de um regime democrático: se os eleitores nas novas democracias não aprenderem a votar estrategicamente, concentrando o seu apoio em alguns partidos mais viáveis, a institucionalização do sistema partidário nestas democracias poderá não chegar ao equilíbrio de coordenação eleitoral descrito por Cox (1997) – uma efectiva coordenação segue as expectativas de “clarificação” do mercado dos eleitores e dos candidatos que, a longo prazo, produz equilíbrio entre a oferta e a procura. Tal equilíbrio faz presumir racionalidade: a capacidade dos eleitores reconhecerem e agirem perante situações em que votar de forma sincera leva a um resultado não desejado, em que ficam sem representação. As pessoas procuram assim dar uma maior utilidade ao seu voto para que lhes sejam proporcionados os benefícios e as políticas que os candidatos lhes podem oferecer.

Se a informação acerca dos possíveis resultados eleitorais forem mais fiáveis e o comportamento dos partidos após as eleições mais previsível, será mais fácil aos cidadãos reconhecer que listas ou candidatos poderão conseguir representação parlamentar, logo será mais fácil votar estrategicamente. Nesse sentido, e como refere Dalton, *“à medida que as pessoas estão mais conscientes da representação e consequências políticas do seu voto, elas estarão mais habilitadas a reconhecer situações que lhes oferecem possibilidades estratégicas”* (Dalton, 2002, citado em Annus e Tavits, 2006, p. 75). No entanto, os eleitores com pouca experiência democrática terão menor probabilidade de tecer considerações estratégicas.

No entanto, já em 2002 Duch e Palmer faziam referência ao facto de que nas novas democracias existiam menos votantes estratégicos do que nas democracias mais antigas. Afirmaram ainda que a ausência de voto estratégico nas novas democracias pode representar uma ameaça potencial à consolidação democrática porque pode inibir o desenvolvimento e a estabilidade do sistema partidário. Importa referir que os autores

apenas estudaram uma nova democracia (a Hungria), pelo que este tipo de considerações gerais nos parecem bastante arriscadas.

Apesar de Portugal não ser uma democracia tão jovem quanto os países da ex-União Soviética, não deixa de ser uma sociedade em que a democracia é relativamente recente. Infelizmente não é possível testar longitudinalmente a hipótese de aprendizagem de Annus e Tavits no caso português. Contudo, na medida em que as eleições que aqui analisamos acontecem trinta anos depois das primeiras eleições livres e justas com sufrágio universal para a Assembleia Constituinte em 1975, e entre estas duas decorreram dez eleições legislativas, bem como uma estruturação relativamente rápida do sistema partidário (Jalali, no prelo), os níveis de voto estratégico deverão já reflectir uma tal aprendizagem.

As quatro primeiras dimensões acima apresentadas – voto estratégico nacional, voto estratégico inverso, voto estratégico de protesto e abstenção estratégica, irão ser objecto de estudo da nossa investigação. Para além da aplicação de um modelo inspirado em Blais et al (2005), iremos ainda explorar variáveis relacionadas com algumas destas dimensões, como por exemplo, verificar se o acompanhamento das eleições de 2005 nos *Media* e familiaridade dos inquiridos com assuntos sobre política estão relacionados com voto estratégico.

#### **4. A Relação Entre Comportamento Eleitoral Estratégico e os Sistemas Eleitorais**

Como foi referido acima, se é verdade que a literatura começa agora a abordar mais causas para o comportamento eleitoral estratégico, a principal causa identificada na literatura teórica – e testada empiricamente – continua a ser o sistema eleitoral e os incentivos que este gera para os eleitores. Como tal, essa dimensão constitui uma componente central da nossa investigação.

Conforme também tivemos oportunidade de explicitar, os efeitos mecânicos referidos por Duverger (1954), isto é, o tipo de sistema eleitoral que cada país adopta e a

respectiva regra da transformação dos votos em mandatos, a magnitude dos círculos eleitorais, a existência ou não de cláusulas barreira, a estrutura de voto – em concreto a possibilidade de um eleitor ter voto múltiplo (dois ou mais); exercem influência nos eleitores ao nível do seu comportamento (efeitos psicológicos enunciados por Duverger, 1954). Ou seja, todos estes factores são potenciadores de um maior ou menor recurso ao voto estratégico. Empiricamente, sabemos que existe uma maior propensão para a utilização estratégica do voto nos sistemas maioritários (sobretudo nos de maioria relativa – onde só um candidato ganha); que essa propensão é menor nos sistemas RP, embora nos círculos de menor dimensão seja expectável encontrar voto estratégico; e que nos sistemas mistos, em que se combinam o sistema maioritário (ao nível dos círculos – regionais) e o sistema RP (ao nível de um ou mais círculos de compensação – nacional), é possível verificar um voto mais sincero por parte do eleitor na parte que respeita ao sistema de RP e uma opção por voto estratégico na parte do sistema maioritário.

No entanto, conforme demonstraremos de seguida, a análise do voto estratégico que tem sido efectuada nalguns países, com destaque para os sistemas maioritários, não apresenta estudos com perspectivas longitudinais. Com efeito, conhecem-se diversos estudos sobre eleições específicas em determinados países mas efectuados isoladamente, pelo que se torna difícil efectuar comparações, bem como procurar diferenças e semelhanças que permitam-nos conhecer com maior exactidão as considerações estratégicas que os eleitores tecem em cada um dos diferentes tipos de sistemas eleitorais. A única perspectiva longitudinal do voto estratégico encontrada na revisão de literatura efectuada utiliza dados agregados, que, como vimos, não é a melhor forma para aferir a quantidade de voto estratégico. Importa ainda salientar que o voto estratégico é estudado sobretudo nos sistemas maioritários de tradição Anglo-Americana, uma vez que é neste tipo de sistemas que é expectável encontrar mais voto estratégico, mas também porque, nestes países, os inquéritos pós-eleitorais (que produzem dados ao nível individual – os melhores para medir voto estratégico) são já clássicos, ao contrário de outros países com democracias mais recentes, onde este tipo de prática só recentemente tem vindo a ser desenvolvida. Portugal é um exemplo destes países, uma vez que só a partir das eleições legislativas de 2002 possui este tipo de

inquiridos. Assim, apresentamos ao longo deste capítulo alguns dos estudos conhecidos sobre voto estratégico em países com sistemas maioritários, mistos e de representação proporcional.

Segundo Cox (1997), o sistema eleitoral diz respeito ao conjunto de leis e de regras que regulam a competição eleitoral entre os partidos. Mais especificamente, de acordo com Lopes e Freire (2002), “o sistema eleitoral diz respeito ao conjunto de normas que regulam a transformação de votos em mandatos nos processos de eleição de representantes para cargos políticos” (p. 91). Os sistemas eleitorais são fundamentais para o bom funcionamento do sistema democrático e, segundo Lopes e Freire (2002), são uma dimensão institucional fundamental para o funcionamento do sistema político, nomeadamente através do impacto que têm no formato e dinâmica do sistema partidário.

Dentro das normas que constituem os sistemas eleitorais, podemos identificar dois princípios básicos de representação: por maioria e proporcional. No caso do primeiro, tal como o nome indica, a fórmula de conversão dos votos em mandatos implica que ganhe quem tem a maioria dos votos. Relativamente à RP, o princípio básico é que os mandatos atribuídos dependam da proporção de votos de cada partido ou candidato. Existe amplo debate em torno destes princípios e dos seus efeitos (por exemplo, em torno da governabilidade *versus* representatividade que geram)<sup>5</sup>. De igual modo, estes princípios podem ser (e frequentemente são) operacionalizados de formas bastante distintas. Assim, os sistemas maioritários podem ser de maioria relativa (a uma volta), maioritários a duas voltas ou maioritários de voto alternativo<sup>6</sup>; os sistemas de RP podem ter diferentes fórmulas de cálculo para a transformação de votos em mandatos: fórmulas da média mais alta (Hondt e Saint-Laguë), fórmulas dos maiores restos (Hare, Droop e Imperiali), voto único transferível (Droop) e representação proporcional personalizada<sup>7</sup>, e os sistemas eleitorais podem inclusivamente combinar elementos maioritários e proporcionais, resultando em sistemas eleitorais mistos. Estes são definidos por Massicotte (2004) como aqueles em que se combina a representação proporcional com

---

<sup>5</sup> Ver Lopes e Freire (2002).

<sup>6</sup> Ver Cruz (1998) e Lopes e Freire (2002).

<sup>7</sup> Ver Lopes e Freire (2002).

o sistema maioritário a uma volta (*first past the post*). Nos últimos anos, os sistemas mistos têm sido cada vez mais utilizados por diversos países, nomeadamente aqueles que efectuaram uma transição para a democracia (entre os quais os ex-países da União Soviética e novas democracias da América-Latina), bem como alguns países já com democracias consolidadas (Alemanha, Nova Zelândia e Japão) <sup>8</sup>.

Segundo Giovanni Sartori (1992), a influência directa dos sistemas eleitorais recai sobre o eleitor (processando-se ao nível do círculo eleitoral onde este vota) e, por isso, a influência sobre o sistema de partidos é indirecta, porque o sistema partidário é um resultado agregado a nível nacional. A influência directa dos sistemas eleitorais é concebida como manipuladora: “*o eleitor vota como vota porque é pressionado para tal. Pelo contrário, se o eleitor não é alvo de nenhum condicionamento, pressão ou chantagem, então o sistema eleitoral não exerce nenhum efeito*” (Sartori, 1992; citado em Lopes e Freire, 2002, p.169). Também Clark e Golder (2006) fazem referência à considerável evidência que a magnitude dos círculos mais pequenos tem um forte efeito mecânico de redução efectiva no número de partidos electivos, que é precisamente o efeito referido por Duverger (1954) que acreditava que encorajava os eleitores a votar estrategicamente.

O autor classifica os sistemas eleitorais em *fortes, fortes-débeis e débeis*, consoante o grau decrescente de pressão sobre os votantes. Os sistemas maioritários (maioria relativa) a uma volta e aplicados em círculos uninominais são considerados sistemas eleitorais fortes, na medida em que geram mais incentivos para votar estrategicamente. No caso dos sistemas RP, Sartori considera que a sua influência é proporcional à sua desproporcionalidade. Ou seja, os RP «puros» não têm qualquer influência manipuladora, são sistemas eleitorais débeis. “*Pelo contrário, nas situações intermédias, ou seja quando os sistemas RP são impuros (com círculos pequenos, cláusulas barreira e/ou com um prémio em assentos parlamentares ao partido mais votado) são considerados sistemas eleitorais fortes-débeis*” (Sartori, 1992; citado em Lopes e Freire, 2002, p.169).

---

<sup>8</sup> Ver Lopes e Freire (2002) e Kostadinova (2002).

Estudos empíricos como o de Rae (1969, citado em Lopes e Freire, 2002) ajudam a compreender melhor o potencial impacto dos sistemas eleitorais. Assim, neste estudo sobre a relação entre sistemas eleitorais e sistemas partidários, Rae analisou 117 eleições realizadas entre 1945 e 1965 em 20 democracias ocidentais. Verificou que a desproporcionalidade na conversão de votos em mandatos é um traço comum a todos os sistemas eleitorais, e que a maior parte das maiorias absolutas (de lugares) monopartidárias são artificiais<sup>9</sup> e ocorrem em todos os tipos de sistemas eleitorais (maioritários e RP). Rae (1969) refere que, na conversão de votos em lugares no Parlamento, os regimes maioritários beneficiam mais o primeiro e o segundo partidos mais votados (bastante mais o primeiro do que o segundo) e prejudicam mais os partidos pequenos, negando com maior frequência a representação aos micro-partidos. O autor refere que os regimes maioritários produzem resultados significativamente mais desproporcionais e reduzem bastante mais a fragmentação dos sistemas partidários, que a maior parte das maiorias absolutas artificiais ocorre em sistemas de maioria relativa e que as maiorias absolutas mínimas são mais curtas. Acrescenta ainda que os sistemas maioritários amplificam as mudanças de sentido de voto entre eleições, enquanto os regimes RP não o fazem.

Contudo, o efeito dos sistemas eleitorais sobre o comportamento eleitoral – e daí sobre o sistema partidário – não se limita unicamente ao efeito das fórmulas de conversão de votos em mandatos. Como o estudo de Rae (1969, citado em Lopes e Freire, 2002) conclui, quanto maiores os círculos eleitorais nos sistemas RP – ou seja, quantos mais mandatos atribuírem – menores as distorções na conversão de votos em mandatos e maior fragmentação dos sistemas partidários, quer em termos eleitorais quer em termos parlamentares.

A percepção de um impacto importante da dimensão dos círculos eleitorais é partilhada por Leys e Sartori, que são da opinião de que quanto mais pequenos forem os círculos eleitorais e menos mandatos tenham para oferecer, mais fortes serão os incentivos para se votar estrategicamente (citados em Gschwend, 2007). Nos sistemas maioritários com círculos uninominais, só um candidato/partido pode vencer em cada círculo, o que

---

<sup>9</sup> Este fenómeno ocorre sobretudo em sistemas de maioria relativa pois os sistemas maioritários amplificam as mudanças de sentido de voto entre eleições; ver Rae (1971) e Lopes e Freire (2002).

significa que os votos nos outros candidatos/partidos são desperdiçados, podendo assim gerar importantes incentivos para o voto estratégico. Nos sistemas RP, este efeito deverá ser particularmente evidente em círculos mais pequenos, na medida em que resultam numa maior desproporcionalidade e conseqüentemente apresentam maiores barreiras à representação de pequenos partidos.

Este efeito é perceptível quando examinamos a relação entre a dimensão dos círculos eleitorais e os seus limiares de representação. Os limiares de representação são definidos como a percentagem mínima de votos que um partido precisa de obter para eleger um mandato em determinado círculo eleitoral, tendo em conta as circunstâncias mais favoráveis. Nalguns países, este limiar é uma imposição legal, que designamos aqui como cláusula-barreira formal – como é o caso da Alemanha. Estas cláusulas-barreira, só por si, constituem um incentivo para o voto estratégico, na medida em que são percebidas como sendo impeditivas de que alguns partidos possam eleger qualquer mandato, levando os seus eleitores a desertarem estrategicamente para outros partidos (ou para a abstenção). Mas mesmo onde tal não é o caso, o sistema eleitoral e a dimensão dos círculos eleitorais implicam proporções mínimas do voto necessário para eleger mandatos. Assim, num círculo eleitoral com 3 mandatos, um partido precisa de no máximo (25% dos votos) e no mínimo (16,67% dos votos) para eleger um mandato. Com 30 mandatos, esses valores são 1,67% mínimo de votos e 3,23% de votos<sup>10</sup>.

Este efeito da dimensão do círculo eleitoral sobre o voto estratégico em sistemas de RP acontece, segundo Cox e Shugart (1997) e Sartori (1968), em círculos eleitorais muito pequenos. Os autores referem o facto do voto estratégico supostamente diluir-se quando a dimensão do círculo é maior que 5 mandatos porque os requisitos de informação para

---

<sup>10</sup> O limiar de representação inferior é “a percentagem mínima de votos que pode resultar na atribuição de um mandato a um partido nas condições mais favoráveis”, e é calculado através da seguinte fórmula:  $Limiar_{inf} = \frac{100\%}{2M}$  (Lijphart 1994: 25-27); o limiar superior é “a percentagem máxima de votos que, nas condições mais desfavoráveis, seria insuficiente para a atribuição de um mandato a um partido”, e é calculado usando a fórmula:  $Limiar_{sup} = \frac{100\%}{(M + 1)}$  (Lijphart 1994: 25-26). O limiar de representação efectivo é definido por Lijphart como estando entre (e equidistante) dos limiares superior e inferior.

os eleitores tornam-se demasiado elevados em ordem a realizar os incentivos que são disponibilizados nos círculos maiores.

Estudos empíricos tendem a confirmar a existência de uma importante componente de “efeitos psicológicos” dos sistemas eleitorais. Em 1991, Blais e Carty efectuaram um estudo sobre 20 países e 509 eleições<sup>11</sup> que ocorreram durante pouco mais de um século, com o objectivo de testar a lei de Duverger no que respeita ao efeito psicológico dos sistemas eleitorais sobre o comportamento dos eleitores. Mais especificamente, pretendeu-se verificar se este é da mesma magnitude que os efeitos mecânicos, bem como testar estes efeitos ao nível do voto estratégico nacional e dos círculos eleitorais.

O estudo de Blais e Carty (1991) teve sobretudo a preocupação de medir o efeito psicológico (e não o efeito mecânico) e foi efectuado através da comparação dos sistemas partidários e padrões de voto em vários sistemas eleitorais (sendo 52,8% sistemas de RP, 25,3% sistemas maioritários a uma volta e 21,8% sistemas maioritários a duas voltas). Ou seja, o propósito foi o de verificar a teoria de Duverger de que a representação proporcional conduz a um sistema de partidos múltiplos, que o sistema maioritário a duas voltas leva a um sistema de partidos múltiplos embora menor que os de RP, e que o sistema maioritário a uma só volta leva ao dualismo de partidos.

Neste estudo, os autores introduziram duas variáveis dependentes – o número de partidos que disputam as eleições e o fraccionamento eleitoral<sup>12</sup>. Segundo os autores, os resultados encontrados contrariam as afirmações de Taagepera e Shugart (1989) de que, o nível dos círculos eleitorais é o único em que este efeito psicológico pode ser verificado de forma quantitativa, e apoia aqueles autores que argumentam que o voto estratégico ocorre quer ao nível nacional, quer ao nível dos círculos. Os resultados deste estudo demonstraram que o voto nos terceiros partidos é 22% menor nos sistemas maioritários a uma volta do que nos sistemas RP, e que o total do efeito psicológico no comportamento dos eleitores é da mesma dimensão do efeito mecânico (20%). Os

---

<sup>11</sup> Os autores utilizaram como fonte para a construção da sua base de dados o *Internacional Almanac of Electoral History* (actualizado até 1985) e publicado no *European Journal of Political Research* (1985).

<sup>12</sup> Utilizando o índice de fraccionamento do número efectivo de partidos electivos de Laakso e Taagepera (1979).

autores chegaram a estes resultados através da análise do número efectivo de partidos parlamentares (NEPP) e do número efectivo de partidos eleitorais (NEPE).

Os resultados da investigação demonstraram ainda que o sistema maioritário a duas voltas é moldado pela magnitude do círculo e que, tal como Duverger reivindicou, a variância da magnitude nos círculos uninominais é muito distinta da variância dos sistemas de RP, excepto que o número de partidos é um pouco mais pequeno. Já os sistemas plurinominais maioritários produzem resultados diferentes, os quais são caracterizados por uma forte polarização do voto: o resultado típico é um sistema com dois partidos efectivos em que os eleitores dos terceiros partidos vão desaparecendo.

De igual forma, e mais recentemente, Clark e Golder (2006) testaram estas teorias de Duverger na quase totalidade das eleições realizadas em países democráticos, ou seja, em 867 eleições legislativas entre 1946 e 2000, onde estão incluídas eleições em democracias recentes de África, Ásia e dos países da Europa de Leste. Os autores concluíram que, efectivamente, a teoria de Duverger confirma-se quer ao nível do efeito mecânico quer ao nível do efeito psicológico, encorajando os eleitores a votar de forma estratégica e influenciando a forma como as elites políticas participam no processo de entradas ou saídas estratégicas nos círculos de pequena dimensão.

Clark e Golder (2006) relembram ainda a teoria de Duverger no que respeita à heterogeneidade social, a qual provoca um aumento no número de partidos nos sistemas eleitorais mais permissivos, como é o caso dos de RP, sobretudo se estes tiverem círculos médios ou grandes. No entanto, no caso dos sistemas de RP muito desproporcionais, o número de partidos é reduzido apesar da existência de heterogeneidade social, da mesma forma que países com homogeneidade social tenderão a ter pouco número de partidos. Tal tende a apontar para os efeitos que os sistemas eleitorais podem ter, quer na conversão de votos em mandatos, quer na própria definição do sentido de voto por parte dos eleitores.

Também recentemente, em 2002, Kostadinova demonstra, num estudo efectuado sobre 16 países, que os sistemas mistos situam-se a meio no que respeita à fragmentação

partidária (com uma média de 3,48 partidos), entre os proporcionais (mais fragmentados – média de 4,63 partidos) e os maioritários (menos fragmentados – média de 2,65 partidos), e aqueles que têm uma maior proporção de lugares através de representação proporcional tendem a ter mais partidos efectivos do que os sistemas mistos com uma maior proporção de lugares por sistema de maioria.

## 5. Voto estratégico em Sistemas Maioritários

*“É indiscutível rendermo-nos à evidência que ocorre uma grande quantidade de voto sofisticado – principalmente com desvantagem para os terceiros partidos nacionais – tal que a força da Lei de Duverger sobre o factor psicológico tem de ser considerável”* (Riker, 1982; citado em Blais e Carty, 1991, p.82).

É nos sistemas de maioria relativa que se espera encontrar uma maior utilização do voto estratégico, e a maioria dos estudos existentes sobre voto estratégico incide precisamente sobre este sistema eleitoral, com particular destaque para as eleições britânicas. Fieldhouse et al (1996) referem a observação de um desalinhamento partidário observado nas eleições legislativas britânicas a partir de 1960, o que na opinião dos autores aponta para um aumento criterioso da volatilidade eleitoral, e, assim, provavelmente, da inclinação do eleitorado para votar estrategicamente. No entanto, segundo estes autores, só a partir de meados dos anos 80 é que o voto estratégico se tornou um assunto de maior interesse para o público e os meios de comunicação social. Bowler e Lanoue (1992; citando Rasmussen, 1984; Catt, 1989) reforçam esta ideia ao salientar que foi a história eleitoral britânica que deu testemunhos da importância prática do voto táctico (estratégico) e que o assunto foi de tal maneira importante que foi criado um grupo de pressão (“TV87”- *Tactical Voting 1987*) antes das eleições britânicas de 1987, com o objectivo de encorajar o aumento desta prática.

Johnston e Pattie (1991) analisaram a questão do interesse que o voto estratégico suscitou nos *Media* e referem a existência de uma relação entre voto estratégico e a intensidade da campanha eleitoral ao nível dos círculos, nas eleições britânicas de 1983

e 1987. Os autores consideram que, em qualquer círculo onde concorrem três ou mais candidatos, os eleitores que tiverem um desejo forte de retirar do lugar o candidato do partido incumbente irão votar no partido da oposição que aparentemente tiver maiores possibilidades de conseguir esse objectivo. Os eleitores votarão tanto mais dessa forma: 1) se esse lugar for ocupado pelo partido que está no governo; 2) se o potencial de sucesso for relativamente elevado, o que sugere mais voto estratégico nos círculos onde a distância entre os dois principais candidatos é menor; e 3) se a vantagem relativa de um partido da oposição sobre os outros for clara na corrida eleitoral.

O estudo do caso canadiano de Gaines (1999) ilustra como o sistema eleitoral interage com as características do contexto, não deixando contudo de influenciar estrategicamente o comportamento dos eleitores. O autor refere a particularidade do sistema canadiano, pois este possui diferentes sistemas eleitorais nos diversos estados (dentro do sistema eleitoral nacional da federação), o qual resulta em dois sistemas de partidos: um sistema bipartidário ao nível nacional e um sistema multipartidário ao nível dos círculos (províncias) e dos estados. Segundo o autor, este formato do sistema partidário é explicado pelas questões étnicas, culturais e de heterogeneidade social. Para Gaines (1999), esta particularidade do sistema eleitoral canadiano leva a que os eleitores votem estrategicamente sobretudo ao nível dos círculos eleitorais. No entanto, também existe voto estratégico nacional em dois níveis: num contexto parlamentar – do partido que formará governo, e num contexto de separação de poderes – na forma como são ocupados os lugares da câmara legislativa. Sobre estas considerações estratégicas dos eleitores canadianos, Blais e Bodet (2007) referem que aqueles que estão mais bem informados sobre assuntos políticos e que acompanham resultados de sondagens e campanha eleitoral votam mais estrategicamente, situação que viram confirmada numa investigação que efectuaram às eleições de 1988.

Emerson Niou (2001) lançou uma questão sobre em que tipo de sistema maioritário se verifica mais voto estratégico – se no sistema maioritário a uma volta, em que vence o candidato mais votado, se no sistema maioritário com uma segunda volta, entre os dois candidatos mais votados (*runoff*)<sup>13</sup>, apontando a possibilidade de este ocorrer mais nas

---

<sup>13</sup> Caso um dos candidatos não consiga maioria absoluta à primeira volta.

eleições do primeiro. No entanto, o autor não efectuou qualquer estudo sobre este fenómeno, apenas lançou esta questão para o debate sobre o estudo do voto estratégico.

O potencial para voto estratégico no sistema maioritário a uma volta é também saliente no estudo laboratorial de Bassi (2007). Esta autora analisou o comportamento estratégico dos eleitores em três tipos de sistemas de voto: sistema de maioria relativa (cada eleitor vota num dos vários candidatos e o vencedor é aquele que obtiver o maior número de votos), sistema de voto de aprovação – *approval voting* (cada eleitor vota no número de candidatos que entender, e o vencedor é o candidato com o maior número total de votos) e sistema de *borda count* (cada eleitor ordena os diversos candidatos dando pontos a cada um deles, e o vencedor é o candidato que obtiver o maior número de pontos). A autora descobriu que a regra da maioria relativa leva o eleitor a jogar de uma maneira mais sofisticada mas não necessariamente de forma não sincera. Por oposição, no sistema *borda count*, os eleitores são os menos sofisticados mas os menos sinceros. No sistema de voto de aprovação, existe um nível intermédio de comportamento estratégico.

Em termos de estudos empíricos do voto estratégico em sistemas maioritários, podemos identificar alguns na tabela em baixo.

**Tabela 1 – Exemplos de Estudos Empíricos sobre Voto Estratégico em Sistemas Maioritários**

Autores	País Examinado	Ano das Eleições	Método Usado	Percentagem de Voto Estratégico
Cain (1978)	Reino Unido	1970	Agregado	14,6
Johnston e Pattie (1991)	Reino Unido	1983	Agregado	5,1
Lanoue e Bowler (1992)*	Reino Unido	1983	Agregado	5,8
Blais e Nadeau (1996)	Canadá	1988	Indirecto	6,0
Evans e Heath (1993)	Reino Unido	1987	Directo	6,3
Heath et al (1991)	Reino Unido	1987	Directo	6,5
Lanoue e Bowler (1992)*	Reino Unido	1987	Agregado	6,6
Johnston e Pattie (1991)	Reino Unido	1987	Agregado	7,7
Galbraith e Rae (1989)	Reino Unido	1987	Agregado	10 - 12
Niemi et al (1993)	Reino Unido	1987	Directo	17,0
Alvarez e Nagler (2000)	Reino Unido	1987	Indirecto	7,2
Fisher (2004)	Reino Unido	1987	Directo	5,0
Abramson et al (1992)	Estados U.A. (Democratas)	1988	Indirecto	13
Abramson et al (1992)	Estados U.A. (Republicanos)	1988	Indirecto	12,7 - 13,9
Evans e Heath (1994)	Reino Unido	1992	Directo	9,0
Fieldhouse et al (1996)	Reino Unido	1992	Indirecto	6 - 9

Fisher (2004)	Reino Unido	1992	Directo	7,7
Fisher (2004)	Reino Unido	1997	Directo	8,5
Fieldhouse et al (1996)	Reino Unido	1997- 2001	Indirecto	9
Blais et al (2001)	Canadá	1997	Indirecto	3,0

\* Referenciados em Alvarez e Nagler (2000)

## 6. Voto Estratégico em Sistemas Mistos

Os sistemas mistos são particularmente interessantes para o estudo do comportamento estratégico, na medida em que mantêm constantes variáveis relevantes como sistema partidário ou eleitorado, alterando apenas os incentivos sistémicos que os eleitores devem considerar na sua decisão de voto. Tendo em conta a diversidade de sistemas mistos, estes cálculos estratégicos serão distintos consoante a especificação exacta do sistema.

Segundo Massicotte (2004), um sistema misto é aquele que combina a representação proporcional com o sistema maioritário a uma volta (*first past the post*). Tais combinações podem produzir resultados intermédios (tais como o actual sistema japonês) ou proporcionais (como o sistema alemão).

Gschwend (2003), estudou o voto estratégico no caso alemão, afirmando que este tem duas facetas - os votantes estratégicos empregam uma “*estratégia de voto desperdiçado ou uma estratégia de coligação de segurança*” (p. 5). Como existe uma combinação de sistemas maioritários com sistemas de RP, os eleitores inclinam-se para empregar estratégias múltiplas. A questão fundamental que se coloca aos eleitores, e com a qual têm de lidar, é sobre quem terá possibilidades de ganhar a maioria de lugares para formar governo, pelo que criam expectativas acerca das possibilidades de coligação dos partidos, efectuando assim, por antecipação, uma possível formação de governo. No entanto, o autor reconhece que este exercício é efectuado, em regra, por pessoas que têm a capacidade de entender as implicações estratégicas das regras do sistema eleitoral e a natureza do sistema de partidos.

Os eleitores dos maiores partidos, ao olharem para eleições passadas e coligações efectuadas, uma vez que possuem dois votos/cada, têm tendência para votar no seu

candidato/partido preferido ao nível do círculo eleitoral maioritário e votar num partido mais pequeno ao nível do círculo nacional de sistema RP, para que este tenha possibilidade de vir a coligar-se com o seu partido preferido e, inclusive, para que consiga ultrapassar a cláusula barreira existente. Isto será tanto mais assim quanto maior for a percepção que o seu partido preferido não conseguirá a maioria dos lugares no parlamento. Este fenómeno é chamado de voto de segurança de coligação (Gschwend, 2003). Relativamente aos eleitores dos partidos mais pequenos, tenderão a votar, tal como acontece nos sistemas maioritários, num candidato de um partido mais forte (que não o preferido, dado que este não tem qualquer possibilidade de ganhar) e votar na sua primeira preferência para o círculo nacional (RP), de forma a que o seu partido tenha possibilidade de chegar ao governo de coligação. A este fenómeno o autor denomina por estratégia do voto perdido.

Esta perspectiva de Gschwend já foi igualmente proposta por Beyme e Rudzio em 1996, autores citados por Schoen (1999), que refere a preocupação do eleitor no que respeita ao voto no seu partido preferido no círculo uninominal, e ao mesmo tempo a preocupação em termos de coligação governamental, dando o seu segundo voto a um partido mais pequeno no círculo nacional proporcional; facto que designa por divisor de voto racional. O autor divide os eleitores em três tipos: o primeiro foi referido anteriormente; o segundo, ideológico, é aquele eleitor que apenas está preocupado com as possibilidades de coligação pelo que dá ambos os votos ao partido preferido; e o terceiro, ignorante, é aquele eleitor que descuida ambas as restrições, isto é, não vota estrategicamente pois não tece considerações sobre as possibilidades oferecidas pelo sistema eleitoral. Para Schoen (1999), esta preocupação de uma boa parte do eleitorado em distribuir melhor o seu voto de forma estratégica revela uma maior sofisticação e maturidade política, bem como uma maior racionalidade.

Ferrara (2004) estudou as eleições legislativas italianas de 1994 e 1996 e afirma que esta variante de sistema misto tem características únicas, razão pela qual cria um conjunto de incentivos diferentes para os eleitores e para os partidos, que produzem o efeito oposto preconizado por Taagepera e Shugart (1989). Ferrara (2004) faz referência ao que estes autores demonstraram – que nos círculos plurinominais típicos de um

sistema RP, a baixa magnitude do círculo tem um impacto no número de partidos que competem para os lugares disponíveis, e que desta forma, é difícil para os pequenos partidos conseguirem conquistar um lugar. Por este motivo, e tal como acontece nos círculos uninominais, os eleitores têm os incentivos para votar estrategicamente nos partidos maiores, o que implica que o número efectivo de partidos deva aumentar consoante aumenta a magnitude do círculo. Ferrara (2004) refere que na parte de RP do sistema italiano, os pequenos partidos são favorecidos (e os partidos grandes são penalizados) nos círculos mais pequenos, pelo que existe uma relação negativa entre a magnitude do círculo e o número de partidos. Poderá acontecer, neste caso em particular, que exista uma identificação partidária dupla (Miller e Niemi, 2002).

Se por um lado, a parte maioritária do sistema misto não é afectada pela contaminação da parte da representação proporcional, por outro, na parte da RP as transferências de voto negativas (do maioritário para o de RP) afectaram os resultados eleitorais. Isto é, enquanto na parte maioritária alguns dos eleitores dos partidos mais pequenos utilizaram o seu voto estrategicamente nos partidos maiores (razão pela qual refere que a prevalência do bipartidarismo é consistente com a lei de Duverger), na parte de RP aconteceu o efeito inverso, ou seja, foram alguns dos eleitores dos partidos maiores que votaram estrategicamente nos partidos mais pequenos, a par de um voto sincero dos eleitores dos partidos pequenos (Ferrara, 2004).

Ferrara (2004) refere ainda que, na parte maioritária do sistema e ao nível do círculo eleitoral, os partidos têm incentivos para se coligarem e os eleitores têm incentivos para desertar para terceiros partidos. O autor cita Herron e Nishikawa (2001) e Cox e Schoppa (2002), os quais demonstram que a interacção entre a parte maioritária e de RP dos sistemas mistos gera um efeito de contaminação que faz com que ambas as partes (maioritária e de RP) não funcionem como eleições maioritárias ou de representação proporcional puras. Conclui ainda que o seu estudo vai ao encontro das preposições de que os sistemas mistos não são uma mera combinação entre sistemas maioritários e sistemas de RP, sendo empiricamente distintos e integrando uma variedade de sistemas eleitorais, caracterizados por um conjunto de incentivos que são diferentes dos incentivos típicos dos sistemas de RP e maioritários.

Reed (1999) estudou o voto estratégico nas primeiras eleições japonesas em que funcionou o sistema misto (1996), referindo que encontrou fortes evidências de voto estratégico. Os candidatos com boas possibilidades de ganhar (e que terminam em primeiro ou segundo lugar) recebem mais votos nos círculos uninominais do que os seus partidos que recebem votos nos círculos de RP. Por outro lado, os partidos daqueles candidatos com poucas possibilidades de vitória (que terminam em terceiro ou quarto lugar) recebem mais votos nos círculos de RP. Segundo o autor, os resultados encontrados suportam as hipóteses de que os eleitores baseiam os seus cálculos de preferência de voto em informação que lhes é disponibilizada antes das eleições, e que usam para estimar a força relativa dos candidatos e dos partidos.

Poiré (2000) analisou voto estratégico nas eleições federais mexicanas de 1997, tendo utilizado um modelo semelhante ao de Alvarez e Nagler (2000), nomeadamente um modelo de *logit condicional*, referindo que esta é uma técnica de estimação igualmente eficaz. O autor estimou o voto estratégico nestas eleições em 9,87% e afirmou que este ocorreu entre os três principais partidos, sendo que a sua investigação sugere que não existe um grupo específico de eleitores estratégicos cujas características sociais permitam distingui-los do resto da população. Ou seja, não existe um segmento do eleitorado mais ou menos propício a votar estrategicamente; este comportamento é somente um resultado do entendimento da decisão eleitoral como a maximização da utilidade do voto, levado a cabo por todo o tipo de cidadãos. Acrescenta ainda que o voto estratégico no México é, como em todos os sistemas eleitorais multipartidários, resultado de esforços de coordenação por parte das elites e dos eleitores, que não favorece ou torna vulnerável apenas um dos partidos.

Ainda segundo Shugart e Wattenberg (2001), os sistemas mistos levam diferentes partidos a optar por estratégias diferentes. No que respeita à dimensão inter-partidária, estes permitem que alguns partidos se «especializem» e apostem mais ao nível do candidato individual e outros mais ao nível das listas de candidatos. Ao nível da dimensão intra-partidária, permite que alguns partidos apostem mais nos interesses locais e outros nas prioridades nacionais.

No que respeita a estudos empíricos sobre voto estratégico em sistemas mistos, Poiré (2000) estimou em 9,87% o voto estratégico ocorrido nas eleições mexicanas de 1997 utilizando o método indirecto e Duch e Palmer (2002) observaram 13,6% de voto estratégico nas eleições húngaras de 1997, utilizando o mesmo método.

## **7. Voto Estratégico em Sistemas de Representação Proporcional**

Primeiro Leys (1959) e depois Sartori (1968) discutiram que o voto estratégico também pode ser verificado nos sistemas de RP, sobretudo em círculos mais pequenos. Sartori afirma mesmo que *“a influência dos sistemas RP, através do incentivo a votar estrategicamente, representa meramente um enfraquecimento da mesma influência que é exercida pelos sistemas plurais!”* (citado em Cox, 1997, p.11).

Cox (1997) critica o facto de Duverger não ter adaptado o seu modelo de voto estratégico da regra plural (maioria relativa) aos sistemas de RP e sistemas maioritários a duas voltas, argumentando que o voto estratégico nestes dois sistemas não era importante. Autores como Leys (1959) e Sartori (1968) «castigaram» Duverger por esta omissão, afirmando que uma versão lógica dos votos desperdiçados deveria reaparecer em certos tipos de sistemas de RP. No entanto, Cox (1997) critica igualmente o facto de nenhum destes autores ter chegado a uma conclusão comum através do desenvolvimento de um modelo geral.

Quem igualmente afirma que o voto estratégico pode ser observado e previsto nos sistemas de RP são Gschwend e colegas (2004), apesar de reconhecerem que todas as teorias tradicionais de comportamento de voto apontam para que, no fim, os eleitores votam no candidato/partido preferido. Este autores estudaram o caso finlandês e referem a ideia de que os eleitores tomam decisões heurísticas apropriadas de modo a criar expectativas sobre a sua decisão de voto para que este não seja desperdiçado, sendo que estas expectativas podem ser encontradas independentemente do tamanho dos círculos conforme refere a literatura (fazendo referência a Leys, 1959 e Sartori, 1968). As elites políticas, os comentadores políticos e a comunicação social fornecem aos eleitores mais

atentos pistas acerca do resultado eleitoral de cada círculo. Mesmo os eleitores menos atentos, tais como os «avarentos cognitivos» (Fiske e Taylor, 1991, citados em Gschwend et al, 2004) procuram um caminho que simplifique o seu processo de decisão (Gschwend et al, 2004). A história heurística eleitoral disponibiliza informação para tais eleitores; estes olham para trás, para as eleições anteriores e, mesmo que não recordem bem o resultado eleitoral, facilmente fazem inferências sobre a competitividade das eleições anteriores em comparação com as que irão decorrer.

Os sistemas de RP oferecem possibilidades para pequenos partidos conseguirem mandatos, principalmente se existirem círculos nacionais únicos ou grandes círculos eleitorais. Segundo Gschwend et al (2004), a simples, mas crucial, pergunta à qual um eleitor de um partido marginal tem de responder é se espera que o seu partido eleja mandatos no seu círculo nas eleições que se aproximam. As expectativas do eleitor serão pequenas num círculo eleitoral onde o seu partido ganhou apenas um lugar e está em risco de perder esse lugar. Este eleitor terá assim incentivos para votar estrategicamente. Resumindo, o processo de formação de expectativas por parte do eleitor é uma função de factores situacionais e disposicionais que operam conjuntamente. Em particular, os factores situacionais só podem funcionar se os eleitores estiverem disposicionalmente motivados em primeiro lugar – caso contrário, os eleitores nem sequer consideram a possibilidade de votar estrategicamente.

Os autores formulam três hipóteses para o voto estratégico nos sistemas de RP:

- 1ª hipótese: Se os partidos esperam correr o perigo de perder representação, serão menos punidos pela deserção estratégica nos círculos maiores do que nos mais pequenos. Consequentemente, estes partidos terão um melhor desempenho nos primeiros.
- 2ª hipótese: Se os partidos esperam não correr perigo de perder representação, é expectável que tenham um melhor desempenho nos círculos mais pequenos do que nos maiores, pois beneficiam de maior deserção estratégica do eleitorado dos outros partidos.
- 3ª hipótese: Naqueles círculos onde um partido corre o risco de perder representação, a sua quota de votação deve diminuir por causa da deserção

estratégica, uma vez que se assume que as motivações disposicionais são uma condição necessária para os factores situacionais operarem. É esperado, ao mesmo tempo, que não exista nenhum declínio sistemático em círculos onde um partido não está em perigo de perder representação.

Com o objectivo de testar as hipóteses no caso finlandês, Gschwend et al (2004) recolheram evidências consideráveis para fortalecer as implicações da sua teoria, a qual também propõe descrever como qualquer efeito de variação da dimensão da magnitude dos círculos tem um impacto nos resultados eleitorais. Estes criticam a teoria de Cox e Shugart (1997) para os sistemas de RP com grandes círculos eleitorais, porque estes últimos afirmam não ser possível encontrar evidência de voto estratégico e, através do caso finlandês, os autores propõem-se demonstrar o contrário.

Gschwend et al (2004) descobriram que aqueles partidos que esperam correr o perigo de perder representação são menos punidos pela deserção estratégica e têm um melhor desempenho nos círculos maiores do que nos mais pequenos. Os autores verificaram, através da análise por dados agregados, que em parte, a quota de votos de alguns partidos em certos círculos, diminui ao longo do tempo por causa da deserção estratégica, no caso destes estarem em perigo de perder representação. De forma inversa, o mesmo não se verifica naqueles círculos onde um partido não está em perigo de perder representação. Os autores verificaram ainda que, contrariamente à literatura, mesmo nas situações em que os incentivos institucionais são fracos é possível observar voto estratégico. A questão crucial para o voto estratégico é a forma como os incentivos institucionais constroem um indivíduo no processo da tomada de decisão.

No entanto, é importante realçar que os autores alertam, para o caso Finlandês, que o voto estratégico pode ser visto como um todo nacional, e não círculo a círculo, para a eleição de mandatos. Uma situação semelhante, segundo Jalali (2003), poderá ocorrer no caso português. Esta é uma matéria à qual Blais e Massicotte (1999) se referem como sendo intrigante e pouco examinada pela investigação – o facto de ser possível que os eleitores hesitem em votar em partidos que não têm qualquer possibilidade de vir a fazer parte do Governo, ou seja, que os eleitores votem estrategicamente ao nível

nacional nos partidos que mais possibilidades têm de ganhar as eleições. De forma complementar, Blais et al (2006) defendem que alguns eleitores, nos sistemas de RP, podem votar estrategicamente a favor ou contra os partidos (ou coligações de partidos) que têm possibilidade de formar governo (ou coligações governamentais). Referem, citando Katz (1997) que 70% das eleições em sistemas de RP resultam em coligações governamentais pelo que esta é uma forte possibilidade.

Gschwend (2007) estudou um outro país com sistema de RP – Portugal. Através desse estudo, o autor afirma que pela primeira vez encontrou evidência de que o voto estratégico pode ser observado e previsto mesmo nos sistemas de RP com grandes círculos eleitorais. O autor estimou uma média de 3% de “deserção estratégica”, embora reconheça a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre este tema, nomeadamente no que respeita a estimar o impacto do comportamento da estratégia partidária.

O mesmo autor, em 2006, refere que os estudos existentes sobre voto estratégico têm dedicado demasiado tempo à questão da transformação dos votos em mandatos e à magnitude dos círculos, e que sabemos muito pouco sobre os efeitos que as regras eleitorais exercem no comportamento do eleitor no que respeita ao voto estratégico. Gschwend fala na possibilidade de os pequenos partidos conseguirem obter assentos parlamentares adicionais em sistemas de RP onde são utilizados círculos de compensação nacionais e/ou regionais, o que claramente acaba por «arruinar» os estudos sobre voto estratégico ao nível do círculo eleitoral nesses mesmos países, na medida em que um voto que à partida parece ser desperdiçado numa primeira fase (ao nível do círculo regional) poderá ser aproveitado para um círculo de compensação. O autor dá como exemplos de distribuição de lugares adicionais ao nível regional a Bélgica (embora esta característica tenha sido abandonada a partir de 2003), e, nos sistemas mistos, os casos da Alemanha e da Nova Zelândia.

Moreno e Onate (2004) estudaram voto estratégico nas eleições legislativas espanholas no período de 1982 a 2000, mais concretamente ao nível dos efeitos psicológicos do sistema eleitoral e da influência da magnitude dos círculos. Os autores evidenciam o

facto do sistema eleitoral espanhol caracterizar-se por altos níveis de desproporcionalidade, facto que levou alguns autores (Montero e Vallés, 1992; Onate e Ocana, 1999, citados em Moreno e Onate, 2004) a classificá-lo como um sistema maioritário atenuado. Através desta investigação, Moreno e Onate (2004) afirmam que a forma mais simples de medir a presença de voto estratégico no comportamento eleitoral dos cidadãos é através da agregação dos círculos em função do seu tamanho, e comparar as médias do índice de número efectivo de partidos nos círculos. Os resultados encontrados evidenciam sistematicamente um menor número efectivo de partidos nos círculos pequenos do que nos círculos grandes.

Os autores concluíram que a variável institucional constituída pelo sistema eleitoral – dimensão do círculo (diferença entre círculos grandes e pequenos) – influenciou o comportamento dos eleitores. Ou seja, verificaram que os eleitores dos partidos mais pequenos, nos círculos pequenos, votam nos partidos maiores, pois sabem ou intuem que dificilmente conseguirão atingir representação e preferem não desperdiçar o seu voto. Já o voto estratégico encontrado nos círculos grandes verificou-se sobretudo entre apoiantes de partidos grandes e pequenos para os terceiros e quartos partidos (partidos médios). Apesar de Moreno e Onate (2004) classificarem a dimensão dos círculos em cinco níveis, para verificar a possibilidade de representação, efectuaram uma reclassificação em que os círculos pequenos são aqueles em que apenas dois partidos têm possibilidade de representação, e os círculos grandes são aqueles em que existe a possibilidade de representação de mais de dois partidos. Concluíram ainda que, acima de 6 mandatos, começam a desaparecer os efeitos do voto estratégico. Para além disso, os eleitores votam estrategicamente com base na experiência de actos eleitorais, nas informações disponibilizadas nas sondagens e pelos órgãos de comunicação social, bem como nos apelos ao voto útil por parte dos candidatos e dos partidos durante a campanha eleitoral.

Relativamente aos estudos empíricos do voto estratégico em sistemas de RP, podemos identificar alguns dos principais na tabela seguinte.

**Tabela 2 – Exemplos de Estudos Empíricos sobre Voto Estratégico em Sistemas RP**

Autores	País Examinado	Ano das Eleições	Método Usado	Percentagem de Voto Estratégico
Gschwend (2007)	Portugal	1975-2002	Agregado	3,0
Gschwend (2006)	Espanha	1996	Agregado	5,2
Gschwend (2006)	Roménia	1996	Agregado	3,3
Gschwend (2006)	Polónia	1997	Agregado	5,5
Gschwend (2006)	Suécia	1998	Agregado	0,8
Gschwend (2006)	Suiça	1999	Agregado	3,2
Gschwend (2006)	Espanha	2000	Agregado	0,7
Gschwend (2006)	Peru	2001	Agregado	3,3
Gschwend (2006)	Portugal	2002	Agregado	4,9
Gschwend (2006)	Espanha	2000	Agregado	0,7

Nota: Com excepção da análise do caso português (1975-2002), o autor não analisou todos os círculos nos estudos efectuados sobre os outros países.

## 8. Notas Finais

Pudémos observar ao longo deste capítulo o que é um voto estratégico e a teoria relevante existente sobre este fenómeno do comportamento eleitoral. Em termos do primeiro, o conceito de voto estratégico foi definido numa concepção mais lata, com o objectivo de incluir comportamentos estratégicos que vão para além do voto estratégico «tradicional», isto é, a abstenção estratégica e outros (voto tático inverso e voto tático de protesto). Estes podem ser gerados por descontentamento face ao governo, ao partido preferido ou em relação ao líder do partido preferido do eleitor, bem como pelo desejo de votar noutro partido que não o preferido (devido a já ter assegurada a eleição de um ou mais mandatos do partido preferido) de forma a impedir a eleição do principal adversário.

Em termos da sua incidência e extensão, verificámos que, em termos das previsões teóricas, tendencialmente existe mais voto estratégico nos sistemas maioritários, quer a uma, quer a duas voltas (sobretudo mais no primeiro que no segundo) do que nos seus congéneres de RP, e que é sobre os países onde é utilizado este tipo de sistema que

incidem a maioria dos estudos. No entanto, existem também alguns estudos sobre voto estratégico em sistemas mistos e sistemas de RP, bem como uma tendência recente para que a investigação se centre nestes dois tipos de sistemas.

Se ninguém contesta a existência de voto estratégico nos sistemas maioritários e o debate situa-se ao nível dos diferentes métodos de medição do fenómeno, já nos sistemas de representação proporcional este fenómeno não foi inicialmente considerado em termos teóricos, sendo que só mais recentemente é que estes tipos de sistemas têm vindo a ser estudados. Alguns autores admitem a existência de algum voto estratégico em círculos de pequena dimensão, mas apenas e só nestes, enquanto que outros defendem que este fenómeno também pode ser verificável nos círculos de grande dimensão.

Observámos também que, para além da influência que o sistema eleitoral tem no fenómeno do voto estratégico (nomeadamente as regras de divisão do país em círculos eleitorais, o limiar efectivo desses círculos e a existência ou não de cláusulas barreira), existem outros factores que igualmente exercem influência no comportamento dos eleitores.

O próximo capítulo examina em maior detalhe os potenciais incentivos para comportamento eleitoral estratégico em Portugal, bem como os estudos existentes sobre este fenómeno no caso português.

# **Capítulo III**

## **Comportamento Eleitoral**

### **O Potencial de Voto Estratégico em Portugal**

#### **1. Introdução**

Sendo o objectivo desta tese o de verificar se existe ou não voto estratégico em Portugal, iremos falar dos incentivos que o sistema eleitoral português pode gerar para a ocorrência de voto estratégico, em concreto, a importância que o desenho e respectiva dimensão dos círculos eleitorais poderão ter. Apesar de Portugal possuir um sistema de RP, mais de metade dos seus círculos (contando com os da emigração) são de pequena dimensão, pelo que se geram barreiras substanciais à obtenção de mandatos pelos partidos pequenos. A título de exemplo, existe um círculo com apenas 2 mandatos para eleger, dois círculos com 3 mandatos/cada, dois círculos com 4 mandatos/cada e outros dois círculos com 5 mandatos/cada, pelo que nestes círculos, em teoria, será expectável encontrar uma maior preocupação ao nível da eleição de um mandato, já que a percentagem de votos necessária para que tal se concretize é muito elevada. Por oposição, existem dois círculos de grande dimensão e oito círculos de média dimensão, em que a percentagem de votos para eleger um mandato não é demasiado elevada, pelo que a proporção do voto necessária para a eleição de um mandato é mais reduzida. Vamos também apresentar neste capítulo a teoria existente sobre voto estratégico a qual está relacionada com o caso português. Isto é, as bases teóricas (hipóteses levantadas por estudos que não analisaram directamente voto estratégico e pela aplicação de modelos do comportamento eleitoral) que nos permitem compreender se o voto estratégico é mais ao nível nacional (com a preocupação dos eleitores centrada na eleição do governo), se é pensado sobretudo ao nível dos círculos eleitorais (com a preocupação de eleição de um ou mais mandatos por círculo), ou ainda se iremos encontrar ambas as situações. Estudaremos ainda a evolução da abstenção e a sua possível relação com o voto estratégico.

Não possuímos dados sobre o conhecimento que os portugueses têm sobre o seu sistema eleitoral, isto é, a forma como ele funciona, como são efectuadas as contas para a distribuição dos mandatos a eleger por círculo, ou a forma como são eleitos os

deputados. No entanto, em específico, os 32 anos de experiência democrática poderão ter contribuído para a sofisticação política (nomeadamente ter aumentado o conhecimento sobre o sistema eleitoral) dos eleitores com mais idade e logo com maior experiência em actos eleitorais, como o estudo de Annus e Tavits (2005) sugere.

## **2. O Sistema Eleitoral Português**

Relativamente às eleições para a Assembleia da República, que são aquelas que interessam para o nosso estudo, o sistema utilizado é o de representação proporcional, usando-se a fórmula da média mais alta de Hondt para calcular a forma como são contabilizados os votos para a respectiva conversão em mandatos parlamentares. O país encontra-se dividido em 22 círculos eleitorais: 18 círculos que correspondem aos distritos do Continente, 2 círculos correspondentes às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e mais 2 outros círculos correspondentes aos da Emigração – Europa e o «Resto do Mundo». O número de mandatos a atribuir a cada um destes círculos é definido pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) entre 60 e 55 dias antes de cada acto eleitoral (e segundo a última actualização do recenseamento eleitoral). As únicas excepções são os círculos da emigração, aos quais, e segundo legislação em vigor, são atribuídos dois mandatos a cada um dos dois círculos, independentemente do número de eleitores<sup>14</sup>. A distribuição prévia dos mandatos tem por base o número de cidadãos eleitores inscritos nos cadernos do recenseamento eleitoral e é feita segundo o método da média mais alta de Hondt, sendo que, de acordo com a Constituição e a lei eleitoral, nenhum círculo pode eleger menos de dois mandatos.

Em Portugal não existem círculos uninominais (eleição de apenas um candidato/deputado); todos os círculos são plurinominais (elegem-se dois ou mais deputados) e os mandatos em 2005 foram distribuídos da seguinte forma:

---

<sup>14</sup> Ver Lei Eleitoral da Assembleia da República (artigo 13º, nº 3 da Lei 14/79 de 16 de Maio).

**Quadro 1 – Número de Mandatos por Círculo Eleitoral e Respectiva Dimensão dos Círculos\***

Dimensão dos Círculos Eleitorais	Círculos Eleitorais/Distritos	Número de mandatos/Deputados	
Grande Dimensão:	Lisboa	48	
	Porto	38	
Média Dimensão:	Braga	18	
	Setúbal	17	
	Aveiro	15	
	Coimbra	10	
	Leiria	10	
	Santarém	10	
	Viseu	9	
	Faro	8	
	Pequena Dimensão:	Madeira	6
		Viana do Castelo	6
		Açores	5
		Castelo Branco	5
Vila Real		5	
Bragança		4	
Guarda		4	
Beja		3	
Évora		3	
Portalegre		2	
Europa		2	
Fora da Europa	2		

\* Dados relativos às últimas eleições legislativas de 2005.

### **3. Os Incentivos ao Voto Estratégico Provenientes do Sistema Eleitoral Português**

Segundo Lopes e Freire (2002), “*em círculos com menos de 5 deputados, os partidos com cerca de 13,3% (ou menos) dos votos terão escassas possibilidades de aceder à representação parlamentar*” (p.142). Esta percentagem respeita ao limiar efectivo – média entre o limiar de representação (nível mínimo de apoio de que necessita um partido para obter representação, segundo Lijphart, 1994) e o limiar de exclusão (percentagem máxima de votos em determinado círculo que pode não ser suficiente para

eleger um representante, tendo em conta as circunstâncias mais desfavoráveis). Estes limiares, na prática, acabam por funcionar como cláusulas barreira efectivas, na medida em que impedem os partidos mais pequenos de obterem representação num dado círculo eleitoral. É assim importante conhecer o limiar de representação de cada círculo do sistema eleitoral português (quadro em baixo e dados relativos às últimas eleições legislativas de 2005), pois este poderá ser um factor explicativo de voto estratégico.

**Quadro 2 – Limiar de Representação por Círculo Eleitoral**

Círculos Eleitorais	Dimensão dos Círculos	Número de Mandatos	Limiar de Representação (ou Limiar Inferior) <sup>15</sup>
Lisboa	G	48	1,04%
Porto	G	38	1,32%
Braga	M	18	2,78%
Setúbal	M	17	2,94%
Aveiro	M	15	3,33%
Coimbra	M	10	5,00%
Leiria	M	10	5,00%
Santarém	M	10	5,00%
Viseu	M	9	5,56%
Faro	M	8	6,25%
Viana do Castelo	P	6	8,33%
Madeira	P	6	8,33%
Castelo Branco	P	5	10,00%
Vila Real	P	5	10,00%
Açores	P	5	10,00%
Bragança	P	4	12,50%
Guarda	P	4	12,50%
Beja	P	3	16,67%
Évora	P	3	16,67%
Portalegre	P	2	25,00%
Europa	P	2	25,00%
Fora da Europa	P	2	25,00%

No entanto, julgamos importante apresentar também, para além do limiar inferior de representação referente às últimas eleições legislativas, um quadro com os níveis de limiares por dimensão dos círculos eleitorais desde as eleições constituintes de 1975 às legislativas de 2005 para se perceber melhor este efeito de «cláusula barreira não formal», através do quadro seguinte elaborado por Jalali (no prelo).

<sup>15</sup> O limiar foi calculado com recurso à fórmula proposta por Lijphart (1994).

**Quadro 3 - Limiar Superior, Inferior e Efectivo  
por Agrupamento de Círculos Eleitorais (1975-2005)**

	Limiar Superior	Limiar Inferior	Limiar Efectivo
Círculos Eleitorais Grandes	2,2%	1,1%	1,6%
Círculos Eleitorais Médios	7,5%	4,0%	5,8%
Círculos Eleitorais Pequenos	17,1%	10,3%	13,7%
Total Continental	7,3%	3,9%	5,6%

Fonte: Jalali (no prelo, p. 276)

De seguida, apresenta-se o limiar de representação calculado para estas eleições de 2005, de acordo com o tamanho dos círculos eleitorais e em comparação com o limiar de representação relativo a todo o período democrático.

**Quadro 4 - Limiar de Representação por Dimensão de Círculo**

	Limiar de Representação (ou Limiar Inferior) - Eleições de 2005	Limiar de Representação (ou Limiar Inferior) Período de Eleições de 1975 a 2005 (Jalali, no prelo)
Círculos Eleitorais Grandes	1,18%	1,10%
Círculos Eleitorais Médios	4,48%	4,00%
Círculos Eleitorais Pequenos	12,38%	10,30%

Ao efectuar uma comparação entre o limiar de representação das eleições de 2005 e o limiar de representação do período de 1975 a 2005, podemos verificar a diferença existente sobretudo ao nível dos círculos médios e pequenos (mais nos pequenos). Este facto explica-se essencialmente por duas razões. A primeira resulta da diminuição da população dos distritos do interior do país (e consequentemente do número de eleitores), que, ao emigrar para as zonas do litoral, fez com que diminuísse o número já reduzido de mandatos dos círculos pequenos do interior e aumentassem os mandatos dos círculos médios e grandes do litoral (com uma única excepção – Viana do Castelo continua a ser círculo pequeno). A segunda razão prende-se com duas diminuições do número de deputados ocorridas no período de 1975 a 2005: a primeira ocorreu em 1979 com a

diminuição de 263 deputados<sup>16</sup> para 250 deputados; a segunda ocorreu em 1991, com uma redução de 20 deputados, passando o parlamento a ter 230 lugares.

Sabemos também que Portugal é um dos países com elevado grau de desproporcionalidade, no conjunto dos sistemas de RP. Em 2002, Lopes e Freire realizaram um estudo sobre grau de desproporcionalidade, em que acrescentaram aos países da nossa área geocultural estudados por Lijphart (1994) e Siaroff em 2000 as democracias mais recentes do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia). Neste estudo, que engloba 24 países europeus no período de 1945-1999, Portugal aparece como sendo o sexto país com maior índice de desproporcionalidade (7,70)<sup>17</sup>, como o décimo país com o menor Número Efectivo de Partidos Eleitorais (NEPE<sup>18</sup>; 3,40), sendo também o décimo país com o menor Número Efectivo de Partidos Parlamentares (NEPP<sup>19</sup>; 2,88), factos que demonstram a falta de proporcionalidade do sistema português comparativamente ao de outros países europeus. De forma similar, Freire (2006) refere-se ao sistema eleitoral português como sendo reconhecidamente um dos sistemas de RP com voto em lista mais desproporcionais da Europa.

Num estudo mais recente, Jalali (no prelo) apresenta-nos um estudo comparativo entre nove países da Europa Ocidental no período em que ocorreram todas as eleições legislativas em Portugal (1975 a 2005), em que Portugal aparece com uma média de índice de desproporcionalidade<sup>20</sup> de 5,42. A média é inferior (4,25) se for analisado apenas o período de 1975 a 1987, e superior (5,85) se for analisado o período de 1987 a

---

<sup>16</sup> Em 1975 eram 250 deputados; em 1976 eram 263.

<sup>17</sup> O indicador de desproporcionalidade é o proposto por Loosemore e Hanby (1971), o NEPE e NEPP é o de Laakso e Taagepera (1979), citados em Lijphart 1994.

<sup>18</sup> O número efectivo de partidos electivos (número de partidos que concorrem às eleições) é calculado usando a seguinte fórmula:  $N_v = \frac{1}{\sum v_i^2}$ , onde onde  $v_i$  é a proporção do voto de cada partido (ver Lijphart 1994: 67-72, incluindo uma avaliação dos diferentes índices de números efectivos de partidos).

<sup>19</sup> O número efectivo de partidos parlamentares (número de partidos com assento parlamentar) é calculado usando a seguinte fórmula:  $N_s = \frac{1}{\sum s_i^2}$ , onde  $s_i$  é a proporção de mandatos de cada partido (ver Lijphart 1994: 67-72, incluindo uma avaliação dos diferentes índices de números efectivos de partidos).

<sup>20</sup> O autor utilizou a medida *least-squares index* de Gallagher (ver Lijphart 1994: 58-67).

2005. Isto é, a desproporcionalidade tem vindo a aumentar no sistema eleitoral português. Portugal é apenas superado pela França e Reino Unido (que têm sistemas maioritários) e Espanha (que tem das mais baixas médias de magnitude dos círculos eleitorais).

Jalali (no prelo) procedeu ainda à elaboração de um estudo comparativo entre os mesmos nove países, para aferir a média de desproporcionalidade para grupos de círculos eleitorais no mesmo período de 1975 a 2005, aparecendo os círculos eleitorais pequenos portugueses com 14,05 (sendo apenas superados pela França no período de 1958-1981 com 14,2), com 8,7 nos círculos médios e 3,6 nos círculos grandes.

O autor refere que o nível moderadamente baixo de desproporcionalidade do sistema eleitoral português (5,4) esconde diferenças substanciais entre os círculos, na medida em que os oito círculos eleitorais pequenos apresentam níveis de desproporcionalidade superiores aos dos sistemas eleitorais maioritários do Reino Unido ou da França (em 1988), apesar de Portugal ter um sistema de RP. Isto significa que os partidos pequenos como CDS e o PCP enfrentam barreiras substanciais para eleger deputados em quase metade dos círculos de Portugal continental.

A dimensão dos círculos portugueses poderá ser assim uma variável importante para explicar o voto estratégico, na medida em que metade destes círculos (sem contar com os da emigração) são de pequena dimensão, onde regra geral somente PS e PSD conseguem eleger representantes. Há contudo duas exceções: a CDU, que pelo facto de ter uma votação regionalmente concentrada (Alentejo), consegue eleger nalguns desses círculos, e o CDS, que tem conseguido eleger no círculo de Viana do Castelo. Mesmo nos outros círculos de média dimensão, os partidos pequenos têm alguma dificuldade em eleger representantes; neste caso concreto, o CDS consegue eleger nos círculos mais a Norte e a CDU nos círculos mais a Sul.

Monroe e Rose (2002), referindo-se ao caso português em particular, afirmam que o efeito de variância (variação da magnitude dos círculos) é muito forte em Portugal e provavelmente alterou o curso da democracia portuguesa. Afirmam ainda que este

efeito de variância poderá ser a variável mais importante de um sistema eleitoral, logo a seguir à magnitude do círculo propriamente dita, para explicar a formação e evolução dos sistemas partidários. No caso português, a existência de barreiras substanciais à eleição não só dos partidos muito pequenos mas também de partidos com representação parlamentar como o CDS e PCP leva-nos a crer que poderemos encontrar voto estratégico dos partidos pequenos e muito pequenos para os partidos grandes.

#### **4. Voto Estratégico Expectável no Sistema Partidário Português**

Gschwend (2007) estudou o voto estratégico em Portugal no período de 1975 a 2002 usando dados agregados. Conclui que é possível observar voto estratégico mesmo num sistema de RP como o português. Gschwend utilizou o *método agregado*, dada a inexistência de dados individuais, tendo utilizado os resultados de todos os partidos, bem como alianças de partidos, que concorreram às eleições legislativas de 1975 a 2002. Efectuou uma análise círculo a círculo comparando as mudanças de voto entre pares de eleições nos diferentes tipos de círculos para estimar o voto estratégico. O autor utilizou a variável Voto Normal para medir a quota de votação normal (esperada) de um partido em dado círculo eleitoral (baseado na votação da eleição anterior) e uma variável *dummy*, Expectativa, para medir as expectativas de resultados relativamente àqueles partidos que não ganharam qualquer lugar, num dado círculo, nas eleições, bem como a Magnitude do Círculo, os Anos das Eleições e o Número Efectivo de Partidos (variável dependente *standard*) para medir a competição partidária no círculo. Gschwend (2007) salienta que Portugal é caracterizado por ser um dos sistemas de RP mais desproporcionais da Europa e, partindo deste pressuposto, sustenta que os eleitores em geral tentam evitar desperdiçar o seu voto, pelo que votam noutra partido que não o seu preferido. Entre outras análises, os eleitores observam os resultados das eleições anteriores e, ao constatar que o seu partido preferido não elege nenhum mandato, tendem a votar noutra partido que tenha a possibilidade de eleger.

O autor acrescenta que os partidos que estão em perigo de não obter representação serão punidos pela deserção estratégica, perdendo assim votos para aqueles que é expectável

que ganhem lugares (mandatos). Esta situação verifica-se tanto mais consoante for diminuindo a dimensão do círculo eleitoral. Gschwend (2007) verificou ainda que existiram diversos partidos que nunca ganharam qualquer mandato num dado círculo eleitoral, considerando que o apoio destes partidos nesse círculo tenderá a diminuir ao longo no tempo. Os resultados apontaram para que, em média, os partidos possam esperar que 90% dos votos que tiveram, nos diversos círculos nas eleições anteriores, estejam garantidos.

No seu estudo, o investigador estimou que uma média de 3% dos apoiantes de um partido que acham que este não conseguirá obter qualquer mandato «desertam estrategicamente» e votam noutros partidos. Esta percentagem varia consoante a magnitude dos círculos (distritos) eleitorais, chegando a ultrapassar os 4% nos círculos mais pequenos (Évora e Beja). Mesmo no círculo maior (Lisboa), é possível observar voto estratégico visto que, contrariamente à literatura (Cox e Shugart, 1997; Cox, 1997), os eleitores, ao verificarem que o seu partido preferido não tem possibilidade de conseguir representação, votam estrategicamente mesmo nos círculos de grande dimensão.

Gschwend (2007) conclui que, a existir um processo de aprendizagem relativamente aos incentivos institucionais para votar estrategicamente, não é claro se estes operam ao nível nacional ou ao nível do círculo eleitoral. Isto é, o autor encontrou mais voto estratégico nos círculos pequenos do que nos círculos médios e grandes, embora o facto de não existirem diferenças significativas entre estes não permita que não se afirme categoricamente que os incentivos institucionais funcionam mais ao nível nacional ou do círculo eleitoral. Ou seja, o voto estratégico parece assim ter ocorrido quer ao nível do círculo, quer ao nível nacional. Gschwend (2007) acrescenta ainda que é possível que os eleitores não reajam somente aos incentivos institucionais mas também às elites partidárias, pois existem algumas estruturas partidárias fortes e firmemente ancoradas na sociedade portuguesa e o voto é facilmente previsível ao nível do círculo eleitoral.

Para além do estudo sobre voto estratégico em Portugal efectuado por Gschwend (2007), existem alguns estudos sobre comportamento eleitoral em Portugal em que os investigadores apontam para prováveis ocorrências de votação estratégica.

Um desses estudos é de Lopes e Freire (2002), em que os autores fazem referência aos efeitos psicológicos e mecânicos do sistema eleitoral enunciados por Duverger. Os autores mencionam o facto dos sistemas maioritários forçarem o eleitor a um voto estratégico, enquanto os sistemas de RP puros permitem um voto sincero ou segundo as primeiras preferências. No entanto, este voto sincero apenas acontece desde que a oferta o permita, pois se tal não se verificar, existe a possibilidade dos eleitores portugueses, nos círculos mais pequenos, poderem ser constrangidos ao voto útil, na medida em que o formato do sistema de partidos português revela um relativo afastamento do multipartidarismo (existente entre 1975 e 1985), direccionado para um formato próximo do bipartidarismo com dois partidos e meio, a nível parlamentar.

Também Freire e Magalhães (2002) referem que o caso português ilustra o efeito dos sistemas eleitorais sobre a vida política e que não é de excluir totalmente a possibilidade de que a concentração do voto nos dois maiores partidos se deva em parte aos “efeitos psicológicos” do sistema eleitoral. Um exemplo deste fenómeno é referido por Freire (2002), que aponta como causa do declínio da variância explicada do voto no CDS nos tradicionais bastiões deste partido o voto útil no PSD.

Jalali (2003) aponta para a possibilidade da natureza do sistema eleitoral português gerar incentivos a um substancial voto tático nos diversos círculos eleitorais mais pequenos (cujas magnitudes são inferiores a 5), tendo em conta, também, que os dois grandes partidos centristas (PS e PSD) apelam insistentemente ao voto útil. Ainda, Jalali (no prelo) apresenta-nos o NEPE por círculo eleitoral, no período das eleições legislativas de 1975 a 2005 e respectivo agrupamento dos círculos pelas três dimensões normalmente utilizadas, e que pode ser observado no quadro seguinte.

**Quadro 5 – Média do NEPE por Agrupamento de Círculos Eleitorais**

	Círculos Eleitorais Grandes	Círculos Eleitorais Médios	Círculos Eleitorais Pequenos
Média NEPE	3,4	3,3	3,2

O autor refere ainda que é possível observar que exista algum voto estratégico nos círculos pequenos, dado que a evolução do NEPE ao longo do tempo sugere algum comportamento estratégico. Excluindo as eleições de 1975 (fase de aprendizagem inicial dos eleitores em relação ao funcionamento do sistema eleitoral), as diferenças nas médias do NEPE para os diferentes grupos de círculos eleitorais são todas elas significativas (ver Jalali, no prelo). Contudo, os resultados da sua investigação não revelaram um maior grau de voto tático nas circunscrições mais pequenas nem qualquer padrão evidente em termos de desproporcionalidade distrital e de índice do número efectivo de partidos electivos (NEPE). O autor dá como exemplo o facto do NEPE médio do Porto (segundo maior círculo eleitoral) ser apenas o 11º em 18 distritos de Portugal Continental (3,26%), o que é inferior à média das circunscrições altamente desproporcionais. O autor pressupõe, que a existir voto útil, este ocorra a nível nacional e que isso seja um reflexo da nacionalização do sistema partidário.

Um outro aspecto que poderá ter alguma relevância no que respeita ao voto estratégico é a representação desigual, uma das quatro outras dimensões do sistema eleitoral que são consideradas por Lijphart “*menos importantes mas não necessariamente insignificantes*” (1994, citado em Jalali, no prelo, p. 280). O autor refere que, embora a representação desigual possa teoricamente beneficiar sistematicamente alguns partidos, contribuindo assim para a desproporcionalidade, isto raramente é um problema para os sistemas de RP que utilizam círculos eleitorais relativamente grandes, de magnitudes variáveis, porque os mandatos podem ser redistribuídos. Segundo Jalali (no prelo), este pareceria ser o caso português, dado o critério proporcional estritamente numérico utilizado para a distribuição de mandatos pelos círculos eleitorais, sendo o número de deputados por distrito determinado pelo número de eleitores recenseados. Por este motivo, teoricamente, não deveria existir qualquer problema de representação desigual em Portugal. No entanto, Jalali refere que, na realidade, existe algum grau de representação desigual devido à díspar distribuição regional de eleitores fantasma. O

autor faz referência ao facto dos cadernos eleitorais estarem substancialmente inflacionados, especialmente até à actualização dos registos a partir de 1998. A percentagem de eleitores fantasma, antes da actualização de 1998, oscilava entre os 11,5 e os 16 por cento no recenseamento de 1995.

Esta questão concreta dos chamados eleitores fantasma pode ser relevante no que respeita à distribuição de mandatos – logo, também relevante no que ao voto estratégico diz respeito. Ou seja, poderão existir círculos que, tendo muitos eleitores fantasma, beneficiam da eleição de um ou mais mandatos, em detrimento de outros círculos com mais eleitores reais e menos eleitores fantasma, podendo gerar uma situação de *representação desigual*. Isto é, sobretudo nos pequenos círculos e nalguns círculos médios, a existência de mais mandatos do que seria suposto resulta num menor incentivo ao voto estratégico; pelo contrário, a existência de menos mandatos pode resultar num maior incentivo ao voto estratégico. Segundo Lopes e Freire (2002), se a distribuição do número de representantes por círculo eleitoral não for proporcional ao número de eleitores, podem ocorrer consequências políticas graves, prejudicando determinadas forças políticas e beneficiando outras. Estes fenómenos são designados por *malapportionment* e ocorrem quando existem grandes variações na relação entre o número de eleitores e o número de representantes (mandatos) a eleger em cada círculo eleitoral.

## **5. Influência do Comportamento Estratégico na Abstenção Eleitoral**

A abstenção é um fenómeno muito importante, segundo Lijphart (1994), porque representa uma forma funcional de desigualdade política, e participação desigual significa influência desigual na medida em que acarreta importantes consequências para quem é eleito e para o conteúdo das políticas públicas.

Conforme fizemos referência no capítulo anterior, alguns autores, quando se referem à teoria do voto estratégico, apontam para a possibilidade dos eleitores dos pequenos partidos se absterem, ao verem que o voto no seu partido preferido é desperdiçado

(Perea, 2003; Kang, 2004) ou ao considerarem que as eleições não são competitivas (Monroe e Rose, 2002).

Poderá acontecer que aqueles eleitores que conhecem melhor o funcionamento do sistema eleitoral, que acompanham mais de perto os assuntos sobre política e têm mais experiência de actos eleitorais, ao verificarem que o seu partido preferido não tem qualquer possibilidade de eleger um mandato, optem por abster-se em vez de dar o seu voto a outro partido.

No caso português em concreto, Freire e Magalhães (2002), referindo-se à abstenção nas eleições legislativas dos países pertencentes à União Europeia, afirmam que a desproporcionalidade deve gerar uma maior abstenção devido à percepção de que existem votos perdidos, que não servem para eleger um deputado. Os autores fazem referência ao facto de existir um padrão de comportamento eleitoral em matéria de abstencionismo, que é pautado por considerações estratégicas sobre o contexto político, corroborando o chamado modelo do eleitor racional. Acrescentam ainda que as pessoas que votam poderão fazê-lo com diferentes motivações consoante o tipo de eleição. Nomeadamente, as considerações subjacentes ao voto útil tenderão a ser mais importantes nas eleições de primeira ordem e menos importantes nas eleições de segunda ordem, pois a formação do governo não está em jogo.

Magalhães (2007) refere também o facto dos eleitores habituais do partido de governo usarem as eleições de segunda ordem como mecanismo de punição dos governos. De igual modo, eleitores que votaram estrategicamente nos partidos de governo podem retornar a um voto sincero nas eleições de segunda ordem. Segundo o autor, a teoria das eleições de segunda ordem relaciona o grau de importância das eleições com a existência de uma punição dos grandes partidos (especialmente partidos de governo) e um crescimento dos pequenos partidos.

No caso português, tal como na maioria dos países democráticos, existe uma maior participação nas eleições de primeira ordem (pois está em causa a formação do governo, pelo que são consideradas mais importantes) do que nas eleições de segunda ordem, e

os dados da abstenção comprovam isso mesmo. No entanto, será que isto é verdade em todos os círculos eleitorais? Será que, por hipótese, os eleitores dos círculos pequenos se abstêm mais do que os eleitores dos círculos médios e grandes, dado que a oferta de mandatos é mais pequena, logo a eleição de um deputado de um partido mais pequeno se torna muito mais difícil? Ou seja, será que uma parte dos eleitores dos círculos pequenos, ao verificar que o seu voto é desperdiçado, opta por se abster em vez de votar de forma estratégica? E será que os eleitores nestes círculos votam mais nas eleições de segunda ordem do que nas eleições de primeira ordem, devido a este efeito? Pelo facto de que a grande maioria dos votos contam na eleição do poder local (executivo camarário) e o seu voto é desperdiçado na eleição para o parlamento e consequente formação do governo?

A hipótese que colocamos é que, de facto, tal situação pode ocorrer, ou seja, os eleitores dos círculos pequenos votam mais nas eleições de segunda ordem (no que respeita à eleição do governo autárquico) do que nas eleições de primeira ordem.

Para testar esta hipótese, decidimos efectuar uma comparação entre eleições legislativas (de primeira ordem) e eleições autárquicas (de segunda ordem) para a eleição do executivo camarário, pois também nesta situação está em causa a eleição de um governo (neste caso local), e permite verificar (em parte) o efeito da dimensão do círculo eleitoral.

Assim, iniciámos a investigação analisando a média de abstenção nas eleições legislativas e autárquicas no período de 1975 a 2005, sendo que nas eleições legislativas apenas utilizámos a média de abstenção respeitante aos 20 círculos do território nacional, excluindo os dados dos círculos da emigração porque as eleições autárquicas não se realizam nestes círculos.

**Quadro 6 – Evolução da Abstenção Eleitoral**

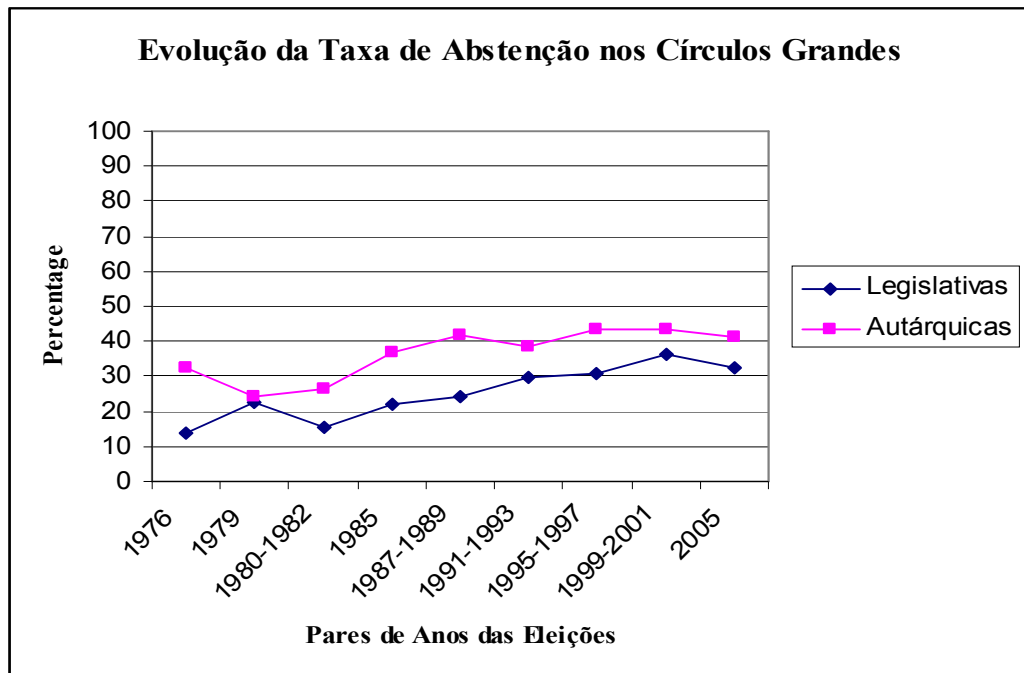
Anos	Eleições Legislativas	Eleições Autárquicas
1975	8,34	
1976	17,60	36,59
1979	14,50	28,92
1980	16,16	
1982		30,34
1983	23,64	
1985	26,66	37,14
1987	29,42	
1989		37,34
1991	33,17	
1993		34,97
1995	34,38	
1997		37,63
1999	39,49	
2001		37,74
2002	39,89	
2005	37,32	37,28

Fonte: STAPE

Tal como seria de esperar, a participação dos portugueses foi muito elevada nas primeiras eleições legislativas livres no período pós 25 de Abril de 1974. O mesmo já não se verificou relativamente às eleições autárquicas. É possível observar que no sistema político português se verifica a regra da importância das eleições de primeira *versus* de segunda ordem até ao final dos anos 90, altura em que se verifica uma inversão nesta tendência, com a abstenção a ser menor nas eleições de segunda ordem.

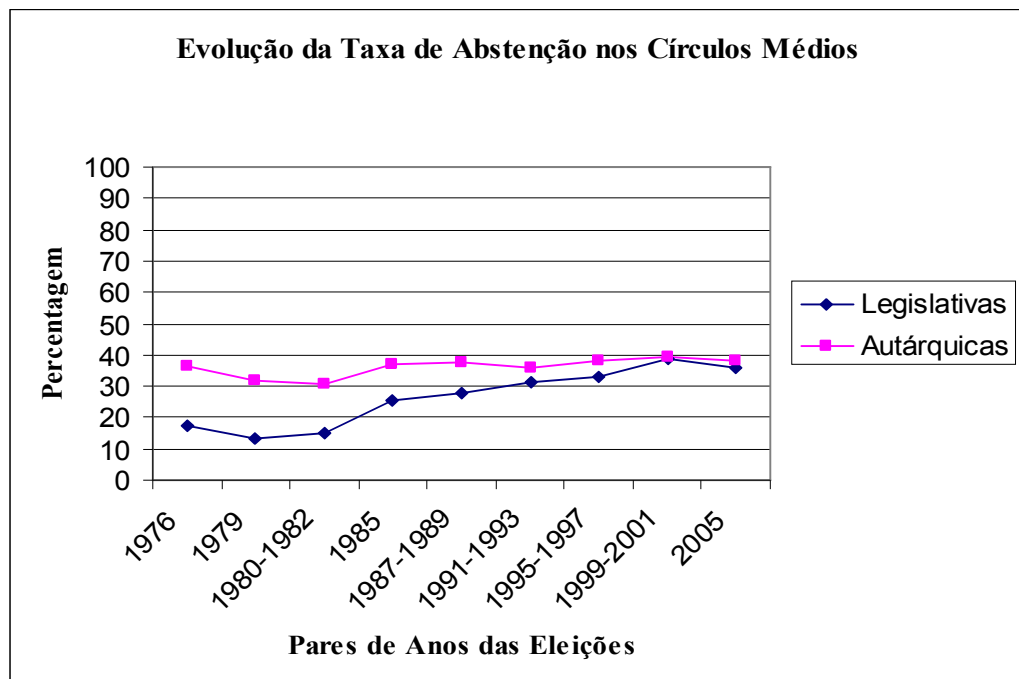
De seguida, e para verificar se existem diferenças entre a regra da importância das eleições ao nível dos círculos eleitorais e ao longo do tempo, efectuámos uma comparação por agrupamento de círculos (grandes, médios e pequenos) entre a abstenção ocorrida no período entre 1976 e 2005.

Gráfico 1



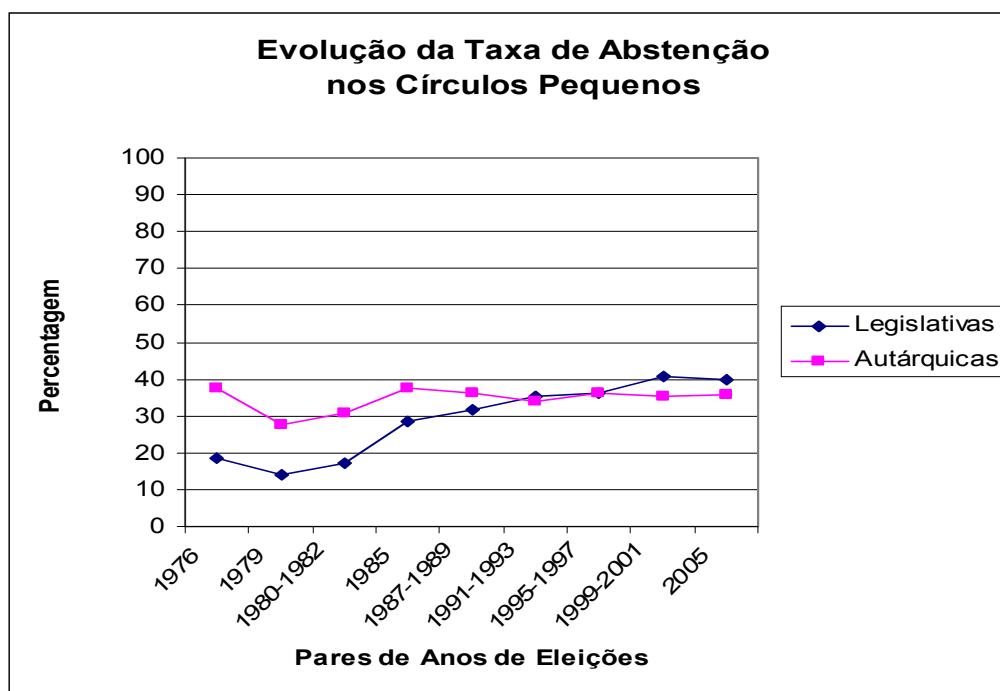
No que respeita aos círculos grandes, estes mantêm a regra das eleições de maior importância, apesar de uma tendência de aproximação a partir de 1999, em que a diferença de abstenção se situa na casa dos 7%. O ano de 2005 constitui uma exceção, pois volta a verificar-se uma diferença de quase 9% (ver anexo 1).

Gráfico 2



Relativamente aos círculos médios, verificamos também a tendência de aproximação a partir de 1999, se bem que neste caso a diferença é somente de algumas décimas, apenas alterando-se em 2005 (diferença de quase 3%). Também neste caso mantém-se a regra da importância das eleições. No entanto, entre os círculos médios, existem casos cujos padrões são bastante distintos, como analisaremos mais à frente.

**Gráfico 3**



Ao nível dos círculos pequenos, verificamos que a partir de 1991 existe uma inversão na regra da importância das eleições, ou seja, os eleitores destes círculos votam mais nas eleições autárquicas do que nas eleições legislativas.

No entanto, se analisarmos a diferença entre a abstenção nos dois tipos de eleições em todo o período legislativo (por par de eleições) e por cada círculo eleitoral verificamos que existem diferenças substanciais, sobretudo no grupo dos círculos médios, os quais escondem diferenças nalguns círculos (ver anexo 1 e 2). A redução da diferença entre os níveis de abstenção das eleições legislativas e das autárquicas verifica-se ao nível nacional no conjunto das eleições em análise. Nos últimos dois pares de eleições (isto é, a partir de 1999), inverteu-se a regra da importância das eleições de primeira ordem, visto que existiu uma maior abstenção nas eleições legislativas do que nas autárquicas ao nível nacional: -1,74% no par de eleições 1999/2001 e -0,04% no par de eleições de

2005. Esta diferença verifica-se sobretudo nos círculos pequenos (e também nalguns médios), o que sugere efeitos estratégicos – os eleitores têm mais mandatos nas autárquicas do que nas legislativas, o que é um incentivo para a abstenção nas legislativas ser mais elevada. Ou seja, os eleitores da quase totalidade dos círculos pequenos e de alguns círculos médios estão a contrariar a regra da importância das eleições e a votar mais nas eleições autárquicas do que nas eleições legislativas. Os resultados obtidos sugerem que, nestes casos, a abstenção nas legislativas pode ser uma abstenção estratégica, hipótese que iremos analisar de forma mais avançada no próximo capítulo.

## **6. Notas Finais**

Neste capítulo, começámos por fazer uma apresentação do sistema eleitoral português, em particular da dimensão dos círculos eleitorais, os quais poderão ter uma importância significativa no que ao voto estratégico diz respeito. Isto porque é expectável, de acordo com uma parte da teoria existente, encontrar algum voto estratégico nos círculos de pequena dimensão bem como nalguns círculos médios, dado que o número de mandatos para oferecer é menor; da mesma maneira que é expectável encontrar menor voto estratégico nos círculos grandes e nalguns médios, dado que o número de mandatos oferecidos é maior. Ainda no que respeita à questão da dimensão dos círculos, falámos também na questão do índice de desproporcionalidade e do limiar de representação e no facto do nosso sistema eleitoral, tal como a maioria dos sistemas de RP, favorecerem os dois partidos mais votados – se bem que mais o primeiro do que o segundo, conforme foi demonstrado por Rae (1969, citado em Lopes e Freire, 2002).

Dedicámo-nos ainda de forma mais pormenorizada aos estudos existentes sobre voto estratégico em Portugal, bem como aos trabalhos sobre comportamento eleitoral que o referem, apesar de não terem estudado especificamente a dimensão estratégica do voto. Assim, foram apresentados os estudos de Freire e Magalhães (2002), Lopes e Freire (2002), Jalali (2003 e no prelo) e Gschwend (2007). Todos estes trabalhos apontam para a existência de uma proporção substancial de voto estratégico em Portugal, embora os

dois primeiros considerem que a sua ocorrência dá-se ao nível dos círculos, enquanto que outros sustentam que o voto estratégico ocorre ao nível nacional e um deles sugere que este comportamento estratégico pode verificar-se nos dois níveis.

Abordámos ainda a questão da abstenção e o seu possível impacto no que respeita ao voto estratégico, tendo demonstrado que a importância das eleições de primeira *versus* de segunda ordem se está a inverter em Portugal, sobretudo ao nível dos círculos pequenos.

Apresentada a teoria do voto estratégico no capítulo anterior, e apresentado o comportamento eleitoral conhecido dos portugueses, bem como quais são as nossas expectativas relativamente ao que esperamos encontrar de voto estratégico em Portugal, iremos no próximo capítulo aplicar um modelo de medição de voto estratégico com dados disponibilizados pelo inquérito pós-eleitoral de 2005 do ICS-UL. Procuraremos assim verificar o comportamento eleitoral estratégico, quer em termos de voto estratégico (votar noutro partido que não o preferido), quer da abstenção estratégica (eleitor que absteve-se em vez de votar no seu partido preferido), bem como tentaremos definir qual a sua natureza e as suas causas.

## **CAPÍTULO IV**

### **Voto Estratégico em Portugal – Eleições Legislativas de 2005**

#### **1. Introdução**

O objectivo deste capítulo é o de aferir a extensão e natureza do comportamento estratégico nas eleições legislativas portuguesas de 2005, verificando quantos eleitores que se identificam com um partido mas não lhe entregaram o seu voto, optando por votar noutro ou pela abstenção. Durante este capítulo, explicaremos de forma detalhada o modelo utilizado, nomeadamente a forma como construímos a nossa variável dependente e quais as variáveis independentes que achámos relevantes para explicar o fenómeno do comportamento eleitoral estratégico.

Começaremos por fazer referência ao modo de medição de voto estratégico, explicando que iremos procurar medir este fenómeno de uma forma indirecta, já que não é possível fazê-lo de forma directa. Isto porque a condição para que isso fosse possível seria a existência de uma pergunta especificamente direccionada para esse efeito num questionário pós-eleitoral, e tal ainda não foi efectuado em Portugal.

#### **2. Metodologia a utilizar**

Tomando por base o modelo de medição indirecta de voto estratégico de Blais et al (2001), e utilizando os dados da base de dados do CEAPP do ICSUL, construímos o nosso modelo da seguinte forma:

- Começámos por construir a nossa variável dependente, isto é, o número de eleitores que votou estrategicamente em Portugal nas eleições legislativas de 2005. Esta variável não estava contemplada directamente na base de dados, pelo que tornou-se necessário construir esta variável de forma a efectuar uma medição indirecta. Este procedimento teve por base uma definição mais lata do que é o voto estratégico, ou seja, incluíram-se comportamentos estratégicos que vão para além daquilo que é preconizado por Blais et al (2001) e Fisher (2004).

A melhor forma que encontramos para operacionalizar esta definição foi verificar a diferença entre a identificação partidária e voto nas eleições em causa. Criámos também uma segunda variável dependente, para medir a abstenção estratégica, identificando, na base de dados, aqueles inquiridos que se identificam com um partido mas resolveram abster-se.

- Como variáveis independentes, e a fim de verificar quais as considerações que as pessoas levam em conta para votar estrategicamente, utilizámos as variáveis que Blais et al (2005) usam no seu modelo – Avaliação dos Líderes, Avaliação dos Partidos, Hipótese de Eleição e as variáveis sócio-demográficas Religiosidade e Educação, excluindo as variáveis Escolha de Voto Nas Eleições Anteriores (porque não faz sentido devido à escolha da nossa variável dependente do nosso modelo) e Avaliação do Candidato Local, porque não possuímos dados para este efeito. Acrescentámos ainda as variáveis sócio-demográficas Sexo e Idade (por serem variáveis normalmente utilizadas nos modelos explicativos sobre comportamento eleitoral em Portugal), bem como as variáveis Voto Estratégico em 2002 (com o objectivo de verificar se existe uma propensão para eleitores que votaram estrategicamente em 2002 repetirem este comportamento em 2005), Dimensão do Círculo (para verificar se a hipótese de eleição dos partidos mais pequenos nos círculos eleitorais pequenos e médios afecta o voto estratégico), Importância da Formação de Governo de Maioria Absoluta (a fim de verificar se existe um voto estratégico nacional) e Avaliação do Governo (avaliação do desempenho do governo de Santana Lopes). Relativamente à análise sobre a abstenção estratégica, utilizámos as mesmas variáveis, com excepção da variável Importância da Formação de Governo com Maioria Absoluta (visto que é uma consideração que teoricamente não deverá ter qualquer impacto neste comportamento), e substituímos a variável Voto Estratégico em 2002 pela variável Abstenção Estratégica em 2002.

Optámos ainda por analisar outras dimensões relevantes, embora estas não façam parte do nosso modelo explicativo. A análise recaiu sobre índices de familiaridade com a política e de acompanhamento da campanha eleitoral nos *media* e sobre o

posicionamento na escala esquerda-direita, pois pretendemos verificar se a tendência para votar/abster-se estrategicamente é diferente no eleitorado de esquerda, centro e direita.

### 3. Análise dos Resultados

#### 3.1. Análise Descritiva do Voto e Abstenção Estratégica de 2005

Na criação das variáveis dependentes, começámos por analisar a identificação com um determinado partido político. Esta é uma variável agregada compósita, a qual envolveu todas as respostas significativas às questões “Considera-se próximo de um partido político em particular?”; “E entre esses, qual o partido de que se considera mais próximo?”; “Mas, considera-se um pouco mais próximo de um dos partidos políticos do que dos outros?” e “Importa-se de me dizer qual é esse partido?”, considerando-se, no caso da CDU, a identificação com os partidos componentes como equivalente à identificação com a coligação que vai a votos. Os resultados encontram-se no quadro seguinte.

**Quadro 7 - Percentagem de Inquiridos que se Identificam com um Partido em 2005**

Proximidade Por Partido	Frequências	Percentagem
BE	185	6,6
CDU	166	5,9
PS	799	28,5
PSD	466	16,6
CDS	108	3,9
Outro	60	2,1
Nenhum	1017	36,3
Total	2801	100

N válido = 1784

Obtivemos assim um total de 63,7% de inquiridos que se identificam com um partido. De seguida, procurou-se saber, de entre estes, em que partido votaram estes eleitores, ou se optaram por se abster.

Para facilitar a análise, optámos por definir cinco tipos de eleitores:

- a) O Eleitor Convicto – que se identifica com um partido e que votou no seu partido preferido;

- b) O Eleitor Estratégico – que se identifica com um partido mas que não votou no seu partido preferido;
- c) O Eleitor Casual – que votou mas não tem qualquer preferência por um partido;
- d) O Abstencionista Estratégico – que tem preferência partidária mas que optou por não votar (absteve-se);
- e) O Abstencionista Coerente – que não votou e que não tem qualquer preferência partidária.

Definidos estes tipos de eleitores, apresentamos os resultados que permitem ter uma noção da dimensão do comportamento eleitoral estratégico em Portugal nas eleições legislativas de 2005. Fazemos esta análise em comparação com os valores relativos à eleição anterior<sup>21</sup>, para tentar descortinar padrões de continuidade e de mudança. Os dados mais importantes a retirar desta análise são os relativos ao eleitor estratégico e o abstencionista estratégico.

**Quadro 8 - Tipo de Eleitor**

Tipo de Eleitor	2005		2002	
	Frequências	Percentagem	Frequências	Percentagem
Eleitor Convicto	1216	46,4	591	52,9
Eleitor Estratégico	173	6,6	73	6,5
Eleitor Casual	727	27,7	121	10,8
Abstencionista Estratégico	257	9,8	62	9,1
Abstencionista Coerente	249	9,5	230	20,6
Total	2622	100	1117	100
Ns/Nr	179		186	
Total	2801		1303	

Os resultados obtidos revelam um total de 6,6% de voto estratégico nas eleições legislativas de 2005. Este facto é considerável, na medida em que este valor é similar à percentagem de voto estratégico estimada nalguns actos legislativos em sistemas maioritários em que também foi utilizado o método de medição indirecta. A título de exemplo, nas eleições britânicas de 1987 observou-se 7,2% de voto estratégico (Alvarez e Nagler, 2000); nas eleições canadianas de 1988, constatou-se 6% de voto estratégico (Blais e Nadeau, 1996); nas eleições britânicas de 1997 e de 2001 estimou-se 9% de voto estratégico (Fieldhouse et al, 1996). Isto sugere que os incentivos em termos de

<sup>21</sup> Utilizámos a base de dados do CEAPP do ICSUL para apurar voto estratégico e abstenção estratégica ocorrida em 2002 utilizando a mesma metodologia que efectuámos para 2005.

desproporcionalidade do sistema eleitoral português – que está ao nível dos sistemas maioritários – tem uma repercussão em termos do voto estratégico dos eleitores.

Também relevante é a existência de 9,8% de eleitores que preferiram abster-se apesar de se afirmarem próximos de um partido político, comportamento que pode estar relacionado com a intenção do eleitor penalizar o partido preferido. Isto vai ao encontro daquilo que é defendido por autores como Perea (2003) e Kang (2004), que defendem este tipo de comportamento eleitoral no que à teoria do voto estratégico diz respeito.

Em comparação com 2002, verifica-se que as percentagens de abstencionismo estratégico e de voto estratégico são bastante similares às observadas nas eleições anteriores. Em 2005, os eleitores casuais são bastante mais representativos do que em 2002, e o abstencionismo coerente é muito menos expressivo.

Apurada a percentagem de voto estratégico e de “abstencionistas estratégicos”, importa agora verificar este fenómeno por círculo eleitoral.

**Percentagem de Voto Estratégico e Abstenção  
Estratégica por Círculo**

**Quadro 9**

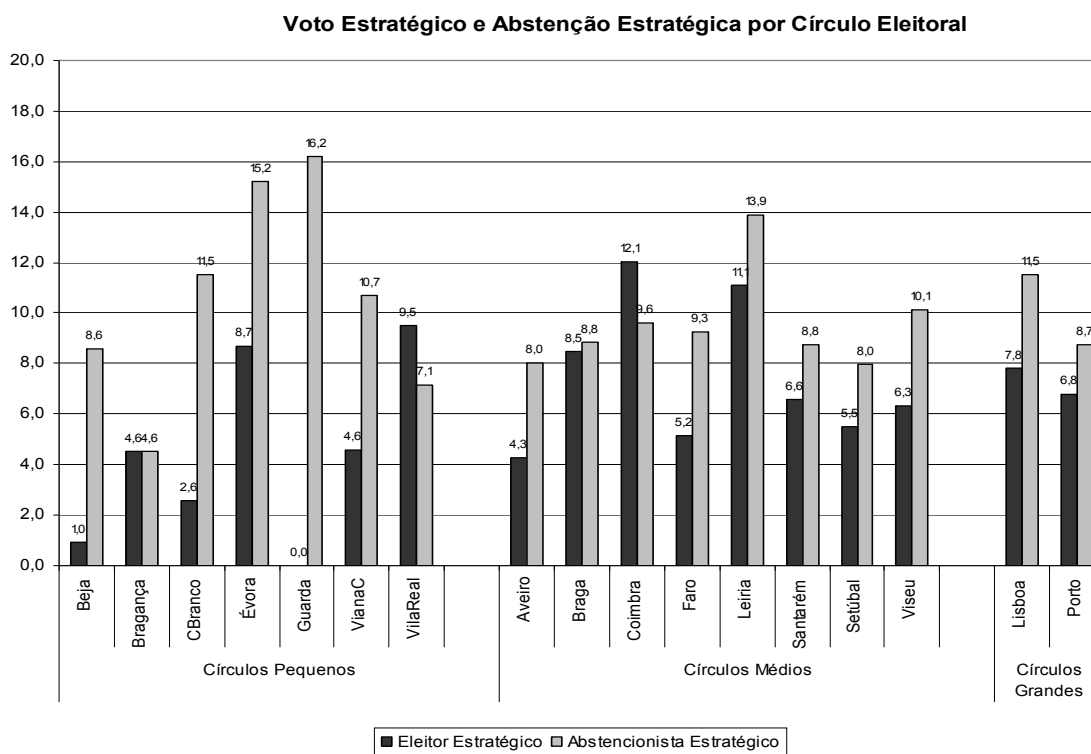
Distrito	Eleitor Estratégico (%)	Abstencionista Estratégico (%)	Outros Tipos de Eleitor (%)
Aveiro	4,25	8,02	87,74
Beja	0,95	8,57	90,48
Braga	8,50	8,84	82,65
Bragança	4,55	4,55	90,91
CBranco	2,56	11,54	85,90
Coimbra	12,05	9,64	78,31
Évora	8,70	15,22	76,09
Faro	5,15	9,28	85,57
Guarda	0,00	16,22	83,78
Leiria	11,11	13,89	75,00
Lisboa	7,80	11,53	80,68
Porto	6,80	8,74	84,47
Santarém	6,57	8,76	84,67
Setúbal	5,52	7,98	86,50
VianaC	4,58	10,69	84,73
VilaReal	9,52	7,14	83,33
Viseu	6,33	10,13	83,54
Média	6,60	9,80	83,60

N válido = 2622

Conforme poder-se-á verificar na tabela anterior, não existem diferenças na distribuição de eleitores estratégicos e de abstencionistas por distrito ( $\chi = 36.326, p > 0,05$ )<sup>22</sup>, o que aponta para que o voto estratégico tenha assim ocorrido ao nível nacional e não dos círculos eleitorais. Estes resultados vão ao encontro de investigações efectuadas por Jalali (no prelo) em que o autor pressupõe, que a existir voto útil, este ocorra a nível nacional e que isso seja um reflexo da nacionalização do sistema partidário.

Neste quadro, verificámos também que existe uma diferença substancial entre eleitores estratégicos e os abstencionistas estratégicos nalguns círculos. Isto é, nos círculos pequenos de Beja, Castelo Branco, Évora, Guarda e Viana do Castelo, no círculo médio de Viseu e no círculo grande de Lisboa, houve uma percentagem maior de abstencionistas estratégicos comparativamente aos eleitores estratégicos. Ocorreu o inverso nos círculos de Coimbra (médio) e de Vila Real (pequeno), embora aqui as diferenças sejam menores.

**Gráfico 4**



<sup>22</sup> O teste do Qui-quadrado permite-nos verificar se duas determinadas variáveis (dicotómicas ou qualitativas) são independentes, ou se existe relação entre elas, através da comparação da distribuição dos valores de uma nas categorias da outra variável. Este teste tem associado uma estatística de Pearson e um grau de significância (*p value*) que nos permite rejeitar ou não a hipótese nula relativa à independência das variáveis (Gageiro e Pestana, 2000).

Dado que o número de casos em alguns distritos é pequeno, optámos por agregar os diversos círculos em três tipos: círculos de grande, média e de pequena dimensão. A distribuição de voto estratégico por dimensão de círculo pode ser verificada no quadro seguinte.

**Percentagem de Voto Estratégico e Abstenção  
Estratégica por Dimensão de Círculo**

**Quadro 10**

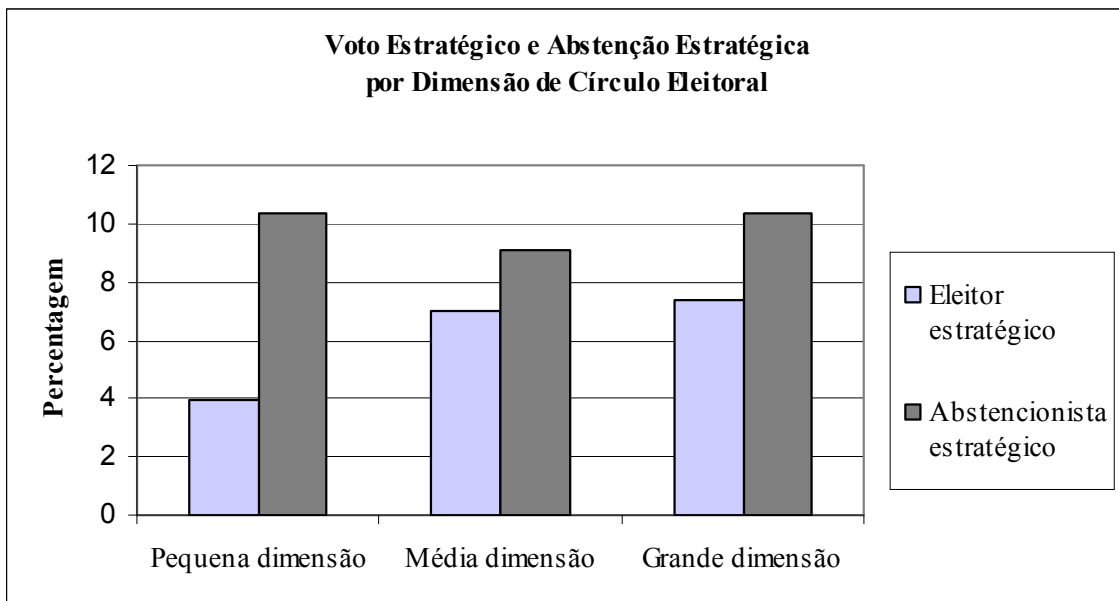
Dimensão do Círculo Eleitoral	Eleitor Estratégico (%)	Abstencionista Estratégico (%)	Outros tipos de Eleitor (%)
Pequena Dimensão	3,93	10,35	85,71
Média Dimensão	7,04	9,06	83,91
Grande Dimensão	7,39	10,38	82,24
Média	6,60	9,80	83,60

A dimensão dos círculos parece influenciar o voto estratégico – curiosamente no sentido inverso ao que é defendido por alguns autores (Cox e Shugart, 1997; Sartori, 1968), no que aos sistemas de RP diz respeito. De facto, são os círculos de maior dimensão que surgem com maior incidência do fenómeno ( $\chi = 6,925, p < 0,05$ ). É de referir, todavia, que esta relação surge globalmente como muito ténue ( $V^{23} = 0,051, p < 0,05$ ), mais uma vez sugerindo um voto estratégico nacional. Adicionalmente, testou-se a correlação entre o número de mandatos em cada círculo eleitoral e o voto estratégico, constatando-se a existência de uma relação directa, embora fraca ( $r = 0,034$ ) e tendencialmente significativa ( $p < 0,1$ ). Em contraste, a abstenção estratégica não parece estar relacionada com a dimensão dos círculos ( $\chi = 1,253, p > 0,05$  e  $r = 0,014; p > 0,05$ ), verificando-se nestes uma distribuição idêntica dos abstencionistas estratégicos.

---

<sup>23</sup> Uma vez que o teste do Qui-quadrado apenas nos informa sobre a existência de relação entre as variáveis mas não sobre a intensidade dessa relação (como, por exemplo, o coeficiente de correlação de Pearson), realizámos o cálculo do coeficiente de V de Cramer para verificar se as relações identificadas com o Qui-quadrado são fracas, moderadas ou fortes. O V de Cramer varia entre 0 e 1, sendo que um valor mais elevado significa uma relação mais intensa entre as variáveis (Gageiro e Pestana, 2000).

Gráfico 5



Importa agora verificar, dentro dos 6,6% de voto estratégico encontrado, a percentagem por partido, estabelecendo também uma comparação com o verificado em 2002. Relativamente a 2005, são os eleitores dos partidos mais pequenos que mais votam estrategicamente, com excepção do CDS, cuja percentagem de voto estratégico está mais próxima dos dois principais partidos. A principal diferença em relação a 2002 é o facto de que os apoiantes do CDS votaram estrategicamente de uma forma muito mais expressiva naquelas eleições.

**Quadro 11 - Voto Estratégico e Identificação Partidária**

Identificação Partidária. Apoiantes de...	Voto Estratégico em 2005 (%)	Voto Estratégico em 2002 (%)
BE	18,01	16,66
CDU	14,10	14,75
PS	4,64	8,28
PSD	9,39	5,57
CDS	8,33	22,91
Outro	73,58	80,00
Total	6,60	6,50

Nota: Cada percentagem refere-se à proporção de simpatizantes de um determinado partido que votou num partido que não o seu preferido.

Importa igualmente verificar a distribuição de voto entre aquelas pessoas que se identificam com um partido. Enquanto o quadro 10 apresenta a percentagem de voto estratégico num conjunto de indivíduos que inclui os abstencionistas estratégicos e outros tipos de comportamento eleitoral, o quadro seguinte apresenta as percentagens relativas apenas a quem votou.

**Quadro 12** Voto Expresso nas Eleições Legislativas de 2005

Identificação Partidária	BE	CDU	PS	PSD	CDS	Outro	Total
BE	76,03	2,48	17,36	3,31	0,83	0,00	100,00
CDU	0,71	84,29	11,43	2,14	0,71	0,71	100,00
PS	2,90	0,92	94,66	0,61	0,61	0,31	100,00
PSD	1,45	0,58	4,06	88,41	4,64	0,87	100,00
CDS	0,00	1,19	1,19	4,76	90,48	2,38	100,00
Outro	0,00	2,27	4,55	79,55	2,27	11,36	100,00
Nenhum	9,09	5,26	49,76	25,60	7,18	3,11	100,00
Total	8,58	8,47	48,81	25,57	7,14	1,44	100,00

Nota: As percentagens devem ser lidas em linha. Cada linha refere-se à distribuição dos simpatizantes de um determinado partido pelos vários partidos em que votaram nas legislativas de 2005.

Por exemplo, na primeira linha verifica-se que 76,03% do eleitorado que se identifica com o BE votou neste partido, enquanto que 2,48% votou na CDU, 17,36% no PS e daí por diante.

Tal como seria expectável de acordo com a teoria «clássica» sobre voto estratégico, verifica-se que existe uma percentagem mais elevada de eleitores dos partidos pequenos (BE, CDU e CDS) e muito pequenos que votam nos partidos grandes. No caso dos partidos muito pequenos (“Outros”, no quadro), a percentagem é muito elevada – 88,64% dos eleitores que se identificam com estes partidos votaram noutra partido. Curiosamente, de entre estes, 79,55% votaram no PSD e 2,27% no CDS, ou seja, mais de 80% do voto destes eleitores dos pequenos partidos foi à direita. No entanto, importa referir que o número de pessoas que se identificam com outros partidos é muito pequeno.

Como também seria expectável, à direita, foram os eleitores do CDS que mais votaram no PSD e vice-versa, embora os eleitores do PSD tenham votado no PS quase em igual proporção. Este facto, no que ao PSD diz respeito, poderá dever-se ao descontentamento existente entre o eleitorado deste partido. Nomeadamente, como referem Almeida e Freire (2005), existia uma grande insatisfação dos portugueses com as políticas e com o desempenho do governo PSD e CDS e dos seus primeiros-ministros, Barroso e Santana

Lopes. Daí o castigo infligido ao governo incumbente e o triunfo da esquerda, bem como, simetricamente, a grande derrota da direita, sobretudo do PSD.

Apesar do CDS não ter sido tão castigado, o seu eleitorado que votou PSD poderá tê-lo feito levando em conta as questões do voto puramente útil, no sentido de eleger um mandato de um partido que não é o seu preferido, sobretudo nos círculos onde não tem possibilidade de eleição. No entanto, na base de dados, o número de casos de simpatizantes do CDS que votaram estrategicamente no PSD é muito reduzido, não sendo assim possível realizar de forma cabal uma análise deste voto estratégico específico de acordo com o tamanho do círculo eleitoral.

Como também seria de esperar, existiu voto útil à esquerda, e nesta eleição em particular ele foi muito expressivo. O eleitorado do BE e CDU parece ter levado em conta não só o voto útil nos círculos pequenos e médios com a preocupação de não desperdiçar o seu voto, como também os apelos do PS à maioria absoluta. Segundo Almeida e Freire (2005), o aumento de voto no PS veio sobretudo do eleitorado de esquerda que se tinha absterido nas eleições de 2002, e não do eleitorado do PSD, como foi referido por alguns comentadores e jornalistas (Magalhães, 2005; citado em Almeida e Freire, 2005, p. 461). No entanto, vimos no quadro anterior que 4,1% dos simpatizantes do PSD votou no PS. Para além disso, a diminuição do abstencionismo coerente pode também ter contribuído para a vitória do PS. Em 2002, este fenómeno representou 20,6% dos eleitores e em 2005 foi apenas de 9,5%, ou seja, houve uma diminuição significativa da sua incidência. Do mesmo modo, o eleitor casual passou de 10,8% do eleitorado em 2002 para 27,7% em 2005, ou seja, ocorreu um forte aumento que pode ter beneficiado o PS.

Relativamente ao BE, a percentagem de voto estratégico parece ser demasiado elevada, tendo em conta que este partido cresceu substancialmente nestas eleições, passando de uma percentagem de voto de 2,74% em 2002 para 6,35% em 2005. O crescimento do BE poderá ser explicado por uma parte do eleitorado que não se identifica com nenhum partido e que votou BE (9,1%), pelo eleitorado da CDU, PSD e PS (principalmente

deste último) que votou BE (5,1%). Como igualmente seria expectável, foi o eleitorado do PS aquele que menos votou estrategicamente.

Para tentar perceber melhor a distribuição de voto estratégico dos apoiantes dos diversos partidos (em particular o voto dos apoiantes dos partidos pequenos e muito pequenos nos grandes), com o fim de verificar se este ocorreu mais ao nível dos círculos pequenos e médios, decidimos analisar individualmente o voto estratégico de cada grupo de apoiantes de um partido por círculo.

**Quadro 13 - Voto Estratégico dos Apoiantes dos Partidos por Dimensão do Círculo**

Voto Estratégico	Dimensão do Círculo Eleitoral (%)			Total
	Pequena Dimensão	Média Dimensão	Grande Dimensão	
BE	5,88	23,08	15,15	18,01
CDU	7,69	15,00	15,71	14,10
PS	3,38	5,5	4,38	4,64
PSD*	7,79	5,88	15,17	9,39
CDS	0	11,63	7,5	8,33
Outros Partidos	83,33	73,08	71,43	73,58

\* ( $\chi = 8.880, p < 0,05$ )

Ao efectuarmos vários testes de Qui-quadrado, verificámos que não existe qualquer relação entre o voto estratégico de cada partido e a dimensão do círculo, com uma única excepção – os apoiantes do PSD. Com efeito, existe uma diferença significativa no voto estratégico dos simpatizantes do PSD para os outros partidos – nos círculos grandes a proporção é maior do que nos círculos médios ou pequenos. Trata-se do eleitorado mais urbano, que parece assim ter aplicado um voto de protesto, mais significativo nestes círculos face aos outros. No entanto esta relação é muito ténue ( $V = 0,144, p < 0,05$ ). Importa ainda retirar duas notas interessantes nesta observação: a primeira, e mais importante, é a tendência para os eleitores dos três partidos pequenos terem votado mais estrategicamente nos círculos de média e de grande dimensão do que nos círculos pequenos, contrariamente ao que seria expectável; a segunda é a inexistência de voto estratégico do eleitorado do CDS nos círculos pequenos, o que não deixa de ser algo surpreendente.

Vejamos então se, no que diz respeito ao abstencionismo estratégico, se verifica a mesma situação.

**Quadro 14 - Abstenção Estratégica e Identificação Partidária**

Identificação Partidária Apoiantes de...	Abstenção Estratégica em 2005 (%)	Abstenção Estratégica em 2002 (%)
BE	24,84	22,22
CDU	10,26	6,77
PS	13,13	14,58
PSD	19,01	13,86
CDS	12,50	6,66
Outro	16,98	0

Neste aspecto em particular, relativamente a 2005, existe uma maior proximidade comportamental entre os eleitores dos diferentes partidos, sendo que as percentagens são muito mais elevadas do que as relativas ao voto estratégico, com excepção dos apoiantes da CDU (porque tem uma grande capacidade de mobilização do seu eleitorado) e os “outros” partidos, cujos apoiantes votam em outras forças partidárias. As taxas de abstenção estratégica dos apoiantes da CDU, CDS e PSD são muito mais baixas em 2002 do que em 2005.

Se no caso do eleitorado do PS e PSD este fenómeno parece ser uma forma de «não voto» de protesto (sobretudo no caso do PSD, devido ao descontentamento com o governo anterior liderado por este partido<sup>24</sup>), já no caso dos apoiantes dos pequenos e muito pequenos partidos parece-nos um comportamento de quem opta por abster-se porque não pretende dar o seu voto a outro partido que não o seu preferido e percebe que, ao votar no seu partido preferido, o seu voto será desperdiçado porque não servirá para a eleição de um mandato. Porém, podem existir também situações de abstenção estratégica como forma de protesto em função do descontentamento com o partido e/ou líder do partido.

No quadro seguinte, analisamos a distribuição da abstenção estratégica em cada um dos grupos de apoiantes por círculo eleitoral.

<sup>24</sup> No caso do PSD em particular, como referem Almeida e Freire (2005), a saída de Barroso deixou muito dos seus membros e apoiantes do partido decepcionados, e nas sondagens de opinião Santana Lopes chegou aos mais baixos níveis de popularidade que um primeiro-ministro alguma vez obteve no passado recente.

**Quadro 15 – Abstenção Estratégica dos Apoiantes dos Partidos  
por Dimensão do Círculo**

Abstenção Estratégica	Dimensão do Círculo Eleitoral (%)			Total
	Pequena Dimensão	Média Dimensão	Grande Dimensão	
BE*	29,4	15,4	34,8	24,84
CDU	15,4	11,7	7,1	10,26
PS	13,5	13,9	12,1	13,13
PSD	24,7	15,7	20,7	19,01
CDS	7,7	7,0	20,0	12,50
Outros Partidos	16,7	23,1	9,5	16,98

\* ( $\chi = 7,466, p < 0,05$ )

Existem diferenças estatísticas significativas apenas no que diz respeito aos eleitores que se identificam com o BE. Nos círculos de média dimensão, a abstenção estratégica é muito menos seleccionada como comportamento eleitoral do que nos círculos pequenos e nos círculos grandes. Verifica-se ainda que existe uma tendência para que a proporção de abstenção estratégica do eleitorado da CDU diminua à medida que aumenta o tamanho dos círculos eleitorais; já no caso do CDS, este tipo de comportamento é tendencialmente mais preponderante nos círculos grandes dos que nos outros círculos.

### **3.2. Análise de Factores Explicativos do Voto Estratégico e Abstenção Estratégica em 2005**

Sinalizados o voto estratégico e a percentagem de abstencionistas penalizadores (também eles considerados votantes estratégicos), é altura de nos dedicarmos à análise das variáveis independentes, ou seja, as variáveis que explicam estes fenómenos. Algumas dessas variáveis são as utilizadas no modelo de Blais et al (2005): Avaliação do Líder, Avaliação do Partido e Hipótese de Eleição, Religiosidade e Educação. No domínio das variáveis sócio-demográficas, acrescentámos ao nosso modelo o Sexo e a Idade. Para além disso, incluíram-se variáveis como a Avaliação do Governo, a Dimensão do Círculo, a Importância Atribuída à Formação de um Governo com Maioria Absoluta e o Voto/Abstenção Estratégicos nas eleições de 2002.

Importa referir a este respeito que Bowler e Lanoue (1992) identificam as características individuais dos eleitores que mais influenciam a probabilidade de votar estrategicamente são a avaliação dos líderes e dos partidos. Por este motivo, será com estas variáveis que a análise bivariada será iniciada.

A variável Avaliação do Líder Partidário surge efectivamente associada ao voto e à abstenção estratégica. Com efeito, os eleitores que avaliam de forma negativa o líder votaram mais estrategicamente do que aqueles cuja avaliação é média ou boa. Por outro lado, a taxa de abstenção estratégica é menor entre os inquiridos que avalia positivamente o líder do seu partido do que entre os outros.

**Quadro 16 - Avaliação do Líder do Partido Preferido**

Avaliação do Líder	Voto Estratégico (%)*	Abstenção Estratégica (%)**
Má	24,8	23,0
Média	11,0	22,3
Boa	6,3	12,6

\*( $\chi = 47,340, p < 0,01$ ); ( $V = 0,176; p < 0,01$ )

\*\*( $\chi = 23,134, p < 0,01$ ); ( $V = 0,123; p < 0,01$ )

Também a variável Avaliação do Partido Preferido surge associada ao voto estratégico e à abstenção táctica. De facto, os eleitores que avaliaram negativamente o seu partido preferido votaram mais estrategicamente do que os outros. No que diz respeito à abstenção, as taxas mais elevadas encontram-se entre aqueles cuja avaliação do partido é extremada.

**Quadro 17 - Avaliação do Partido Preferido**

Avaliação do Líder	Voto Estratégico (%)*	Abstenção Estratégica (%)**
Má	22,5	15,0
Média	10,2	27,7
Boa	7,8	13,1

\*( $\chi = 11,835, p < 0,01$ ); ( $V = 0,088; p < 0,01$ )

\*\*( $\chi = 32,496, p < 0,01$ ); ( $V = 0,145; p < 0,01$ )

Decidimos ainda analisar a variável Hipótese de Eleição. Esta variável é dicotómica (Sim/Não) e foi construída com base no círculo em que o inquirido vota e no partido

com o qual se identifica. Assim, se esse partido elegeu um ou mais deputados nesse círculo na eleição anterior (2002), o valor é “SIM”, pois é expectável e legítimo que venha a eleger também na eleição seguinte; se esse partido não elegeu qualquer deputado nesse círculo na eleição anterior, o valor é “NÃO”, pois é provável que não venha a eleger na eleição seguinte. A hipótese de eleição é, naturalmente, maior nos círculos eleitorais grandes (96,4%) do que nos círculos médios e pequenos (cerca de 80%).

**Quadro 18 - Hipótese de Eleger Deputado do Partido da Preferência**

Hipótese de Eleger Deputado do Partido da Preferência	Voto Estratégico (%)	Abstenção Estratégica (%)
Sim	8,8	15,3
Não	37,0	17,7

N válido = 1389

Conforme poder-se-á verificar no quadro anterior, existe uma relação entre o voto estratégico e a hipótese de eleição ao nível dos círculos eleitorais ( $\chi = 115.147$ ,  $p < 0,01$ ) sendo esta relação moderada ( $V = 0,288$ ,  $p < 0,01$ ). Constatamos assim que o voto estratégico ocorre muito mais frequentemente em situações em que o partido da preferência do eleitor não tem hipótese de eleger um mandato. Falamos em particular do BE, CDU e CDS, os quais não conseguem eleger em todos os círculos eleitorais – nas eleições legislativas de 2002, o PS elegeu nos 17 círculos em análise e o PSD em 16 (não conseguiu eleger em Beja). Não existem diferenças no que diz respeito à percentagem de abstenção estratégica nestas duas situações.

Por fim, criámos uma variável designada Voto Estratégico em 2002, respeitante às pessoas que no inquérito de 2005 se identificaram com um partido e que, em 2002, votaram noutro partido. O objectivo foi o de adaptar a esta investigação o significado da variável Escolha de Voto Nas Eleições Anteriores. Para Blais et al (2005) esta variável significava uma continuidade no comportamento de voto, uma vez que a variável dependente era o voto em determinado partido. No nosso caso, em que a variável dependente é o voto estratégico, esta variável servirá para analisar a continuidade do comportamento estratégico nas urnas.

**Quadro 19 – Identificação Partidária, Voto Estratégico e Abstenção Estratégica em 2002**

Identificação Partidária em 2005	Votou Estrategicamente em 2002 (%)	Absteve-se Estrategicamente em 2002 (%)
BE	43,3	31,6
CDU	18,7	12,8
PS	11,0	16,3
PSD	3,7	17,0
CDS	27,4	14,9
Outro	100,0	14,5

Nota: Cada percentagem refere-se à proporção de simpatizantes de um determinado partido em 2005 que, em 2002, votou num partido que não o seu preferido, ou se absteve.

Resolvemos ainda testar a percentagem de eleitores que em 2005 votaram estrategicamente e que em 2002 também o terão feito, a fim de verificar se é um comportamento já seguido ou se varia muito de eleição para eleição.

**Quadro 20 - Eleitores Estratégicos de 2005 que votaram Estrategicamente em 2002**

Voto Estratégico 2005	Voto Estratégico em 2002	
	Sim (%)	Não (%)
Sim	58,7	41,3
Não	9,6	94,4

( $\chi = 224,130, p < 0,01$ ); ( $V = ,440, p < 0,01$ );  $N = 1158$

Verifica-se assim que 58,70% dos eleitores que votaram estrategicamente em 2005 já terão tido esse comportamento em 2002, o que pode revelar uma propensão para o não desperdício do voto no seu partido preferido, seja porque existe a percepção de que não consegue eleger qualquer mandato no seu círculo eleitoral, seja porque o seu partido não tem possibilidade de ganhar as eleições e formar governo. O mesmo acontece em relação à abstenção estratégica.

**Quadro 21 - Abstencionistas Estratégicos de 2005 que se Abstiveram Estrategicamente em 2002**

Abstenção Estratégica 2005	Abstenção Estratégica em 2002	
	Sim (%)	Não (%)
Sim	60,9	39,1
Não	5,7	94,3

( $\chi = 673,876, p < 0,01$ ); ( $V = 0,519, p < 0,01$ );  $N = 2503$

Para terminar esta nossa análise, resta-nos apresentar o nosso modelo de explicação de comportamento estratégico inspirado em Blais et al (2005). As variáveis independentes incluídas no modelo de explicação do voto estratégico são: Sexo (variável *dummy*, em que 1 significa masculino), Religiosidade (de «nada religioso» a «muito religioso»), Habilitações (variável ordinal, trabalhada como variável contínua), Idade (variável contínua), Avaliação do Partido (numa escala de 0 – grande antipatia – a 10 – grande simpatia), Avaliação do Governo de Santana Lopes (de muito mau a muito bom), Hipótese de Eleição (variável *dummy*, em que 1 significa que existe hipótese de eleição), Voto Estratégico em 2002 (variável *dummy*, em que 1 significa que o eleitor votou estrategicamente naquelas eleições), Dimensão do Círculo (número de mandatos) e Importância de Formação de Governo de Maioria Absoluta (de discorda totalmente a concorda totalmente). Estas variáveis foram introduzidas no modelo em três passos – no primeiro entraram apenas as variáveis sócio-demográficas; no segundo acrescentaram-se as variáveis avaliativas; no último incluíram-se também as variáveis relativas às características do sistema eleitoral que podem funcionar como considerações estratégicas. Decidiu-se não introduzir a variável Avaliação do Líder, porque esta estava fortemente relacionada com a variável Avaliação do Partido, o que poderia gerar problemas de multicolinearidade. No modelo de explicação da abstenção estratégica, não introduzimos a variável Importância da Formação de Governo com Maioria Absoluta, uma vez que consideramos que esta não tem relevância teórica na compreensão da abstenção.

Em seguida, apresentam-se os resultados relativos ao modelo de explicação do voto estratégico. Esta variável dependente é dicotómica (0 = não votou estrategicamente; 1 = votou estrategicamente), pelo que foi efectuada uma regressão logística.

**Quadro 22 - Modelo Explicativo de Voto Estratégico (regressão logística)**

Factores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo	n.s.	n.s.	n.s.
Religiosidade	n.s.	n.s.	n.s.
Habilitações	0,118** (9,939)	n.s.	n.s.
Idade	n.s.	n.s.	n.s.
Avaliação do Partido		-0,154* (14,321)	-0,140* (7,710)
Avaliação do Governo		n.s.	n.s.
Hipótese de Eleição			n.s.
Voto Estratégico 2002			1,807* (48,024)
Dimensão do Círculo			0,016** (4,350)
Importância Formação Governo Maioria Absoluta			n.s.
r2 de Nagelkerke	0,014	0,034	0,179

\* =  $p < 0,01$ ; \*\* =  $p < 0,05$ ; \*\*\* =  $p < 0,10$

No primeiro modelo, verificamos que são apenas as habilitações a ter um efeito no voto estratégico, na medida em que este é expresso com maior frequência pelos inquiridos mais escolarizados.

No segundo modelo, este efeito desaparece. Aqui as variáveis sócio-demográficas não têm efeitos significativos. Verifica-se que o voto estratégico é mais referido pelos inquiridos que avaliam o seu partido preferido de uma forma mais negativa.

No terceiro modelo, constatamos que uma avaliação negativa do partido continua a estar associada a um maior voto estratégico. Por fim, o voto estratégico é referido mais frequentemente pelos inquiridos que votam nos círculos com maior número de mandatos e que já tinham votado estrategicamente nas eleições anteriores. De entre todas as variáveis deste modelo, a que mais contribui para a explicação do voto estratégico é o Voto Estratégico em 2002.

O quadro seguinte, mostra-nos os resultados relativos ao modelo de explicação da abstenção estratégica nas eleições de 2005. A variável dependente é também dicotómica (0 = não se absteve estrategicamente; 1 = absteve-se estrategicamente), pelo que se optou pela realização de uma regressão logística.

**Quadro 23 - Modelo Explicativo de Abstenção Estratégica (regressão logística)**

Factores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo	n.s.	n.s.	n.s.
Religiosidade	n.s.	n.s.	n.s.
Habilitações	n.s.	-0,149* (13,110)	-0,133* (7,277)
Idade	-0,028* (31,196)	-0,040* (41,767)	-0,021* (9,144)
Avaliação do Partido		-0,096* (7,571)	n.s.
Avaliação do Governo		0,254** (5,257)	0,254** (3,816)
Hipótese de Eleição Abstenção Estratégica 2002			n.s. 2,620* (187,515)
Dimensão do Círculo			n.s.
r2 de Nagelkerke	0,035	0,089	0,333

\* =  $p < 0,01$ ; \*\* =  $p < 0,05$ ; \*\*\* =  $p < 0,10$

No primeiro modelo, verificamos que é apenas a idade a apresentar uma relação com a abstenção estratégica, que se consubstancia no facto de que quanto mais velhos forem os eleitores, menor a sua propensão para a abstenção estratégica.

No segundo modelo, o efeito da idade mantém-se. As habilitações explicam em parte este fenómeno, na medida em que há uma relação inversa entre nível de escolaridade e taxa de abstenção estratégica. Ao nível das atitudes, os abstencionistas estratégicos são aqueles que, por um lado, avaliam o seu partido de forma mais negativa e, por outro, consideram que a prestação do governo liderado por Pedro Santana Lopes foi positiva.

No terceiro modelo, continuamos a observar uma relação inversa entre idade, habilitações e abstenção estratégica. O efeito da avaliação do partido desaparece, para dar lugar ao efeito da abstenção estratégica nas eleições de 2002 – os inquiridos que

revelaram este tipo de comportamento são, em grande parte, aqueles que já o tinham feito nas eleições legislativas anteriores. Continua a verificar-se uma associação positiva entre a avaliação do governo incumbente e a abstenção estratégica. O poder explicativo da abstenção estratégica em 2002 é, de longe, muito mais forte do que o dos outros factores explicativos.

Por fim, considerámos interessante criar uma variável dependente agregada, que incluísse os inquiridos que votaram e se abstiveram estrategicamente, com o propósito de verificar o impacto do modelo no comportamento eleitoral estratégico entendido de uma forma mais lata.

**Quadro 24 - Modelo Explicativo do Comportamento Estratégico (regressão logística)**

Factores	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo	n.s.	n.s.	n.s.
Religiosidade	-0,216*** (3,427)	-0,270** (3,766)	n.s.
Habilitações	n.s.	n.s.	n.s.
Idade	-0,013* (11,765)	-0,021* (19,817)	-0,011** (4,867)
Avaliação do Partido		-0,122* (17,731)	-0,081* (6,248)
Avaliação do Governo		n.s.	n.s.
Hipótese de Eleição			n.s.
Comportamento Estratégico 2002			1,743* (142,566)
Dimensão do Círculo			n.s.
Importância Formação Governo Maioria Absoluta			n.s.
r <sup>2</sup> de Nagelkerke	0,019	0,051	0,216

\* =  $p < 0,01$ ; \*\* =  $p < 0,05$ ; \*\*\* =  $p < 0,10$

No modelo que inclui apenas variáveis sócio-demográficas, observamos que tanto a idade como a religiosidade estão negativamente associadas ao comportamento estratégico.

No segundo modelo, para além de se manter o impacto daquelas duas variáveis, verifica-se que uma avaliação negativa do partido está associada a uma maior propensão para o comportamento estratégico.

No terceiro modelo, quando introduzimos variáveis que estão na base de considerações estratégicas, verificamos que a religiosidade já não explica o comportamento estratégico, mas continuamos a observar um impacto da avaliação do partido e da idade. Neste modelo, assume especial relevância o facto de os inquiridos se terem, ou não, comportado de forma estratégica nas eleições anteriores.

### 3.3. Outras Variáveis Relevantes na Análise do Voto Estratégico e da Abstenção Estratégica

No seguimento desta investigação, quisemos também testar o impacto do Posicionamento Ideológico (na escala esquerda-direita<sup>25</sup>). Apesar de não se verificar uma relação forte com o voto estratégico, há uma tendência para que os eleitores de direita sejam mais propícios a votar estrategicamente que os eleitores de esquerda ou centro. Quanto à abstenção estratégica, não encontramos diferenças estatisticamente significativas em função do posicionamento ideológico.

**Quadro 25 - Posicionamento do Eleitor Estratégico e Abstencionista Estratégico na Escala esquerda-direita**

Posicionamento Ideológico	Voto Estratégico (%)*	Abstenção Estratégica
Esquerda	6,6	10,1
Centro	6,4	9,4
Direita	9,9	12,2
Total	7,3	10,3

\*( $\chi = 7,087, p = 0,029$ ); ( $V = 0,057; p < 0,029$ ), N válido = 2198

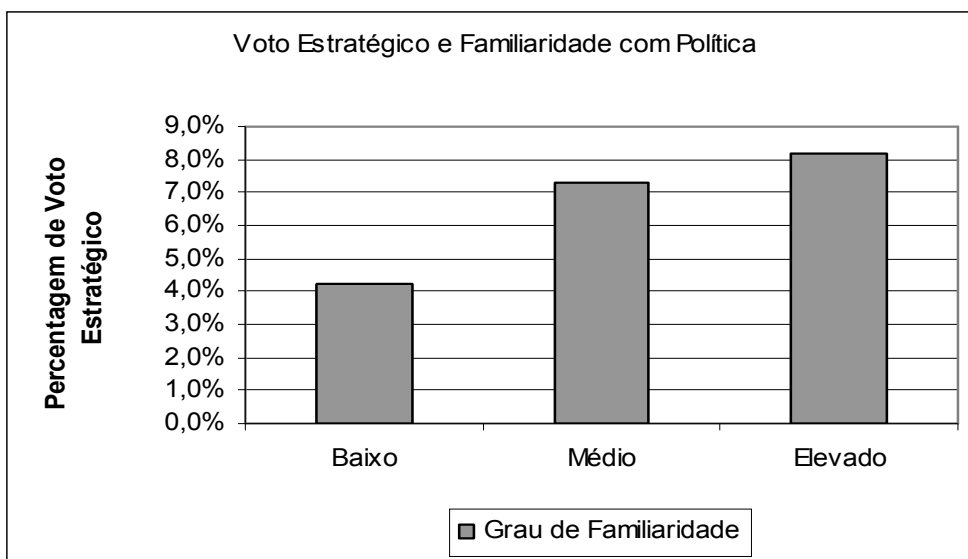
<sup>25</sup> Os eleitores de esquerda são os que apresentam, na escala de 0 a 10, valores entre 0 e 3; os eleitores de centro são aqueles que responderam 4, 5 ou 6; os eleitores de direita são os que apresentam valores entre 7 e 10.

A tendência observada no caso do voto estratégico vai ao encontro daquilo que é defendido por diversos autores, como Lobo e Freire (2002) – existência de mais voto útil à direita do que à esquerda.

Resolvemos analisar também outras dimensões importantes e pertinentes e que poderão estar relacionadas com voto estratégico. Com efeito, a familiaridade com assuntos políticos e o acompanhamento da campanha nos *Media* (variáveis utilizadas por Duch e Palmer em 2002, no seu modelo de medição de voto estratégico nas eleições Húngaras de 1997) poderão levar os eleitores a votar estrategicamente, na medida em que a posse e a procura de informação poderá revelar uma predisposição para considerações estratégicas. Criámos assim dois índices: Familiaridade com a Política e Acompanhamento da Campanha Eleitoral nos *Media*:

- Familiaridade com a Política – este índice resultou da agregação das variáveis “Geralmente, a política parece ser tão complicada que as pessoas como eu não conseguem perceber o que se está a passar” e “Qual a frequência com que costuma discutir política e as notícias da actualidade com familiares, amigos ou colegas de trabalho”. A consistência interna deste índice é moderada ( $r = 0,35$ ;  $p < 0,05$ ). Para a construção de grupos de tamanho idêntico, este índice foi categorizado da seguinte forma: nível baixo (valores entre 1 e 2), nível médio (valores entre 2,1 e 3,9) e nível elevado (valores entre 4 e 5).
- Acompanhamento da Campanha Eleitoral nos *Media* – este índice foi criado através da agregação de quatro variáveis: A frequência com que o inquirido acompanhou as notícias sobre política nos jornais ou revistas, o mesmo tipo de acompanhamento na rádio, a frequência de exposição às notícias na televisão e, por último, a assistência a debates televisivos entre líderes partidários. A consistência deste índice é moderada (Alpha de Cronbach = 0,637). Com o propósito da criação de grupos equivalentes, este índice foi categorizado da seguinte forma: nível baixo (valores entre 1 e 2,5), nível médio (valores entre 2,6 e 3,9) e nível elevado (valores entre 4 e 5).

Gráfico 6

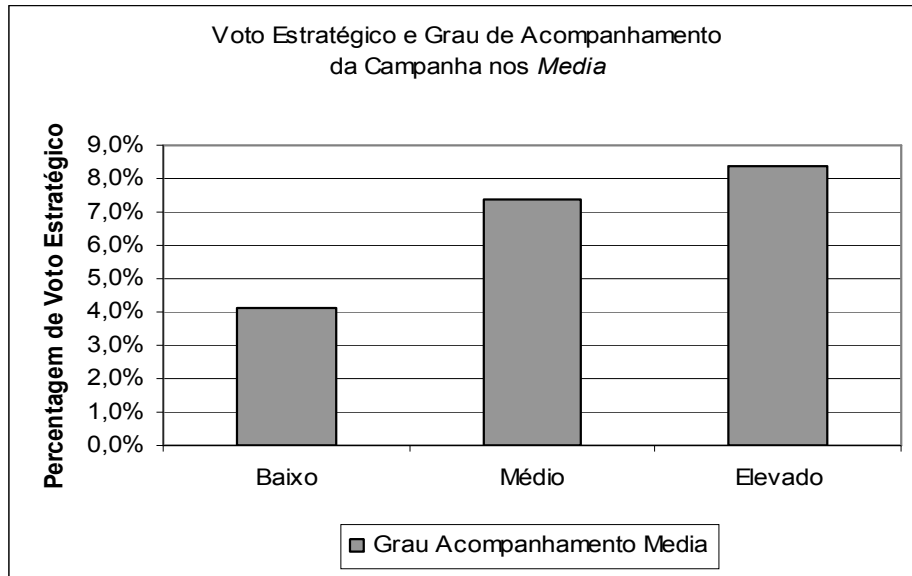


( $\chi = 9,498$ ;  $p < 0,009$ ); ( $V = 0,061$ ;  $p < 0,009$ )

Da análise deste gráfico conclui-se que os eleitores que entendem melhor os assuntos relacionados com política e que discutem política com mais frequência votam mais estrategicamente, provavelmente porque estão mais informados sobre as regras de funcionamento das eleições. Estes resultados foram validados com o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson entre voto estratégico e índice de familiaridade como variável contínua ( $r = 0,066$ ;  $p < 0,01$ ). Foram feitas análises similares para a abstenção estratégica, no contexto das quais se verificaram não existir associação estatisticamente significativa entre esta e a familiaridade com política.

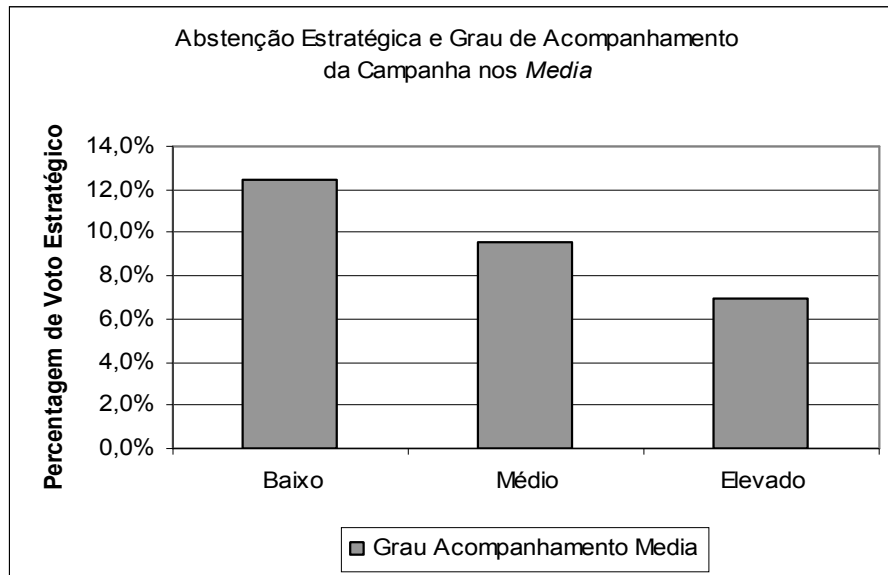
Relativamente à análise da relação entre comportamento estratégico e acompanhamento da campanha eleitoral nos *Media*, verificamos que as pessoas que mais se interessaram em acompanhar a campanha eleitoral (indicando assim um comportamento de busca de informação), votaram mais estrategicamente que as pessoas com grau de exposição baixo (gráfico 7). Este padrão é também verificado quando se calcula a correlação entre voto estratégico e acompanhamento dos *Media* como variável contínua ( $r = 0,074$ ;  $p < 0,01$ ). Quanto à abstenção estratégica, a relação observada é inversa – níveis mais elevados de exposição aos meios de comunicação estão associados a uma menor abstenção estratégica (gráfico 8). O coeficiente de correlação de Pearson, cujo cálculo foi feito com recurso à variável na sua forma contínua, confirma estes resultados ( $r = -0,078$ ;  $p < 0,01$ ).

**Gráfico 7**



( $\chi = 10,588, p < 0,005$ ); ( $V = 0,070; p < 0,005$ )

**Gráfico 8**



( $\chi = 9,732, p < 0,05$ ); ( $V = 0,067; p < 0,05$ )

#### 4. Notas Finais

Iniciámos este capítulo apresentando a metodologia utilizada, definindo as variáveis que iriam fazer parte do nosso modelo de análise, bem como a utilização de outras que achámos pertinentes para a nossa investigação. Posteriormente, e para uma melhor descrição do método de investigação a seguir, definimos cinco tipos de eleitores, de entre os 63,7% de inquiridos que se identificaram com um partido. Os dois tipos de eleitores que interessam à nossa investigação são o Eleitor Estratégico (que votou noutra partido que não o preferido) e o Abstencionista Penalizador ou Estratégico (eleitor que optou por se abster em vez de votar noutra partido que não o seu preferido). Encontrámos assim 6,6% de voto estratégico e 9,8% de abstenção estratégica. Tendo posteriormente agrupado estas duas tipologias por dimensão de círculo eleitoral (grandes, médios e pequenos), concluímos que o voto estratégico nas eleições legislativas portuguesas de 2005 foi um voto estratégico nacional. Os resultados da regressão efectuada confirmam este fenómeno.

Alguns resultados encontrados são, de certo modo, surpreendentes. Surpreende o facto de existir mais voto estratégico nos círculos grandes e médios do que nos círculos pequenos, facto que contraria alguma da teoria existente sobre voto estratégico. Falámos em particular de autores como Cox e Shugart (1997) e Sartori (1968), que defendem precisamente a existência de mais voto estratégico nos círculos pequenos, pois são estes que têm menos mandatos para oferecer. Os autores referiam-se ao voto dos pequenos e médios partidos nos grandes partidos, para que não vejam o seu voto desperdiçado, situação que verificámos de forma inequívoca nestas eleições.

No entanto, também verificámos voto estratégico dos grandes partidos (PS e PSD) para os partidos pequenos e muito pequenos, sobretudo por parte do PSD. Esta situação é defendida por alguns autores na literatura existente sobre voto estratégico. Tal poderia ser visto como um caso de voto tático inverso (Tsebelis, 1986) – quando um eleitor sabe já ter assegurada a eleição de um ou mais mandatos do seu partido preferido, vota estrategicamente num partido mais pequeno de forma a retirar a possibilidade de eleição de um ou mais representantes do partido que considera ser o seu maior adversário.

Contudo, na medida em que o voto estratégico ocorreu ao nível nacional e não apenas do círculo eleitoral, tal situação não nos parece ter sido provável.

Verificámos adicionalmente que uma avaliação inferior do líder e do partido leva o eleitor a votar mais estrategicamente. Esta situação enquadra-se na teoria de Niemi e Whitten (1994) sobre o voto estratégico de protesto. Os autores defendem que uma parte dos eleitores que votam estrategicamente por motivos que se prendem com o facto de desejarem tomar posição de protesto para com os maiores partidos (em alguns casos até mesmo os seus preferidos). Parece-nos que esta explicação teórica será plausível, e que o voto estratégico dos partidos grandes nos outros partidos será mais um voto de protesto, sobretudo no caso do PSD, onde ele foi mais forte. Com efeito, convém igualmente referir as circunstâncias especiais das eleições legislativas de 2005, as quais resultaram de uma dissolução do parlamento, existindo um grande descontentamento na opinião pública relativamente àquele partido e respectivo líder. Acresce que, como refere Fisher (2001) existe uma propensão para que os eleitores votem de forma estratégica contra o partido incumbente, facto que pode ajudar a explicar a menor abstenção ocorrida nas eleições de 2005 face às de 2002.

Uma das causas prováveis para um menor voto estratégico em Portugal nos círculos pequenos poderá dever-se também a uma maior proximidade das pessoas aos partidos políticos. A este propósito, Bowler e Lanoue (1992) referem que a identificação partidária, e em particular a lealdade partidária mais intensa, faz diminuir a tendência para votar estrategicamente, em círculos eleitorais em que determinado partido possui raízes muito profundas. Parece-nos ser este o caso nos círculos eleitorais pequenos em Portugal, nomeadamente nos círculos do Alentejo, onde a CDU tem um peso político substancial.

No entanto, há que salientar que a percentagem de pessoas que preferiram abster-se apesar de se identificarem com um partido (abstencionistas estratégicos) foi de 9,8%, ou seja, maior do que aqueles eleitores que preferiram votar noutro partido que não o seu preferido (eleitor estratégico; 6,6%). Ou seja, alguns eleitores dos diversos partidos preferiu abster-se do que dar o seu voto a outro partido. No caso dos círculos pequenos

e médios, este comportamento poderá ter como causa a inutilidade do voto no partido da preferência, uma vez que, como verificámos, estes círculos apresentam um limiar de representação elevado, não permitindo a eleição de um mandato por parte destes partidos. No caso dos círculos grandes, este abstencionismo pode ser devido a uma posição de protesto, neste caso não contra o partido (porque não há relação entre avaliação do partido e este comportamento) nem em relação ao governo (porque a relação com a avaliação da performance governamental é positiva), mas contra o sistema político em geral.

Por outro lado, os resultados não surpreendem se atentarmos naqueles autores que defendem uma votação estratégica ao nível nacional nos sistemas de RP, como sejam Blais e Massicotte (1999) e Blais et al (2001). Estes autores fazem referência ao facto dos eleitores se preocuparem mais com o partido que pode ganhar as eleições e a maioria dos lugares, formando assim governo, do que com quem ganha o lugar no círculo eleitoral. Idêntica posição foi defendida por Downs (1957; citado em Lopes e Freire, 2002), referindo-se ao modelo económico do voto. Segundo este autor, em sistemas multipartidários, um eleitor pode não votar no seu partido preferido (aquele partido que lhe traria mais benefícios), se considerar que o seu partido preferido tem poucas hipóteses de vencer. O autor refere ainda que esta probabilidade de não votar no partido preferido será tanto mais elevada quanto maior for a importância que o eleitor atribui a afastar da governação o partido menos preferido.

Pudémos verificar que o voto estratégico ocorreu ao nível nacional, resultado que foi ao encontro das expectativas de Jalali (no prelo), o qual pressupunha que, a existir voto útil, este ocorresse a este nível, reflexo da nacionalização do sistema partidário.

Verificámos ainda que existe uma parte significativa do eleitorado (36,3%) que não se identificou com qualquer partido, facto que também vai ao encontro das expectativas expressas por Jalali (2003) da existência de um eleitorado *marais*, “*dado que o posicionamento ideológico tende para o centro, supondo que esta preferência centrista do eleitorado português pode ser, em grande medida, um sinal de alheamento e desinteresse pela política*” (p. 561).

De acordo com a definição que está na base do nosso modelo de investigação (eleitor que se identifica com um partido mas que vota noutro), a análise não recai sobre as pessoas que revelaram não ter identificação partidária. No entanto, dado que encontramos voto estratégico ao nível nacional – apontando para uma preocupação dos eleitores em votar no partido que pode formar governo, num contexto de contestação ao governo – poderá ter acontecido que uma parte destes eleitores sem identificação partidária tenham optado por votar estrategicamente no sentido de castigar o governo em funções.

Ainda relativamente a esta falta de identificação partidária dos eleitores portugueses, ela também se verificou em eleições anteriores. Conforme refere Gunther (2002), a elevada volatilidade eleitoral verificada em Portugal ao longo do período democrático poderá ser explicada em parte não só pelo voto estratégico, mas também pelo voto casual, ou seja, o voto daqueles que não se identificam com qualquer partido.

Testámos ainda outras dimensões relacionadas com o voto estratégico e a abstenção estratégica, nomeadamente o acompanhamento da campanha eleitoral nos *Media* e familiaridade com política; e verificámos que as pessoas que demonstraram um maior interesse em acompanhar a campanha eleitoral para as eleições de 2005 e que estão mais familiarizadas com política votaram mais estrategicamente. Por outro lado, verificou-se que a abstenção estratégica é menor entre aqueles que acompanharam bastante a campanha eleitoral através dos meios de comunicação social. Isto revela que, tal como preconizado por Blais e Bodet (2007), os eleitores portugueses que votam estrategicamente não só estão mais bem informados sobre assuntos políticos, como também procuram informação sobre as campanhas eleitorais; ou seja, há indícios de que teceram considerações estratégicas sobre a possibilidade de qual dos partidos iria ganhar a eleição. No caso da abstenção estratégica, verifica-se o fenómeno oposto ao observado para o voto estratégico no que respeita ao acompanhamento da campanha nos *Media*. Isto pode dever-se ao facto de que os inquiridos percebiam o acto de ir às urnas como inútil, pelo que numa primeira fase, acompanham menos a campanha, e numa segunda fase optam por abster-se. Em suma, os indivíduos mais informados votam mais.

Experimentámos também relacionar o voto estratégico e a abstenção estratégica com o posicionamento dos inquiridos na escala esquerda-direita, facto que revelou que há uma tendência para que os eleitores de direita votem mais estrategicamente que os eleitores de esquerda e de centro, indo ao encontro daquilo que é defendido por alguns autores portugueses, como sejam Lobo e Freire (2002) e Jalali (no prelo). No que respeita à abstenção estratégica, o posicionamento ideológico não mostrou ter qualquer efeito.

Verificámos ainda que existe uma forte relação entre os eleitores que votaram/abstiveram-se estrategicamente em 2005 e que admitem tê-lo igualmente feito nas eleições legislativas de 2002, o que pode revelar uma propensão para um comportamento estratégico contínuo e uma preocupação em não desperdiçar o seu voto quer ao nível dos círculos (pelo facto de não conseguir eleger um deputado pelo seu partido preferido), quer ao nível nacional, para não desperdiçar o voto em partidos que não têm possibilidade de ganhar as eleições. Esta será uma análise a efectuar em próximos actos eleitorais. Nos modelos de regressão testados, estas variáveis foram aquelas que apresentaram o maior poder explicativo do comportamento estratégico dos eleitores.

## **CAPÍTULO V**

### **Conclusão**

#### **1. Introdução**

O objectivo deste capítulo é o de fazer uma breve apresentação do que pudémos concluir sobre a teoria do voto estratégico, do comportamento eleitoral dos portugueses e, principalmente, apresentar as conclusões e considerações que temos a retirar dos resultados que obtivemos sobre os fenómenos de voto estratégico e abstenção estratégica identificados. Iremos ainda efectuar alguns comentários às limitações encontradas para este estudo, bem como deixar pistas para investigações futuras.

#### **2. Conclusões**

O propósito desta investigação foi o de estudar o comportamento estratégico no contexto português, examinando o grau, incidência e natureza do voto estratégico e da abstenção estratégica nas eleições legislativas de 2005. Com base na literatura analisada, hipotetizou-se que ambos os fenómenos estariam presentes em Portugal, podendo ser explicados por factores de natureza sócio-demográfica mas especialmente por variáveis contextuais, entre as quais a dimensão do círculo eleitoral, que assume bastante protagonismo na literatura.

Na nossa investigação, encontrámos um voto estratégico nas eleições legislativas de 2005, utilizando um modelo de medição indirecta inspirado em Blais et al (2005), tendo verificado que o voto estratégico ocorrido nestas eleições foi de 6,6% e que a abstenção estratégica foi de 9,8%. Consideramos que o voto estratégico foi ao nível nacional, porque observámos que este ocorreu mais nos círculos grandes do que nos círculos médios e do que nos círculos pequenos. Isto porque, nos círculos grandes e nalguns círculos médios, existe a possibilidade teórica (confirmada pela história eleitoral) dos cinco partidos elegerem mandatos com relativa facilidade, pelo que não há uma necessidade de votar estrategicamente com o objectivo de eleger pelo menos um mandato, pelo que as considerações estratégicas na base deste comportamento estarão

certamente associadas ao partido que ganha as eleições e forma governo. Este voto estratégico nacional contraria aquilo que é defendido na literatura sobre sistemas de RP, em que o voto estratégico verifica-se sobretudo ao nível dos círculos eleitorais pequenos (Sartori, 1968 e Cox e Shugart, 1997).

Esta percentagem de voto estratégico, tal como fizemos referência, foi similar à verificada nalgumas eleições ocorridas em sistemas maioritários. Este facto não surpreende dado que, também como vimos, Portugal é dos países com maior grau de desproporcionalidade dentro daqueles que possuem sistemas de RP, apresentando, ao nível dos pequenos círculos eleitorais, valores superiores ao do sistema maioritário do Reino Unido (Jalali, no prelo).

Relativamente à abstenção estratégica, este é um fenómeno apontado por alguns autores (Monroe e Rose, 2002; Perea, 2003; Kang, 2004) como provável, em alternativa ao voto estratégico, embora não tenha sido ainda estudado empiricamente. A proporção de eleitores que preferiram abster-se em vez de votar noutro partido que não o da sua preferência parece indiciar uma forma de punição ou de protesto. Os 9,8% encontrados são consideráveis, e poderão ajudar a explicar, em parte, a abstenção que se tem verificado em Portugal.

Encontrámos também algum voto tático inverso (Tsebelis, 1986), se bem que julgamos não ser no sentido que o autor lhe dá, como tivemos oportunidade de explicar no capítulo anterior. Estamos em crer que este voto dos apoiantes dos partidos maiores (PS e PSD) para os mais pequenos e muito pequenos foi sobretudo um voto de protesto, indo mais ao encontro do que defendem Franklin et al (1994).

O voto estratégico verificou-se muito mais dos partidos pequenos e muito pequenos para os grandes, em particular do BE e CDU. Relativamente a este último partido, a CDU, que possui um eleitorado mais fiel e ancorado na sociedade portuguesa, o desejo de derrotar o PSD terá sido mais forte que a forte identificação partidária dos seus apoiantes.

Por fim, aplicámos o nosso modelo explicativo, inspirado em Blais et al (2005), e verificámos que a avaliação do partido (quanto pior o eleitor avalia o partido mais vota estrategicamente) e o voto estratégico em 2002 (58,7% das pessoas que já votaram estrategicamente em 2002 também o fizeram em 2005) explicam o voto estratégico nas eleições legislativas portuguesas de 2005. A dimensão do círculo mostrou estar também relacionada com voto estratégico, ocorrendo este muito mais frequentemente quanto maior é o número de mandatos no círculo em que o inquirido vota.

No modelo relativo à explicação da abstenção estratégica, os resultados são similares. Tal como se verifica para o voto estratégico, é a abstenção táctica nas eleições de 2002 o principal factor explicativo deste fenómeno – indiciando eleitores estratégicos habituais. No entanto há uma diferença a assinalar – o facto da abstenção estratégica acontecer mais significativamente no caso dos indivíduos que avaliam a prestação do governo liderado por Santana Lopes como positiva.

Estes modelos explicam, respectivamente, 18% e 33% do comportamento estratégico observado nas eleições de 2005. Que outros factores explicarão as restantes razões para o voto estratégico e a abstenção estratégica em 2005?

Para que pudesse ser dada resposta à pergunta que efectuámos no parágrafo anterior, seria de enorme importância para o estudo do voto estratégico em Portugal que nos inquéritos pós-eleitorais pudesse existir uma questão que medisse directamente o comportamento estratégico, ou seja, se o eleitor votou ou não estrategicamente ou se optou por abster-se estrategicamente. Seria igualmente importante que estes questionários tivessem um número de casos suficiente em todos os círculos eleitorais (admitimos a excepção dos círculos da emigração), a fim de apurar o voto estratégico círculo a círculo; da mesma maneira que seria de extrema importância testar o conhecimento dos eleitores portugueses relativamente ao seu sistema eleitoral. Julgamos que, desta forma, poderíamos estar a contribuir para um conhecimento mais aprofundado das causas e motivos que levam um eleitor a votar estrategicamente ou a abster-se estrategicamente.

Tivemos algumas limitações relativamente à dimensão do conhecimento sobre as regras de funcionamento das eleições, pelo que foi necessário recorrer a uma variável *proxy* de Familiaridade com Política, por falta de questões direccionadas para medir esta questão. Isto é, seria igualmente interessante verificar o efeito directo do conhecimento dos portugueses sobre o sistema eleitoral, a forma como são transformados os votos em mandatos e respectiva distribuição destes por círculo, bem como saber (através de perguntas directas) se os eleitores procuram informações disponibilizadas pela comunicação social e pelas sondagens para tecer considerações estratégicas no sentido de otimizar o seu voto.

Na realidade, o voto estratégico está ainda pouco estudado em sistema de RP e existem muito poucos casos para comparar. Será interessante aguardar pelas próximas eleições legislativas (que, em teoria, ocorrerão em 2009) para verificar o voto estratégico naquele acto legislativo, através da aplicação deste ou de outro modelo, e permitir um estudo longitudinal do voto estratégico nesta década (2002, 2005, 2009) o que permitirá saber mais sobre o comportamento dos eleitores a este nível. Tanto mais que, tal como demonstrámos, a maioria dos eleitores que se comportaram estrategicamente em 2005, terão tido igual comportamento em 2002. Esta foi uma das três variáveis do modelo que mais estavam relacionadas com o voto estratégico. Até que ponto não existe uma parte significativa do eleitorado que vota estrategicamente de forma contínua? Descobrir as razões de tal comportamento será decerto interessante para a compreensão do comportamento eleitoral no contexto democrático.

## **Bibliografia**

**Abramson, Paul R.; Aldrich, John H.; Paolino, Phil; Rodhe, David W.** (1992), Sophisticated Voting in the 1988 Presidential Primaries; *American Political Science Review*, 86, No. 1, pp. 55-69.

**Adams, Greg D.** (1996), Legislative Effects of Single-Member Vs. Multi-Member Districts; *American Journal Of Political Science*, 40, No. 1, pp. 129-144.

**Almeida, Pedro Tavares; Freire, André** (2005), Two Overwhelming Victories of the Portuguese Left: The 2004 European Election and the 2005 Legislative Election; *South European Society & Politics*, 10, No 3, pp. 451-464.

**Alvarez, R. Michael; Nagler, Jonathan** (2000), A New Approach for Modelling Strategic Voting in Multiparty Elections; *British Journal of Political Science* 30, pp. 57-75.

**Alvarez, R. Michael; Boehmke, Frederick J.; Nagler, Jonathan** (2006), Strategic Voting in British elections; *Electoral Studies*, 25, pp. 1-19.

**Bassi, Anna** (2007), Voting Systems and Strategic Manipulation: an Experimental Study; Department of Politics, *New York University* 10012 (retirado da internet:<http://homepages.nyu.edu/~ab142/Research/Voting%20Systems%20and%20Strategic%20Manipulation.pdf>).

**Black, Jerome H.** (1978), The Multicandidate Calculus of Voting: Applications to Canadian Federal Elections, *American Journal of Political Science*, 22, No 3, pp. 610-638.

**Blais, Andre; Aldrich, John H.; Indridason, Indridi H.; Levine, Renan** (2006), Do Voters Vote For Government Coalitions; *Party Politics*, 12, No 6, pp. 691-705.

**Blais, Andre; Carty, R. K.** (1991), The Psychological Impact of Electoral Laws: Measuring Duverger's Elusive Factor; *British Journal of Political Science*, 21, No 1, pp. 79-93.

**Blais, André; Massicotte, Louis** (1999), Mixed electoral systems: a conceptual and empirical survey; *Electoral Studies* 18, pp. 341-366.

**Blais, Andre; Nadeau, Richard** (1996), Measuring Strategic Voting: A Two-Step Procedure; *Electoral Studies*, 15, No 1, pp. 39-52.

**Blais, Andre; Nadeau, Richard; Gidengil, Elisabeth; Nevitte, Neil** (2001), Measuring strategic voting in multiparty plurality elections; *Electoral Studies* 20, pp. 343-352.

**Blais, André; Young, Robert; Turcotte, Martin** (2005), Direct or Indirect? Assessing two approaches to the measurement of strategic voting; *Electoral Studies* 24, pp. 163-176.

**Blais, André; Bodet, Marc** (2007), Measuring the Propensity to Vote Strategically in a Single-Member District Plurality System; *Université de Montréal*; Working Paper.

**Bowler, Shaun; Lanoue, David J.; Savoie, Paul** (1994), Electoral Systems, Party Competition, and Strength of Partisan Attachment: Evidence from Three Countries; *The Journal of Politics*, 56, No. 4, pp. 991-1007.

**Bowler, Shaun; Lanoue, David J.** (1992), The Sources of Tactical Voting in British Parliamentary Elections, 1983-1987; *Political Behavior*, 14, No. 2, pp. 141-157; 1992.

**Cain, Bruce E.** (1978), Strategic Voting in Britain; *American Journal of Political Science*, Vol. 22, No. 3, pp. 639-655.

**Clark, William Roberts; Golder, Matt** (2006), Rehabilitating Duverger's Theory, Testing the Mechanical and Strategic Modifying Effects of Electoral Laws; *Comparative Political Studies*, 39, 6, pp. 679-708.

**Cox, Gary W.;** Shugart, Matthew (1997), Strategic Voting Under Proportional Representation; *Journal of Law, Economics & Organization* 12:299-324.

**Cox, Gary W.** (1997), *Making Votes Count. Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*, Cambridge, Cambridge University Press.

**Cruz, Manuel Braga** (1998), *Sistemas Eleitorais: o debate científico*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisboa.

**Denzau, Arthur; Riker, William, Shepsle, Kenneth** (1985), Farquharson and Fenno: Sophisticated Voting and Home Style; *The American Political Science Review*, 79, No 4, pp. 1117-1134.

**Dorling, D. F. L.; Pattie, C. J.; Johnston, R. J.** (1993), Measuring Electoral Change in Three-Party Systems: An Alternative to Swing; *Political Science and Politics*, 26, No 4, pp. 737-741.

**Duch, Raymond; Stevenson, Randy** (2006), Context and Strategic Economic Voting: Na Alternative to Clarity of Responsibility? *Paper presented at the Conference on Contextual Effects in Electoral Research*, Florence.

**Duch, Raymond; Palmer, Harvey D.** (2002), Strategic Voting in Post-Communist Democracy?; *British Journal of Political Science*, 32, No. 1, pp. 63-91.

**Duverger, Maurice** (1954), *Political Parties*; Wiley, New York.

**Evans, Geoffrey; Heath, Anthony** (1993), A Tactical Error in the Analysis of Tactical Voting: A Response to Niemi, Whitten and Franklin; *British Journal of Political Science*, 23, No. 1, pp. 131-137.

**Evans, Geoffrey; Heath, Anthony** (1994), Tactical Voting: Concepts, Measurement and Findings; *British Journal of Political Science*, 24, No. 4, pp. 557-561.

**Faria, Sérgio; Viegas, José Manuel** (2004), A abstenção nas eleições legislativas de 2002; *Portugal a Votos, as eleições legislativas de 2002*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

**Faria, Sérgio; Viegas, José Manuel** (2004), A abstenção eleitoral em Portugal: uma perspectiva comparada; *Portugal a Votos, as eleições legislativas de 2002*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

**Ferrara, Frederico** (2004), Electoral Coordination and the strategic desertion of strong parties in compensatory mixed systems with negative vote transfers; *Electoral Studies* 23, pp. 391-413.

**Fieldhouse, Edward; Shryane, Nick; Pickles, Andrew** (2006), Strategic voting and constituency context: Modelling party preference and vote in multiparty elections; *Political Geography*, No. 20, pp. 1-20.

**Fieldhouse, Edward; Pattie, C. J.; Johnston, R. J.** (1996), Tactical Voting and Party Constituency Campaigning at the 1992 General Elections in England; *British Journal of Political Science*, 26, No. 3, pp. 403-418.

**Fiorina, Morris P.; Shepsle, Kenneth A.** (1989), Is Negative Voting as Artifact?; *American Journal of Political Science*, 33, No 2, pp. 423-439.

**Fisher, Stephen D.** (2001), Extending the Rational Voter Theory of Tactical Voting, *Centre For Research Into Elections and Social Trends Working paper*, No 94.

**Fisher, Stephen D.** (2004), Definition and Measurement of Tactical Voting: The Role of Rational Choice, *Cambridge University Press*, 34, pp. 152-166.

**Fisher, Stephen D.; Myatt, David P.** (2002), Everything is Uncertain and Uncertainty is Everything: Strategic Voting in Simple Plurality Elections; *Oxford University Department of Economics Discussion Paper* no. 115.

**Franklin, Mark; Niemi, Richard; Whitten, Guy** (1994), The Two Faces of Tactical Voting; *British Journal Of Political Science*, 24, No 4, pp. 549-557.

**Freire, André** (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral, Uma Breve Introdução Crítica*; Celta Editora, Oeiras.

**Freire, André** (2002), Realinhamentos Eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário, *Análise Social*, No. 162, pp. 121-149.

**Freire, André** (2004), Voto por temas: políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral; *Portugal a Votos, as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

**Freire, André; Lobo, Marina Costa, Magalhães, Pedro; Espírito-Santo, Ana** (2007), *Comportamentos e atitudes políticas 1973-2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

**Freire, André; Magalhães, Pedro** (2002), A Abstenção Eleitoral em Portugal, *Imprensa de Ciências Sociais*, Lisboa, 2002.

**Gageiro, João; Pestana, Maria Helena** (2005), *Análise de Dados Para Ciências Sociais, A Complementaridade do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.

**Gaines, Brian J.** (1999), Duverger's Law and the Meaning of Canadian Exceptionalism; *Comparative Political Studies*, Vol. 32, No 7, pp. 835-861.

**Galbraith, John; Rae, Nicol C.** (1989), A Test of the Importance of Tactical Voting: Great Britain, 1987; *British Journal Of Political Science*, Vol. 19, No 1, pp. 126-136.

**Golder, Matt** (2005), Democratic electoral systems around the world, 1946-2000; *Electoral Studies* 24, pp. 103-121.

**Gschwend, Thomas** (2003), Ticket-Splitting and Strategic Voting in Mixed Electoral Systems; *Working Paper* No. 61.

**Gschwend, Thomas** (2004), Strategic Voting in Mixed-Electoral Systems. Reutlingen: SFG-Elsevier.

**Gschwend, Thomas** (2006), Comparative Politics of Strategic Voting: A Hierarchy of Electoral Systems. *Paper presented at the Conference on Contextual Effects in Electoral Research*; Florence.

**Gschwend, Thomas** (2007), Incentivos institucionais ao voto estratégico e mudança do sistema partidário em Portugal; *Eleições e Cultura Política*; Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

**Gschwend, Thomas; Stoiber, Michael; Günter, Mareen** (2004), “Strategic Voting in Proportional Systems: The Case of Finland”. *Paper presented at the annual meeting of the Midwest Science Association*; Chicago.

**Gunther, Richard** (1989), Electoral Laws, Party Systems, and Elites: The Case of Spain; *American Political Science Review* 83:, pp.835-858.

**Gunther, Richard** (2002), «A democracia portuguesa em perspectiva comparada» *Análise Social*, No. 162, pp. 91-119.

**Hoffman, Dale T.** (1982), A Model for Strategic Voting; *SIAM Journal on Applied Mathematics*, Vol. 42, No 4, pp. 751-761.

**Irvine, William P.** (1989), Seats and Votes: The Effects and Determinants of Electoral Systems by Rein Taagepera; Matthew Soberg Shugart; *Canadian Journal of Political Science*, Vol. 22, No 4, pp. 875-876.

**Jalali, Carlos** (2003), A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras, *Análise Social*, No. 167, pp. 545-572.

**Jalali, Carlos** (2004), As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português; *Portugal a Votos, as eleições legislativas de 2002*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

**Jalali, Carlos** (2007), Velhas clivagens em novas democracias: a consolidação do comportamento eleitoral português desde 1974; *Eleições e Cultura Política*; Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

**Jalali, Carlos** (no prelo). *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005: Da Revolução ao Bipartidarismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

**Johnston, R. J.; Pattie, C. J.** (1991), Tactical Voting in Great Britain in 1983 and 1987: An Alternative Approach; *British Journal of Political Science*, Vol. 21, No 1, pp. 95-108.

**Kang, Won-Taek** (2004), Protest Voting and Abstention Under Plurality Rule Elections; *Journal of Theoretical Politics* 16 (1), pp. 79-102.

**Katz, Richard S.** (1997), Democracy and Elections; Oxford, *Oxford University Press*.

**Kim, Heemin; Fording, Richard C.** (2001), Does Tactical Voting Matter? The Political Impact of Tactical Voting in Recent British Elections; *Comparative Political Studies*, Vol. 34, No 3, pp. 294-311.

**Kostadinova, Tatiana** (2002), Do mixed electoral systems matter?: a cross-national analysis of their effects in Eastern Europe; *Electoral Studies* 21, pp. 23-34.

**LeDuc, Lawrence; Niemi, Richard G.; Norris, Pipa** (2002), *Comparing Democracies 2 – New Challenges in the Study of Elections and Voting*; SAGE Publications, Ltd; Londres.

**Leys, Colin** (1959), Models, Theories and the Teory of Political Parties. *Political Studies* 7: 127-146.

**Lijphart, Arend** (1994), *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty Seven Democracies, 1945-1990*; Oxford, Oxford University Press.

**Lijphart, Arend** (1999), *Patterns of Democracy*, Yale University Press, New Haven.

**Lobo, Marina Costa** (2007), O impacto dos líderes partidários: uma escolha entre candidatos pouco populares; *Eleições e Cultura Política*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

**Lopes, Fernando Farelo; Freire, André** (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*; Celta Editora, Oeiras.

**Magalhães, Pedro** (2007), Sobre «O discurso do eleitorado» *Análise Social*, No. 182, pp. 311-316.

**Magalhães, Pedro** (2004), Democratas descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político; *Portugal a Votos, as eleições legislativas de 2002*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

**Maroco, João** (2007), *Análise Estatística com utilização do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.

**Massicotte, Louis** (2004), In Search of a Compensatory Mixed Electoral System for Québec; *Gouvernement du Québec* (retirado da internet: [www.institutions-democratiques.gouv.qc.ca/publications/mode\\_scrutin\\_rapport\\_en.pdf](http://www.institutions-democratiques.gouv.qc.ca/publications/mode_scrutin_rapport_en.pdf)internet).

**Mckelvey, Richerd D.; Patty, John W.** (2006), A theory of voting in large elections; *Games and Economic Behavior* 57, pp. 155-180.

**Merrill, Samuel; Tideman, Nicolaus** (1991), The Relative Efficiency of Approval and Condorcet Voting Procedures, *Rationality and Society*, Vol. 3, No. 1, pp. 65-77.

**Monroe, Burt L; Rose, Amanda G.** (2002), Electoral Systems and Unimagined Consequences: Partisan Effects of Districted Proportional Representation; *American Journal of Political Science*, Vol. 46, pp. 67-89.

**Moreno, Cristina; Onate, Pablo** (2004), Tamano del distrito y voto estratégico en Espana; *Reis*, No. 107, pp. 123-151.

**Moser, Robert G.; Scheiner, Ethan** (2004), Mixed electoral systems and electoral system effects: controlled comparison and cross-national analysis, *Electoral Studies* 23, pp. 575-599.

**Niou, Emerson M. S.** (2001), Strategic Voting Under Plurality and Runoff Rules; *Journal of Theoretical Politics*, Vol. 13, pp. 209-227.

**Osborne, Martin J.; Rubinstein, Ariel** (2003), Sampling equilibrium, with an application to strategic voting; *Games and Economic Behavior* 45, pp. 434-441.

**Ordeshook, Peter C.; Palfrey, Thomas R.** (1988), Agendas, Strategic Voting, and Signaling with Incomplete Information; *American Journal of Political Science*, Vol. 32, No 2, pp. 441-466.

**Pasquino, Gianfranco** (1997), *Curso de Ciência Política*, Principia, Cascais.

**Pasquino, Gianfranco** (2005), *Sistemas Políticos Comparados*, Principia, Cascais.

**Perea, Eva** (2003), Características Individuais, incentivos institucionais e abstenção eleitoral na Europa ocidental, *Análise Social*, No. 167, pp. 339-360.

**Poiré, Alejandro** (2000), Un Modelo Sofisticado de Decisión Electoral Racional: el Voto Estratégico en México 1997; *Harvard University*, manuscrito.

**Powell, Jr.;** (2000), *Election as Instruments of Democracy: majoritarian and proportional visions*, New Haven: Yale University Press.

**Rae, Douglas** (1971), *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press.

**Reed, Steven** (1999), Strategic Voting in The 1996 Japanese General Election; *Comparative Political Studies*, Vol. 32, No 2; pp. 257-270.

**Sartori, Giovanni** (1968), Political Development and Political Engineering. *Public Policy* 17: 261-298.

**Schoen, Harald** (1999), Split-ticket voting in German Federal elections, 1953-90: an example of sophisticated balloting?; *Electoral Studies* 18, pp. 473-496.

**Sinclair, Betsy** (2005), The British Paradox: Strategic Voting and the failure of Duverger's Law, Working Paper.

**Shugart, Matthew Soberg; Wattenberg, Martins P.** (2001), *Mixed-Member Electoral Systems, The Best of Both Worlds?*; New York, Oxford University Press.

**Taagepera, Rein; Shugart, Mathew S.** (1989), *Seats and Votes. The Effects and Determinants of Electoral Systems*, Yale University Press; New Haven.

**Tavits, Margit; Annus, Taavi** (2006), Learning to make votes count: The role of democratic experience; *Electoral Studies* 25, pp. 72-90.

**Thames, Frank C.; Edwards, Martin S.** (2006), Differentiating Mixed-Member Electoral Systems; *Comparative Political Studies*, Vol. 39, No 7, pp. 905-927.

**Tsebelis, George** (1986), A General Model of Tactical and Inverse Tactical Voting; *British Journal of Political Science*, Vol 16, No 3, pp. 395-404.

**Wantchekon, Leonard** (1999), Strategic Voting In Conditions of Political Instability, The 1994 Elections in El Salvador; *Comparative Political Studies*, Vol. 32, No 7; pp. 810-834.

## **Anexos**